

V. 1, N. 1, ANO 1
(AGO./DEZ. 2021)

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DA FACULDADE DE PIRACANJUBA

2021



Expediente:

Volume 1, Número 1, Ano 1

Agosto / Dezembro 2021

Site: <https://eadfap.com/revista>

E-mail: nucleodepesquisafap@gmail.com

*NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO/PESQUISA CIENTÍFICA, EXTENSÃO E
RELAÇÕES COMUNITÁRIAS DA FACULDADE DE PIRACANJUBA (NPGPERC/FAP)*

Nota editorial:

O Dossiê “Pesquisas e Desenvolvimentos: Reflexões, Contextos e Aplicações” têm por objetivo reunir textos que versem sobre pesquisa, ensino e extensão, tanto em Universidades/Faculdades privadas, assim como em IES públicas, tanto no território nacional, como também no âmbito internacional. Parte-se do pressuposto que a pesquisa científica e a pesquisa acadêmica são importantes para a compreensão da sociedade em suas diversas áreas. Considera-se pesquisa o percurso teórico-metodológico que emprega método e metodologias específicas para compreensão dos processos sociais, econômicos, humanos, químicos, sanitários, biológicos, de saúde pública, de direitos humanos, entre outros.

Editores responsáveis pelo Dossiê:

Prof. Dr. Aristóteles Mesquita de Lima Netto (UNIFIMES - Brasil)

Prof. Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães (NPGPERC/FAP - Brasil)

Profa. Dra. Rosinalda Correa da Silva Simoni (ANCTUR/UFT - Brasil)

Profa. Dra. Daniele Oliveira Lopes (FAP - Brasil)

Profa. Dra. Maria Alejandra Silva (RII - Argentina)

CORPO EDITORIAL

Faculdade de Piracanjuba (biênio 2021-2022)

<i>Dr. Antonio Carrillo Avelar</i>	<i>Me. Carla Danielle Dias Costa</i>
<i>Dr. César Evangelista F. Bressanin</i>	<i>Me. Edmilson Cardoso da Silva</i>
<i>Dr. Cristiano Santos Araujo</i>	<i>Me. Eloisa Aparecida da Silva Ávila</i>
<i>Dr. Gabriel Camargo da Silva</i>	<i>Me. Esteban Rodriguez Bustos</i>
<i>Dr. Lucas Nojosa Oliveira</i>	<i>Me. Fernanda Galdino da Silva</i>
<i>Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães</i>	<i>Me. Gabrielle Andrade da Silva</i>
<i>Dra. Daniele Lopes Oliveira</i>	<i>Me. Jairo Alexander Castaño Lopez</i>
<i>Dra. Iracema Campos Cusati</i>	<i>Me. Jordana Andrade Santos</i>
<i>Dra. Maria Alejandra Silva</i>	<i>Me. Mallu de Mendonça Barros</i>
<i>Dra. Poliana Peres Ghazale</i>	<i>Me. Paula Maria Trabuco Sousa</i>
<i>Dra. Tainara Sardeiro de Santana</i>	

SUMÁRIO

TERAPIA PALIATIVA E A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS COM CÂNCER EM FASE TERMINAL	6
Clayre da Silva Araújo Aquino	
Beatriz Rodrigues Martins Oliveira de Moura	
Monaliza Christiny da Silva	
Sátira Michele César de Oliveira	
Aliny Portilho Abreu Souza	
Roberta Mara da Silva	
Victor Augusto de Castro	
Tainara Sardeiro de Santana	
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ON-LINE	13
Milton Justus	
PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING PARA A INSERÇÃO DA SEÇÃO DE PRODUTOS SAUDÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA PANIFICADORA EM BELA VISTA DE GOIÁS	19
Liliane Bento de Araujo	
Raianne Bento de Araujo	
Wilsia Vitória de Paula Oliveira	
Cleamar Chaves Pereira de Moraes	
Izabella Oliveira de Jesus	
Ana Paula Veroneze Bueno	
A SEGREGAÇÃO URBANA PLANEJADA EM GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA	27
Vinicius Oliveira Seabra Guimarães	
Roberto Fernandes de Mello	
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA IMERSÃO DESDE A SUA CRIAÇÃO E SUA CONTROVERSA ATUAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	42
Fabíola de Sousa Melo	
Mariana Carolina Caetano de Araújo	
Leonardo Coelho dos Santos Dutra	
MARCHA PROGRESSIVA DO ESPÍRITO HUMANO E SOCIOLOGIA DE AUGUSTE COMTE	58
Adelmar Santos de Araújo	
MEMÓRIA, HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÃO POR MEIO DO ENSINO SUPERIOR: UMA HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO UEG - CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA	71
João Candido Barbosa	
Daniele Lopes Oliveira	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO GERENCIAMENTO DO CUIDADO E PREVENÇÃO A	

LESÃO POR PRESSÃO NA UTI	81
Aline Ribeiro Dias	
Sara dos Santos Gonçalves Araújo	
Roberta Mara da Silva	
Paloma Cristina Damasceno Bezerra	
Ana Caroliny da Silva	
Victor Augusto de Castro	
Sue Christine Siqueira	
Tainara Sardeiro de Santana	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: EXCELENTE ALICERCE PARA O GRANDE DESAFIO DA INOVAÇÃO EMPREENDEDORA	89
João Cândido Barbosa	
Daniele Lopes Oliveira	
PROJETO PRODUÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL EM CERES/GO	99
Daniele Lopes Oliveira	
João Candido Barbosa	
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	
DIREITO TRABALHISTA PREVIDENCIÁRIO	110
Daniele Lopes Oliveira	
Fabiola de Sousa Melo	

>> TERAPIA PALIATIVA E A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS COM CÂNCER EM FASE TERMINAL

Clayre da Silva Araújo Aquino¹

Beatriz Rodrigues Martins Oliveira de Moura²

Monaliza Christiny da Silva³

Sátira Michele César de Oliveira⁴

Aliny Portilho Abreu Souza⁵

Roberta Mara da Silva⁶

Victor Augusto de Castro⁷

Tainara Sardeiro de Santana⁸

Resumo: O câncer pode acometer indivíduos em qualquer fase da vida, sendo que o câncer infanto-juvenil atinge de 1% a 3% desses pacientes. O Brasil está no 2º lugar no ranking de óbitos. Objetivo: o presente artigo teve como objetivo analisar estudos recente sobre a terapia paliativa e a assistência de enfermagem em crianças. Metodologia: Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo e exploratório. Foi empregado os descritores: cuidados paliativos, fase terminal, câncer infanto-juvenil e enfermagem. Após selecionar os descritores, foi realizada uma leitura detalhada nas publicações presentes na Scielo, BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) e LILACS, sem utilizar o filtro de tempo. Foram encontrados 30 artigos dos quais foram elencados 18 para a utilização. Resultados: A terapia paliativa e a enfermagem andam juntas, podemos perceber que o peso da doença aumenta quando o paciente está em fase terminal, sem possibilidade de cura. A partir deste momento o profissional enfermeiro proporciona a estes pacientes cuidados que não visam a cura, mas proporcionar a este paciente um conforto emocional, físico e espiritual, para que a trajetória até a sua terminalidade seja digno sendo o mais confortável possível. Considerações finais: Neste estudo constatou-se que a terapia paliativa não significa desistir, mas seria

¹ Graduação em Enfermagem (Faculdade Estácio de Sá de Goiás). Especialização em Urgência e Emergência pelo InCursos (Instituto Nacional de Cursos). Especialização em Unidade de Terapia Intensiva (Instituto Nacional de Cursos). Mestrado em Atenção à Saúde (PUC Goiás). E-mail: clayreaquino@hotmail.com

² Graduação em Enfermagem. Especialista em Oncologia Clínica e Estética. E-mail: biamouraenf@gmail.com

³ Graduação em Enfermagem (Estácio de Sá de Goiás). E-mail: monalizachristiny2@gmail.com

⁴ Acadêmica de Enfermagem (PUC Goiás). E-mail: Michele.cesar93@gmail.com

⁵ Mestrado em Ciência da Saúde. Especialista em Enfermagem Oncológica, Hematologia e Hemoterapia. E-mail: enfalinypas@gmail.com

⁶ Graduação em Enfermagem. Especialista em Saúde Mental e Dependência Química. E-mail: rmarateles@hotmail.com

⁷ Graduação em Enfermagem. MBA em Gestão em Saúde com Ênfase em Administração Hospitalar. Especialista em Oncologia Clínica, Auditoria dos Serviços de Saúde, Nefrologia e Musicoterapia. E-mail: victoraugusto91@hotmail.com

⁸ Graduação em Enfermagem. Especialista em Centro Cirúrgico/CME/RPA, Auditoria em Saúde e Reabilitação Visual Doutora pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. E-mail: enftainara@gmail.com

esperar a morte do paciente com mais conforto. Deve-se estar associado ao tratamento curativo sendo um procedimento normal e de rotina, para que essa criança viva com dignidade, respeito, cuidado e melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Cuidados paliativos; Fase terminal; Câncer infanto-juvenil; Enfermagem.

Abstract: Cancer can affect individuals at any stage of life, and childhood cancer affects 1% to 3% of these patients. Brazil is in 2nd place in the ranking of deaths Objective: this article aimed to analyze recent studies on palliative therapy and nursing care in children. Methodology: This is a bibliographical, descriptive and exploratory study. The following descriptors were used: palliative care, terminal stage, childhood cancer and nursing. After selecting the descriptors, a detailed reading was carried out in the publications present in Scielo, VHL (Virtual Health Library) and LILACS, without using the time filter. 30 articles were found, of which 18 were listed for use. Results: Palliative therapy and nursing go together, we can see that the burden of the disease increases when the patient is in the terminal phase, with no possibility of cure. From this moment on, the professional nurse provides these patients with care that is not aimed at cure, but to provide this patient with emotional, physical and spiritual comfort, so that the path to terminality is dignified and as comfortable as possible. Final considerations: In this study, it was found that palliative therapy does not mean giving up, but it would be more comfortable to wait for the patient's death. It must be associated with curative treatment, being a normal and routine procedure, so that this child can live with dignity, respect, care and better quality of life.

Keywords: Palliative care; Terminal phase; Cancer in children and youth; Nursing.

Introdução

O câncer são células malignas que crescem sem controle tomando conta muitas vezes por completo de tecidos e órgãos, espalhando-se por várias partes do corpo causando metástases, não possui uma causa específica, porém pode ter influência por fatores ambientais e genéticos (CARMO, 2015).

O câncer pode acometer indivíduos em qualquer fase da vida, sendo que o câncer infanto-juvenil atinge de 1% a 3% desses pacientes. O Brasil está no 2º lugar no ranking de óbitos (ANDRADE; COSTA; DUARTE, 2013).

Nos EUA o câncer é considerado a 2º causa morte em crianças, perdendo apenas para os acidentes. Uma pesquisa realizada em 2005 apontou que 10380 crianças foram diagnosticadas com câncer, sendo que 1250 não possuíam chance para a cura. Os cânceres diagnosticados em crianças foram 30% leucemias, 26% cancro no sistema nervoso, 6% neuroblastoma (SOARES, 2015).

Terapia paliativa consistem em uma assistência através de uma equipe multidisciplinar, que busca uma melhoria na qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença terminal, por meio de prevenção e alívio do sofrimento, dor e sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais (HERMES, 2013).

No processo de morrer terapia paliativa tende a oferecer a esses pacientes alívio da dor, higiene corporal e alguns cuidados para o final digno e respeitoso com crianças e familiares (ANDRADE; COSTA; DUARTE, 2013).

A assistência em cuidados paliativos tem como base alguns princípios pela Academia Americana de Pediatria (AAP), como: respeito à dignidade do paciente e sua família, esclarecimento de todas as dúvidas que surjam ao decorrer do tratamento, serviços prestados ao paciente. Esses cuidados se preocupam com o atendimento físico e sintomático (alívio da dor, fadiga, agitação, náuseas), psicossociais (medo, preocupações com familiares) e espirituais (SOARES, 2015).

A criança em tratamento oncológico necessita de uma atenção diferenciada, pois o seu estado de saúde é muito instável e muda de acordo com a manifestação da doença, e é neste momento o profissional enfermeiro precisa demonstrar empatia pelo paciente, preservando sua privacidade. Essa assistência é ativa e voltada para o corpo, mente e espírito, tanto para o paciente quanto para seus familiares principalmente no momento do luto (BUSHATSKY, 2015).

O enfermeiro deve levar em consideração que essa criança mesmo doente, esta em constantes mudanças, o que pode tornar difícil observar a resposta ao tratamento. Deve sempre estar inovando na sua assistência presta, para promover uma melhor qualidade de vida para esta criança antes que aconteça o óbito (CARMO, 2015).

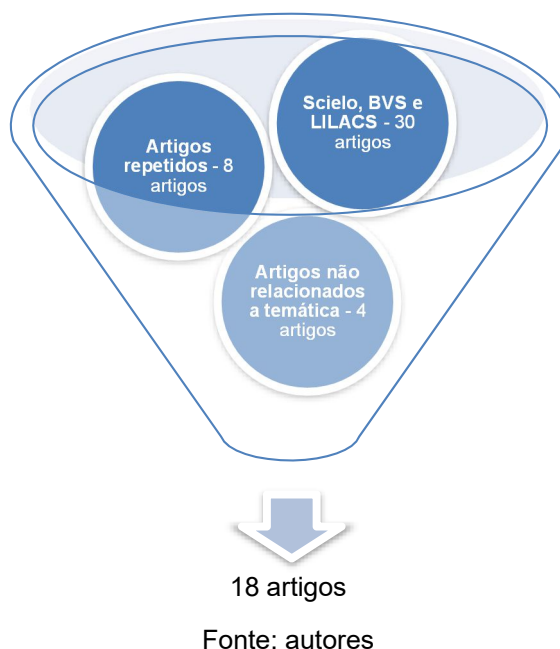
Nessa oportunidade, o presente artigo teve como objetivo analisar estudos recente sobre a terapia paliativa e a assistência de enfermagem em crianças.

Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo e exploratório. O estudo se baseia em literaturas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas virtuais. O estudo exploratório-descritivo visa à aproximação e familiaridade com o objeto da pesquisa, descrição de sua característica, criação de hipóteses, apontamentos, estabelecimento de relação entre variáveis estudadas.

Foi empregado os descritores: cuidados paliativos, fase terminal, câncer infanto-juvenil e enfermagem. Após selecionar os descritores, foi realizada uma leitura detalhada nas publicações presentes na Scielo, BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) e LILACS, sem utilizar o filtro de tempo. Foram encontrados 30 artigos dos quais foram elencados 18 para a utilização. Foi utilizado como critério de exclusão: artigos repetidos e artigos que não tratasse da temática proposta (Figura 1).

Figura 1: Filtro de pesquisa



Resultados e discussão

Pelo câncer ser uma doença com elevada taxa de mortalidade, no momento que o paciente foi diagnosticado ele e seus familiares já começa a apresentar alterações emocionais, isso pode prejudicar muito o tratamento, pois muitos chegam a abandonar os procedimentos por saber que isso não irá contribuir para melhora do quadro, muitos pacientes também sofrem por imaginar os procedimentos pelos quais terão que ser submetidos, como a quimioterapia e a radioterapia (AVILA, 2016).

Os pacientes oncológicos necessitam de cuidados redobrados para que haja uma melhora das dores sentidas pelo paciente e também uma atenção maior com a segurança de um modo geral, pois este paciente se encontra em um momento delicado e está bastante vulnerável podendo ele mesmo findar a sua vida para que o seu sofrimento acabe (HERMES & LAMARCA, 2013).

A terapia paliativa e a enfermagem andam juntas, podemos perceber que o peso da doença aumenta quando o paciente está em fase terminal, sem possibilidade de cura. A partir deste momento o profissional enfermeiro proporciona a estes pacientes cuidados que não visam a cura, mas proporciona a este paciente um conforto emocional, físico e espiritual, para que a trajetória até a sua terminalidade seja digno sendo o mais confortável possível (ANDRADE; COSTA; DUARTE, 2013).

Nesta fase os pacientes passam por alguns estágios do luto, como a negação, barganha, raiva, depressão e aceitação. Durante este período, a equipe multidisciplinar precisa dar o suporte e atenção necessária em todos os estágios pelo qual ele irá passar (RODRIGUES, 2014).

O enfermeiro por ser o profissional que está diretamente com este paciente, fica responsável em observar reações biológicas, psicológicas, sociais e espirituais (BUSHATSKY, 2015). Os cuidados paliativos ainda é uma temática isolada no contexto da graduação dos profissionais de saúde, estando apenas presentes em discussões do processo de adoecer e morrer. Esse isolamento das grades curriculares está relacionado com a filosofia tardia da realidade brasileira (AVILA, 2016).

O enfermeiro necessita de requisitos básicos em enfermagem paliativa, como conhecer a fisiopatologia da doença, anatomia e fisiologia humana, farmacologia dos medicamentos, controle de sinais e sintomas, oferecendo conforto e ter uma boa comunicação com o paciente e seus familiares (HERMES & LAMARCA, 2013). O cuidar da criança na sua terminalidade percebe que o sofrimento e a luta em busca de melhoria tornam se incomparável por se tratar de uma criança que sempre é um sinônimo de alegria e futuro (FRANÇA, 2013).

O impedimento de cura faz que o profissional de saúde se limite em uma assistência a este paciente, demonstrando pouca sensibilidade e empatia com as necessidades do paciente e seus familiares (AVILA, 2016). Deve esclarecer maneira clara e objetiva todos os procedimentos que serão realizados, sempre tendo em vista o bem-estar e conforto do paciente (BUSHATSKY, 2015).

Por esta em constante convívio com o paciente o enfermeiro acaba se desgastando muito emocionalmente, pois muitas vezes ele acompanha o sofrimento, a dor da doença e a morte (HERMES & LAMARCA, 2013).

O tratamento do câncer em crianças causa reações adversas como vômitos, náuseas e dor, para tratar esses sintomas é preciso muitas vezes é preciso aumentar a dosagem dos medicamentos conforme relato dos pacientes (FRANÇA, 2013).

O que essas crianças necessitam é de controle da dor e sintomas, sendo o foco principal para o enfermeiro do cuidado paliativo. Nos seus últimos dias as crianças apresentam muita dor, fadiga e dispnéia que é mais persistente. O alívio dos sintomas do sofrimento precisa ultrapassar as barreiras biológicas e alcançar o estado psíquico e social tanto da criança quanto da sua família que também no hospital como também no conforto domiciliar onde pode ser proporcionada uma qualidade de vida para essa criança que chega próximo ao seu fim (SOARES, 2016).

A criança em fase terminal encontra-se em um quadro sem regresso patológico do seu estado de saúde, nessa fase a enfermagem humanística através do enfermeiro busca promover e proporcionar a essa criança um ambiente de acolhimento, escuta, entender as emoções de forma diferente deixando-se tocar pelo sofrimento e se colocando no lugar do outro (BUSHATSKY, 2015).

Mesmo com toda dificuldade no tratamento de pacientes pediátricos em fase terminal o enfermeiro vivencia uma experiência grandiosa que abrange valorização do processo da vida, onde se enxerga o lado positivo tornando o trabalho mais humano mesmo com a diferença entre os pacientes assim o enfermeiro pode estar presente de uma maneira mais autêntica (AVILA, 2016).

Através de diálogo com o enfermeiro consegue oferecer tratamento e cuidados

para criança sendo mais eficaz e menos doloroso, enfatizando conforto físico, apoio psicológico e espiritual. Os tratamentos paliativos proporcionam uma morte digna e com uma qualidade melhor dos últimos dias dessa criança. O enfermeiro que vivencia essa experiência sofre um impacto único fazendo-os repensar seu papel profissional enquanto ser humano mudando sua filosofia de vida, sendo capazes de expressar suas emoções encontrando sentido na vida diante da perda eminente desse paciente (COSTA & EVANGELISTA, 2016).

Considerações finais

Neste estudo constatou-se que a terapia paliativa não significa desistir, mas seria esperar a morte do paciente com mais conforto. Deve-se estar associado ao tratamento curativo sendo um procedimento normal e de rotina, para que essa criança viva com dignidade, respeito, cuidado e melhor qualidade de vida.

Quando recebemos a notícia que uma criança pode morrer devido uma doença crônica grave, sentimos como se as coisas estivessem fora da ordem natural da vida, mas também sabemos que é preciso encarar a realidade e saber lidar com a dor e a morte.

Portanto falar de cuidados paliativos em crianças pode parecer complicado, mas não é, essa prática irá trazer qualidade de vida e também diminuir o sofrimento dessa criança. Uma grande aliada nos cuidados paliativos com as crianças e a comunicação, pois é através dela que se estabelece um vínculo muito importante que irá ajudar nas tomadas de decisões quando o caos começa.

As grandes dificuldades desse tipo de tratamento são a não aceitação da morte como natural para uma criança, não só por parte da família como também pela equipe envolvida no tratamento, a impossibilidade de usar alguns recursos em crianças, à dificuldade de realizar pesquisas em crianças e o fato do paciente em questão não responder por si só, pois legalmente são menores de idade sendo ainda de responsabilidade dos responsáveis decidirem o que é melhor para essa criança.

O ideal seria que se inicia-se os cuidados paliativos assim que o paciente é diagnosticado, pois isso contribui para melhorar a qualidade de vida e aumentar a sobrevida, mesmo não sendo uma fonte de cura. Quando se oferta esses cuidados no início do tratamento a equipe de saúde estabelece um vínculo com a família e o paciente, para quando o tratamento não tiver mais efeito.

Referências

- ANDRADE, C. G.; COSTA, S. F. G.; DUARTE, M. C. S. Bioética cuidados paliativos e terminalidade. **Revista de Enfermagem UFPE Online Recife**. 2013, v. 7, p. 888-897. Disponível em: periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11554
- AVILA, F. B. P.; *et al.* Cuidados Paliativos: refletindo influências e contrassensos da

filosofia de Saúdes na formação do enfermeiro. **Anais do Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão**. 2016. v. 8, n.1. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/85159>

BRAGA, F. C.; QUEIROZ, E. Cuidados paliativos: o desafio das equipes de saúde. **Psicologia USP**. 2013. v. 24, n. 3, p. 413 – 429. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/HLHPVhxyfqk3kBvbFjxqMKc/?lang=pt>

BUSHATSKY, M. Cuidados Paliativos em criança com câncer: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE Online Recife**. 2015, v. 9, n. 2, p. 718-730. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1016488>

CARMO, S. A. Criança com câncer em processo de morrer e sua família enfrentamento da equipe de enfermagem. **Rev. Brasileira de Cancerologia**. 2015. v.61, n. 2, p. 131-138. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/300>

COSTA, S. F. G.; EVANGELISTA, C. B. Cuidados paliativos e espiritualidade: revisão integrativa da literatura. **Rev. Brasileira de Enferm**. 2016. v. 69, p. 591-601. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TY7ydpbDpBhnfBDmh5nH36b/?lang=pt>

FRANÇA, I. S. X. Cuidados paliativos na UTI compreensão do enfermeiro. **Rev. de Pesquisa Online**. 2013. v. 5, n. 1, p. 3293-3001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750897014.pdf>

HERMES, H. R.; LAMARCA, I. C. A. Cuidados paliativos uma abordagem a partir da categoria de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2013. v. 18, n. 9, p. 2577-2588. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6RByxM8wLfBBVXhYmPY7RRB/?lang=pt&format=pdf>

RODRIGUES, M. J. Qualidade de vida e sobrecarga de cuidados de crianças com câncer. **Psicologia e Ciência e Profissão**. 2014. v. 34, n. 4, p. 1014-1031. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XkFntcJJ6LvVKRC8kHchpXm/abstract/?lang=pt#:~:text=A%20maioria%20apresentou%20sobrecarga%20intensa,e%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalho>

SANTOS, K. C. P. Assistência à criança em cuidados paliativos. **Revista Paulista de Pediatria**. 2014. v. 32, n. 1, p. 99-106. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/T94437kFYfLYKBkp65GbTBF/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, A. F. Cuidados em oncologia pediátrica: percepções saberes e práticas na percepção da equipe multiprofissional. **Rev. Gaúcha Enferm**. 2014. v. 35, n. 3, p. 111-116. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/129504>

SOARES, E. O. Cuidados paliativos em pediatria: um estudo reflexivo. **Rev. Enfer UFPE Online**, Recife. 2015. v. 9, n. 3, p. 7155-7160. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10446/11259>

>> DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ON-LINE

Milton Justus⁹

Resumo: Neste *paper* é apresentado um breve histórico das experiências do Ensino à Distância, iniciando nos cursos por correspondência até os dias atuais com o *e-learning*. São mencionadas as legislações, os gerais do desenvolvimento da EaD no Brasil, e apontados os desafios para esta importante modalidade de educação.

Palavras-chaves: Ensino a Distância; EAD; Educação; Legislação Brasileira.

Abstract: This paper presents a brief history of the experiences of distance learning, starting with correspondence courses to the present day with e-learning. The legislations, the generals of the development of DE in Brazil, and the challenges for this important modality of education are mentioned.

Keywords: Distance Learning; Brazilian Legislation; Challenges.

Introdução

Quando falamos de Ensino a Distância (EaD) no Brasil, não há como não relacionar no pioneirismo daqueles cursos famosos do Instituto Universal Brasileiro, cuja empresa oferecia tais cursos de forma distante, ou ensino à distância, de caráter supletivo, e ainda de cursos profissionalizantes, utilizando o sistema de correspondências. Essa modalidade, entretanto, remonta do século XIX, concebida por Charles Toussaint e Gustav Langenscheit, justamente uma escola de línguas por missivas.

No entanto, diferentes literaturas tratam diferentes marcos para definir o início da educação a distância e suas diferentes fases, ainda definidas de gerações. Por exemplo, alguns autores consideram que a educação a distância (EaD) surge com a escrita, por compreender que o processo de comunicação se liberta no tempo e no espaço, dispensando a presença simultânea das pessoas em um mesmo local (GARCÍA ARETIO, 1995).

No Brasil, o início da educação a distância aconteceu através do rádio e do papel impresso, no início do século XX, onde já nos anos 90 ganha mais destaque

⁹ Graduação em Filosofia (Faculdade Evangelica do Meio Norte). Graduação em Teologia (Faculdade de Teologia de Boa Vista). Mestre em Educação (Universidad de Los Pueblos de Europa). Doutor em educação (Universidad Americana). Diretor Geral e Presidente da Mantenedora da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: milton13diretor@gmail.com

com a sistematização dos Projetos Pedagógicos, e em 1996 com o advento da LDB a EaD é inserida na legislação nacional (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), dando início no reconhecimento da “nova” modalidade de educação. Posterior a isso, a EaD alcança uma forte expressividade, uma vez que aumentou o acesso as faculdade e universidades da modalidade. Tal advento é contemporâneo a criação da Universidade Aberta do Brasil pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2005. A Universidade Aberta do Brasil foi estabelecida com o caráter de expandir a educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Para Landim (1997), fica estabelecido uma forte diferença nos termos ensino e a educação a distância (EaD), que segundo autor,

O termo ENSINO está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento, instrução. Já o termo EDUCAÇÃO refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento (LANDIM, 1997, p. 10).

Revisitando os artigos 80 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, nota-se:

1. definição de educação a distância, abrangendo todos os cursos que não sejam estrita e integralmente presenciais;
2. exigência de credenciamento específico das Instituições de Ensino Superior (IES) para oferecer quaisquer cursos de EaD, organizada esta com abertura e regime especiais;
3. exigência de autorização/reconhecimento de cursos de graduação;
4. exigência de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu dependentes da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e da Avaliação da CAPES;
5. dispensa de processo de autorização/reconhecimento para cursos de pós-graduação lato sensu para instituições credenciadas para EaD;
6. transferência e aproveitamento de estudos entre as modalidades;
7. exigência de exames presenciais nos cursos de graduação e pós-graduação stricto e lato sensu

A presente atividade de pesquisa utilizou o método bibliográfico, que além dos pressupostos teóricos, traz à tona os desafios sofridos especialmente com o olhar nas pequenas instituições de ensino superiores brasileiras.

Sobre o ensino à distância

Nos parece bastante claro que há concordância que o ensino a distância já faz parte da vida educacional a bastante tempo. Porém na atualidade ela se apresenta estruturada e necessariamente ligada aos avanços da tecnologia, e das ferramentas desenvolvidas com tecnologia de informação.

De acordo com o pensamento moderno supomos que o estudante é sujeito do seu processo de ensino-aprendizagem, mas esta afirmativa tem seus desafios. Muitos ainda acreditam que, o processo de ensino/aprender só acontece nos espaços tradicionais físicos, comumente prevalecentes, ainda com a figura do professor detentor do conhecimento e com as exigências de uma instituição. Se não há uma estrutura, não seria possível aprender, ou pelo menos cria dificuldade de aprender. Este pensamento está fincado na visão tradicional da educação, que não vislumbra o estudante como protagonista do seu processo de ensino/aprendizagem.

Numa perspectiva de novos paradigmas educacionais e novas abordagens, sobretudo com nuances inovadoras, passaram a se entender e praticar um tipo de ensino mais democrático, baseado com foco no estudante, não mais limitado a sala de aula tradicional, e nem a um período específico da sua rotina. Podemos afirmar que se aprende a todo o momento e em todo o lugar, de maneiras e formas diferente e com apoio de recurso diversos. Não demorou muito, com a era dos avanços tecnológicos, para se perceber que os meios digitais possibilitaram a expansão destas ideais.

Aqui já se esbarramos no primeiro desafio, que é justamente a necessidade de uma mudança na mentalidade tradicional e preconceituosa, pois a cada dia percebe-se que a educação a distância vem solidificando a sua presença e com benefícios perceptíveis.

Sabidamente, como já dito anteriormente, a educação a distância na atualidade, se torna possível através das ferramentas de tecnologia, como plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas virtuais, entre outras. Porém, infelizmente, a grande parte das pessoas não tem acesso aos meios digitais ou a internet. Para além disso, apesar das novas gerações se adaptarem aos recursos com muita facilidade, pessoas nascidas antes da década de 1980 apresentam muitas vezes dificuldade em lidar com as linguagens e os novos recursos digitais.

Vemos que a solução para o enfrentamento a esta realidade, seria mais investimentos ao acesso destes recursos na educação de base, integrados aos conteúdos comuns e políticas públicas que tornam possível o acesso a internet de qualidade e aos aparelhos tecnológicos, e a partir daí por consequência, as ferramentas tecnológicas facilitadoras para a modalidade de ensino em questão. Não podemos desconsiderar, ainda, a necessária adaptação das gerações anteriores, que carecem de tempo e oportunidade para tanto. População está que necessita da democratização do ensino como um todo.

A pandemia do coronavírus vivenciada por toda a humanidade nos nossos dias, torna-se a principal causa na mudança em nossas vidas sociais, e se estende na forma de ensinar. Como já observamos neste breve ensaio, a forma “nova” de ensinar, qual seja a distancia, já existe a muito tempo e sendo amplamente difundido como alternativa, e cujo preceito principal justamente caracteriza o acesso ao ensino EaD.

Nestes tempos difíceis de pandemia, toda as formas de atividades educacionais tiveram que ser adequadas, ou readaptada, que em primeira impressão totalmente sem planejamento, ou quase em nenhum planejamento definido, e com a consequente evolução da pandemia, houve a necessidade de adaptação de todo o sistema, a fim de que os estudantes pudessem minimamente continuar no processo de ensino/aprendizagem.

Dito isto, percebemos que fica claro um dos maiores desafios que encontramos para que o ensino a distância seja um sucesso, e uma verdadeira ferramenta de democratização do acesso a educação, que é justamente a dificuldade de acesso a internet, e a adaptação as novas ferramentas de tecnologias auxiliaadoras do processo ensino/aprendizagem.

Ainda, destacamos outra importante dificuldade, ou desafio, justamente referindo a era digital, ou educação digital, que pode ser observada em Alves (2009), onde reflete a falta de habilidade por parte dos docentes que atuam, ou tiveram que mudar, para o ensino a distância (EaD), onde observou-se que grande parte destes docentes não possuíam habilidades ou conhecimentos suficientes para a mudança de método com as aulas on-line, e tão pouco houve tempo para tanto. O mesmo se deu a ambientação para utilizarem as plataformas de tecnologia de apoio para está nova forma de ensinar.

Nesta mudança, digamos abrupta na forma de ensinar, transmutando do presencial para o ensino remoto, os docentes se depararam com diversas e desordenadas maneiras de fazer chegar o ensino para a aprendizagem dos estudantes, e naturalmente se viram inseguros para manipular tais novas tecnologia, incluindo as aulas de forma síncronas. Aqui de expos as fragilidades tanto das instituições quanto dos docentes em termos de preparação, o que levou todos os atores a se adaptarem velozmente para enfim fazer chegar o ensino aos estudantes.

Quanto aos materiais que passaram a ser fornecidos por meio, de *WhatsApp*, vídeo aula etc., não tinham a qualidade necessária, expondo mais uma fragilidade na preparação dos conteúdos, e, portanto, identificamos falta de habilidade dos docentes para fazer, mais uma, chegar tais conteúdos aos estudantes. Exemplo muito atual, para destacarmos parte dos desafios sofridos no Brasil quando a matéria é o ensino a distância (EaD).

Do outro lado, vemos os estudantes com dificuldade de acesso à Internet, e ainda reclamando muito de que houve um excesso de conteúdo, e claro, ainda se distraíndo ao utilizarem de aplicativos de redes sociais, e com falta de disciplina para acessar as aulas nas plataformas digitais, ou mesmo pelo *WhatsApp* que aumentou o uso sobremaneira devido à dificuldade de acesso as plataformas. Aqui se inicia a reflexão sobre como foi a qualidade destas aulas, bem como o aproveitamento.

Destacamos outra dificuldade ou desafio que é a falta de investimento em pesquisas interdisciplinares em todo o mundo, mas principalmente no Brasil, quanto a expansão das práticas pedagógicas aplicadas aos novos meios e ao avanço dos recursos tecnológicos. As pesquisas, na sua grande maioria, são propostas pela iniciativa privada. Neste apontamento, verificamos que um país que carece de investimento para avançar cientificamente de todas as formas, esta carência é sentida

também na expansão das práticas de educação a distância.

Outro desafio reside na capacitação profissional para a educação a distância. Em menos de 30 anos, muitas coisas mudaram no modo de aprender e ensinar no Brasil. A educação a distância, mesmo que seja muito antiga, como já mencionamos, acabou progredindo com a evolução das abordagens mais inovadoras de ensino, sendo que podemos afirmar que as tecnologias avançaram assim como as abordagens educacionais também evoluíram. Três décadas é muito recente para a compreensão de um fenômeno tão importante para a vida educacional do mundo inteiro, e, portanto, a capacitação profissional voltada para este tipo de ensino se faz mister e urgente.

A capacitação dos atores para educação a distância, envolvem professores, tutores, educadores e sobretudo uma mudança de *mindset* acerca do ensino do sistema de ensino tradicional, de onde a maioria é oriunda.

Viviana Mosé fala, em suas palestras, sobre os desafios contemporâneos da educação, aborda a problemática profissionais que carecem de adaptação aos novos meios digitais, destacando: a estrutura do nosso pensamento linear discursivo; mudança tecnológica; pluralidade no processo; ruptura da linearidade do tempo, entre outras.

Outro tema que vemos claramente como desafiador, é justamente em minha visão o mais relevante, que é qualidade do ensino a distância. Para os críticos da educação a distância, sempre a acusaram de ter menos qualidade que o ensino comum, presencial. Isso não faz muito sentido, deve se fazer muita atenção quanto a responsabilidade envolvida. Não importa o tipo de modalidade que se coloque em questão, teremos sempre instituições qualificadas e não qualificadas, as de boa qualidade e as de qualidade duvidável. Não é a modalidade, portanto, em si que carregara, ou deverá carregar, o estigma de baixa ou alta qualidade. Tanto no sistema presencial tradicional quanto os cursos a distância devem ter a qualidade de seus processos como uma prioridade, revendo-se e reinventando-se constantemente. Com tudo isto, a educação a distância deve comprometer-se com este desafio na melhoria constante na qualidade, a exemplo de qualquer que seja a modalidade.

Considerações finais

O ensino a distância (EaD), no caso concreto no Brasil, passou por diversos momentos históricos, destes quando se fazia ensino a distância por correspondência, até os dias de hoje que se utiliza das ferramentas on-line. Nesta longa caminhada, o ensino a distância (EaD) passa por diversas gerações, cinco observadas, estando hoje na quinta geração, envolvendo o ensino remoto, on-line com auxílio de ferramentas de tecnologias, e na internet.

Neste simples e breve ensaio, ou *paper*, procuramos fazer um sucinto retrospecto da educação a distância, ontem e hoje, especialmente destacando os avanços da era tecnologia vivenciada a partir da 4ª. revolução industrial. Neste

sentido, abordamos ainda em apertada análise, as dificuldades de acesso a informação de qualidade, sobretudo com as limitações de acesso à internet e as ferramentas de tecnologia auxiliaadoras no processo ensino/aprendizagem, por parte da maioria da população.

Destacamos cinco pontos de importante relevância, quais sejam os principais desafios da educação a distância on-line: mudança de *mindset* para compreender a “nova” forma de fazer educação; Acesso aos novos meios digitais; Falta de investimento em pesquisas; Capacitação profissional; e Melhorias quanto à qualidade.

Concluindo, tenho a dizer que esse simples texto não tem nada de conclusivo. Minha intenção foi refletir e ensaiar um debate sobre diversos pontos, aqui apenas esboçados. Espero que consiga contribuir para a construção de educação de qualidade, seja presencial, mas especialmente a distância.

Referências

LANDIM, Claudia Maria M. P. F. **Educação à Distância**: algumas considerações. Rio de Janeiro, 1997.

GARCÍA ARETIO, Lorenzo. **Educación a distancia hoy**. Madrid: UNED, 1995.

ALVES, J. R. M. **A história da EaD no Brasil**. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. (Org.). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

>> PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING PARA A INSERÇÃO DA SEÇÃO DE PRODUTOS SAUDÁVEIS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA PANIFICADORA EM BELA VISTA DE GOIÁS

Liliane Bento de Araujo¹⁰

Raianne Bento de Araujo¹¹

Wilsia Vitória de Paula Oliveira¹²

Cleamar Chaves Pereira de Moraes¹³

Izabella Oliveira de Jesus¹⁴

Ana Paula Veroneze Bueno¹⁵

Resumo: O objetivo deste proposto estudo é descrever a apuração e a análise de informações necessárias ao processo estratégico de marketing para o lançamento de uma seção de produtos saudáveis em uma panificadora da cidade de Bela Vista de Goiás. Trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, que teve como estratégia a revisão da literatura acerca da temática e considerou o método qualiquantitativo para a coleta de dados a fim de identificar o comportamento do mercado de alimentação saudável e as preferências do público-alvo da empresa. Por fim, esse trabalho dispõe das estratégias necessárias para o aumento da competitividade e para a fidelização de clientes com base nos resultados do estudo realizado na cidade de Bela Vista de Goiás, localizada no centro-oeste brasileiro.

Palavras-chave: Produtos Saudáveis; Análise de Marketing; Panificadora.

Abstract: The aim of this proposed study is to describe the investigation and analysis of information necessary for the strategic marketing process for the launch of a section of healthy products in a bakery in the city of Bela Vista de Goiás. This is a descriptive-exploratory research, which had as a strategy the literature review on the subject and considered the qualiquantitative method for data collection in order to identify the behavior of the healthy food market and the preferences of the company's target

¹⁰ Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: lilianebento059@gmail.com

¹¹ Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: raiannebento157@gmail.com

¹² Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: wilsiaavitoria@gmail.com

¹³ Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: cleacpmoraes@gmail.com

¹⁴ Discente do Curso de Administração da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: izabellaoliveirajesus@gmail.com

¹⁵ Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UFG). Especialização em Gestão de Negócios e Marketing. Docente da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: anabueno1601@gmail.com

audience. Finally, this work has the necessary strategies to increase competitiveness and customer loyalty based on the results of the study carried out in the city of Bela Vista de Goiás, located in the Brazilian Midwest.

Keywords: Healthy Products; Marketing Analysis; Bakery.

Introdução

Esta pesquisa é o resultado da construção de um plano de marketing a fim de avaliar e definir as estratégias para o lançamento de uma seção de produtos saudáveis em uma panificadora do município de Bela Vista de Goiás. Em outras palavras, este produto de “iniciação científica”, resultado da disciplina Marketing III - Planejamento Estratégico de Marketing do Curso de Administração de Empresas da Faculdade FAP, que proporcionou o estudo das ferramentas mercadológicas necessárias para alavancar a competitividade do negócio a partir da inovação de um novo tipo de produto.

Foram os objetivos desta pesquisa: identificar as intenções de compra e as preferências do público-consumidor da panificadora em estudo; conferir a viabilidade do planejamento estratégico de marketing; analisar as características principais do segmento de alimentação saudável.

Por fim, este estudo é uma pesquisa exploratória que se justifica social e financeiramente na tentativa de atender uma oportunidade de mercado, diante à demanda identificada de pessoas que buscam produtos naturais para uma dieta saudável e para o atendimento das práticas físicas. O resultado pretende nortear os desafios mercadológicos na implementação deste tipo produto e o lançamento de embalagens sustentáveis, que criarão benefícios positivos quanto a uma consciência sobre a preservação ecológica na empresa em estudo.

Conceituando o Marketing

O Marketing é o processo de definição dos objetivos para uma empresa, de uma forma que seja lucrativo para a organização e para o consumidor, buscando oportunidade para sobressair diante dos concorrentes que, segundo Kotler (2006, p. 03) “Marketing é o processo social e gerencial através dos quais indivíduos e grupos que obtêm aquilo que desejam e que necessitam, criando e trocando produtos e valores uns com os outros”.

De acordo com Hooley (2005), o marketing norteia uma empresa que está inserida no mercado e que está cada vez mais competitivo é preciso entender a necessidade e desejo do consumidor, sobressaindo diante dos seus concorrentes e criando a chance de sucesso.

O planejamento estratégico de marketing é a base do planejamento de uma empresa. Algumas empresas ainda resistem em ter um planejamento de marketing devido à grande mudança do mercado e por pensarem que apenas empresas de grande porte podem ter estratégias que darão certo, mas qualquer organização pode ter um bom planejamento que trará grandes benefícios, podendo sobressair melhor diante de crises, ou seja, a principal meta do planejamento estratégico é ajudar a empresa a selecionar e organizar seus negócios de modo a manter-se saudável, mesmo que eventos inesperados afetem de maneira adversa algum de seus negócios alguma linha de produtos (KOTLER, 2006).

O planejamento de marketing a princípio tenta responder três perguntas básicas: O que a empresa está fazendo agora? O que está acontecendo no ambiente? O que a empresa deveria estar fazendo? Todas essas questões são levantadas para analisar como a empresa está perante o mercado e se estaria atingindo seus objetivos, haja vista que, para o desenvolvimento do plano de marketing, é preciso seguir seis passos onde o primeiro a ser feito é uma análise da empresa, definição de pontos fortes e fracos, para posteriormente serem traçados objetivos, definir o público-alvo e estratégias para alcançar os objetivos e metas (HOOLEY, 2005).

Metodologia

Esta é uma pesquisa descritiva e exploratória que utilizou, na pesquisa de campo, o método de pesquisa qualiquantitativa. De acordo com Lakatos (2003, p. 188), “estudos exploratório-descritivos combinados são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual, são realizadas análises empíricas e teóricas”. Conforme Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato, e as pesquisas descritivas buscam descrever as características de determinada população.

A pesquisa qualitativa parte do entendimento que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável das informações e as opiniões obtidas (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Para a fundamentação teórica, foram utilizadas as metodologias da pesquisa bibliográfica, em que foram revisados renomados autores da área, e da pesquisa qualitativa, em que foram consultadas organizações que detêm indicadores de mercado. Ambas capazes de contribuir para o atendimento dos objetivos este trabalho.

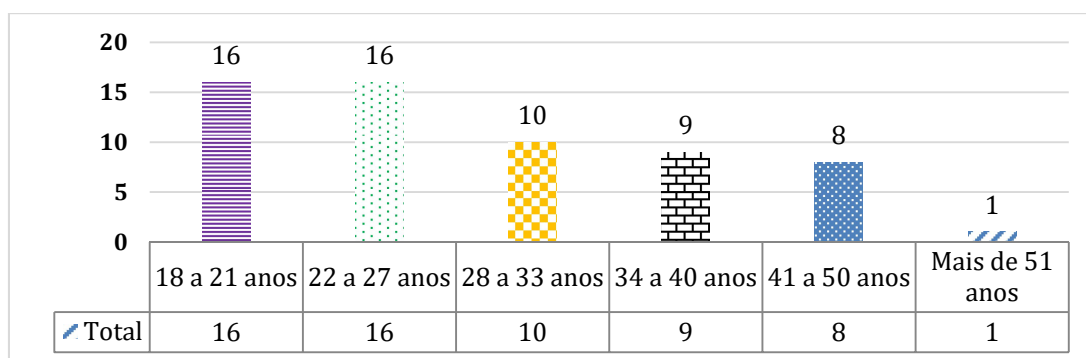
Para ampliar a busca por mais informações pertinentes aos produtos saudáveis e sobre o perfil do público-alvo pretendido, este trabalho desenvolveu uma pesquisa qualiquantitativa, que utilizou o instrumento de pesquisa do tipo questionário (via *Google Forms*), com a participação de 61 respondentes, sendo o público masculino e feminino, todos da cidade de Bela Vista de Goiás, entre os dias 27 de agosto a 1º de setembro de 2021. Para a tabulação e tratamento de dados, realizou-se o uso de

software do Google Formulários e do Excel, pacote do Microsoft Office.

Análise e discussão dos resultados

Como caracterização dos participantes pesquisados, obteve-se o resultado amostrado de 61 pessoas, de ambos os sexos, masculino e feminino, com idade compreendida entre 18 e mais de 50 anos, capazes de identificar dados demográficos do público-consumidor da panificadora, como se verifica no gráfico 1.

Gráfico 1: Perfil etário do público pesquisado



Fonte: As autoras (2021)

Infere-se do gráfico 1, que dentre o grupo participante, o interesse pelo tema da pesquisa se dá para àqueles com idade compreendida entre 18 à 27 anos, correspondente a 52,46%, o que demonstra ser um público de jovens adultos.

Ao se perguntar a percepção dos clientes sobre a disposição de novos produtos intitulados saudáveis dentre o rol de produtos ofertados pela padaria, obteve-se o seguinte resultado, conforme se verifica na tabela 1.

Tabela 1: Escala Likert – Uma análise da probabilidade de compra

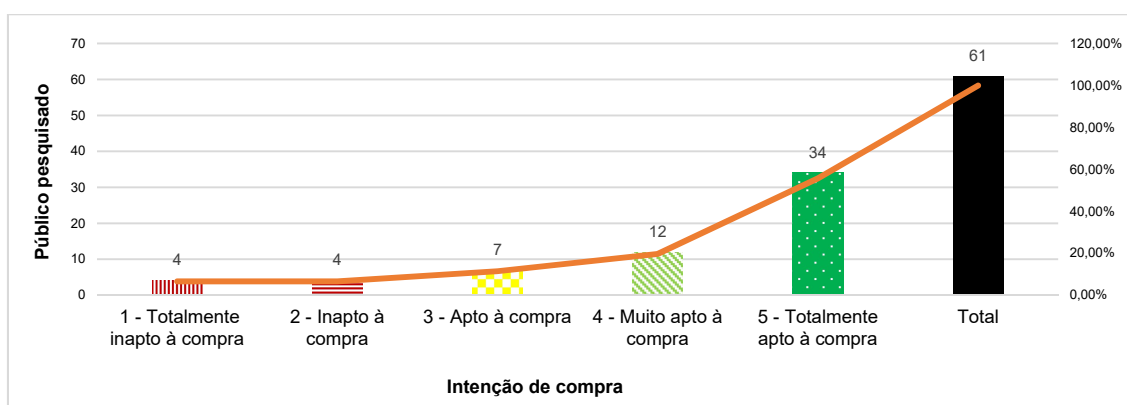
Escala da Intenção de Compra	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
1 - Totalmente inapto à compra	4	6,56%
2 - Inapto à compra	4	6,56%
3 - Apto à compra	7	11,48%
4 - Muito apto à compra	12	19,67%
5 - Totalmente apto à compra	34	55,74%
Total	61	100,00%

Fonte: As autoras (2021)

A tabela 1 destaca a percepção dos clientes a partir de uma Escala Likert, que mensura a proporção da rejeição à aceitação deste tipo de produto, ou seja, numa escala de 1 a 5 qual a importância para os clientes terem a composição deste tipo de produto ofertado na padaria em estudo, estando ela no município de Bela Vista de Goiás. Fica evidenciado a aceitação de novos produtos na padaria pelo público pesquisado, sabendo-se que estes já compõem a carteira de clientes atualmente.

O resultado da pesquisa vai ao encontro dos impactos dos alimentos na saúde das pessoas prevista pela Organização Mundial da Saúde (2021), que “os alimentos saudáveis atendem as necessidades e os desejos de vários públicos: aqueles que possuem uma rotina centrada em atividades físicas (público fitness), aqueles que têm algum problema de saúde (comorbidades, alergias e intolerâncias), pessoas que seguem uma dieta rígida, e também para qualquer tipo de pessoa, pois os alimentos naturais têm mais fibras, vitaminas, minerais e nutrientes que não perderam seus principais componentes durante a produção e processamento.

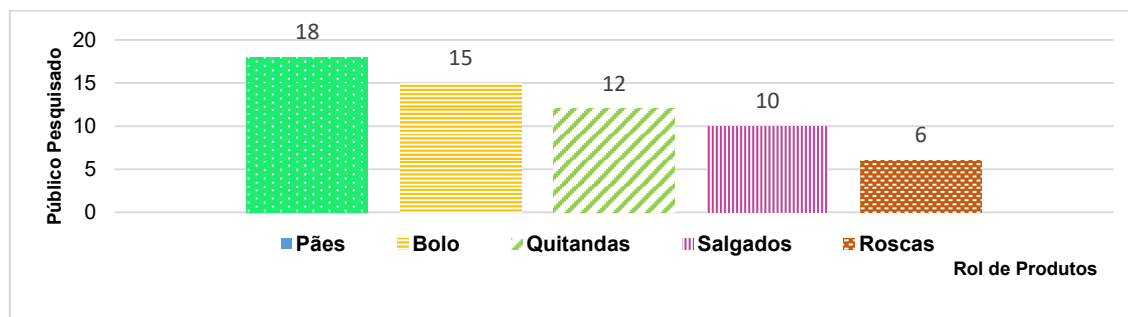
Gráfico 2: Estudo da percepção do cliente para a intenção de compra de novos produtos



Fonte: As autoras (2021)

O gráfico 2 apresenta a linha de tendência à aceitação dos clientes da padaria para a serem potenciais consumidores de produtos saudáveis, com destaque que mais da metade dos pesquisados mostraram-se favoráveis a diversificação de produtos e, portanto, mais aptos à compra do que rejeitarem à proposta deste estudo. Isso pode ser explicado pelo fato de que os anos 90 do século 20 foram o marco para o despertar do consumidor quanto à insegurança alimentar, desde a modificação genética ou de ingredientes geneticamente modificados na produção de alimentos, até as perspectivas de responsabilidades para o consumo de bens alimentares com impacto na saúde no processo de escolha de compra desses bens (LUÍS, 2010).

Gráfico 3: Produtos apontados como preferência para a linha saudável



Fonte: As autoras (2021)

O gráfico 3 demonstra o resultado do rol de produtos apontados pelos participantes como àqueles que teriam potencial para comporem a linha saudável na empresa, com destaque para o pão, correspondendo a 18 respostas (46,7%). Ou seja, pães salgados ou de doce têm destaque na preferência dos participantes pesquisados para inaugurarem a linha dos produtos saudáveis, seguidas de outras sugestões como: bolos, quitandas, salgados e roscas.

Sabe-se que os produtos citados acima são àqueles que tem na sua composição a ausência de adição de açúcares e de farinha branca. Ou seja, são substituídos por farinhas de origem vegetal e grãos como amêndoa, linhaça, aveia e arroz. O açúcar é substituído pela frutose de coco ou de frutas secas como tâmaras, ameixas, uvas passas, mel, bananas e maçãs, que serão preparadas na própria cozinha da panificadora.

Diante do contexto das informações apuradas nas pesquisas bibliográfica, qualitativa e de campo, que remeteram à importância das estratégias de marketing, à caracterização do segmento mercadológico de produtos saudáveis e ao comportamento do público-alvo da empresa em estudo – que permeou, sobretudo, suas intenções de compra e preferências –, foi possível organizar os resultados por meio de uma análise SWOT.

Segundo Kotler (2006, p. 98), a análise SWOT corresponde a uma “avaliação global das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam diretamente na atividade do negócio”. Em outras palavras, é uma matriz que traduz os resultados do ambiente pesquisado, sendo capaz de orientar e traçar planos de ação para novos resultados satisfatórios para a empresa, uma vez que aponta os gargalos e os sucessos do empreendimento diante do atual cenário pesquisado (KOTLER, 2006). Dessa forma, a partir da análise da empresa em estudo e dos dados obtidos, o presente trabalho analisou os resultados, elencando-os de forma categórica e estratégica, como é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1: Análise SWOT

PONTOS FORTES	OPORTUNIDADES
Boa localização da empresa; Clientes já fidelizados; Não tem concorrência direta; Ter disposição para atender a demanda por produtos saudáveis; Disponibilidade de investimento; Infraestrutura para a criação dos produtos saudáveis, inclusive de produção (cozinha e recursos humanos); Clientes aptos à compra dos produtos saudáveis; Marca consolidada na cidade; Disponibilidade de colaboradores para essa função.	Crescimento do mercado de produtos saudáveis, podendo ser observada a consolidação de grandes marcas nesse segmento; Crescimento da demanda sobre produtos saudáveis; Crescimento do mercado de produtos fitness ou para dieta saudável; Ampliação do negócio já consolidado no mercado da cidade.
PONTOS FRACOS	AMEAÇAS
É necessária análise assertiva sobre o valor dos produtos, com base nos preços dos ingredientes (que são diferenciados) e na disposição de compra dos consumidores; É necessária análise assertiva sobre a variedade de produtos que se pretende oferecer; Visibilidade dos produtos na loja; Deve-se considerar o espaço disponível, o produto final e a segurança dos usuários, além da facilidade e conveniência das operações; Investimento na divulgação; Atendimento especializado.	Futuros concorrentes; Indisponibilidade de ingredientes devido a questões de sazonalidade; Inflação do valor dos ingredientes.

Fonte: As autoras (2021)

Infere-se do quadro 1, da análise SWOT, que o lançamento de uma seção de produtos saudáveis na panificadora em estudo tem perspectiva otimista, uma vez que a empresa, além de possuir uma marca reconhecida na cidade de Bela Vista de Goiás e ter infraestrutura preparada para fabricar e ofertar os novos produtos, está disposta, portanto, a concluir as estratégias de marketing, a enfrentar as ameaças e a corresponder às oportunidades de mercado.

Considerações finais

Os resultados obtidos nesse estudo demonstraram a viabilidade do processo estratégico de marketing na análise e na definição de uma seção de produtos saudáveis para uma panificadora situada na cidade de Bela Vista de Goiás, pois inferiram no alcance dos objetivos traçados: identificar o perfil do público-consumidor, suas intenções de compra e suas preferências.

Os dados pesquisados comprovaram a aptidão dos atuais consumidores da panificadora à compra de produtos saudáveis. Foi também surpreendente o efeito sobre as preferências desses potenciais consumidores quanto aos tipos de produtos mais desejados, o que poderá nortear o plano estratégico de marketing, de forma bastante positiva, a análise e a escolha do mix de variedade e sabores a serem ofertados pela panificadora.

Ademais, foi oportuno compreender a demanda por produtos saudáveis, por terem mais nutrientes e por trazerem grandes benefícios à saúde, o que estabelece estratégias diferenciadas para o cliente, tanto para captação de novos, quanto para a manutenção e a fidelização dos clientes existentes da panificadora que procuram por esse tipo de produto. É certa, portanto, a perspectiva de que o lançamento da seção de produtos saudáveis poderá ainda alavancar o número de clientes da empresa.

Por fim, após a pesquisa de campo, a análise SWOT atestou a disponibilidade da panificadora em fazer cumprir a ampliação do negócio, com o intuito de atender uma oportunidade de mercado, visto que os produtos saudáveis estão ligados à condição de bem-estar e, portanto, fazem parte de itens necessários de quem faz dieta, de quem tem alguma restrição alimentar, ou de quem pratica algum exercício físico, ou até mesmo por quem prefere acrescentá-los em sua alimentação diária.

Referências

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HOOLEY, Graham. **Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo** São Paulo: Pearson, 2003.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Educacion do Brasil, 2006.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUÍS, Luís Francisco Soares. Literacia em Saúde e Alimentação Saudável: Os novos produtos e a escolha dos alimentos. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/4264> Acesso: 23 Set. 2021.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia de pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- OMS - Organização Mundial de Saúde (OMS). **Alimentação Saudável**. Disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/> Acesso: 22 Set. 2021.

>> A SEGREGAÇÃO URBANA PLANEJADA EM GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães¹⁶
Roberto Fernandes de Mello¹⁷

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral apresentar a lógica do capitalismo intrínseco ao processo de urbanização no Centro-Oeste brasileiro, especificamente a partir da conurbação entre as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Entendendo que a força expansionista da malha urbana nestas cidades se deu essencialmente a partir da especulação imobiliária, promovendo o acúmulo de capital por parte da classe dominante em detrimento da manutenção funcional do estado de pauperismo urbano.

Palavras-chave: Pobreza; Urbanidade; Goiânia; Cidades.

Abstract: The present article has as general objective to present the logic of capitalism intrinsic to the urbanization process in the Center-West of Brazil, specifically from the conurban between the cities of Goiânia and Aparecida de Goiânia. Understanding that the expansionist strength of the urban network in these cities occurred mainly from real estate speculation, promoting the accumulation of capital on the part of the ruling class to the detriment of the functional maintenance of the state of urban pauperism.

Keywords: Poverty; Urbanity; Goiania; Cities.

Introdução

Neste artigo analisaremos o processo de segregação socioespacial constituído intrinsecamente às formações de cidades e suas relações com o pauperismo da população citadina. Destaca-se o Centro-Oeste brasileiro como cenário a ser pesquisado, verticalizando-se a investigação a fim de averiguar os motivos que levaram à construção da cidade de Goiânia em meados da década de 1930 e as

¹⁶ Graduado em Administração (PUC Goiás), Licenciado em Pedagogia (UNIFACVEST), Licenciado em Sociologia (UNIDERP), Pós-Graduado em Gestão Escolar (UGF), Mestre e Doutor em Educação (PUC Goiás). Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação, Iniciação/Pesquisa Científica, Extensão e Relações Comunitárias da Faculdade de Piracanjuba (NPGPERC/FAP). Diretor na Escola do Futuro de Goiás, unidade Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia/GO. E-mail: vs.seabra@gmail.com

¹⁷ Graduado em Ciências Sociais (UniEvangélica), graduado em Teologia (PUC Goiás), licenciado em Filosofia (Claretiano), graduado em Direito (ESUP), Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEvangélica). Atualmente atua como professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, leciona nos cursos de licenciatura da FAP e é advogado. E-mail: profrfm@gmail.com

nuances desse processo, como parte intencional da ostentação da cultura dominante por meio da especulação imobiliária. Seu resultado direto é a desfiliação da classe trabalhadora em seus espaços urbanos periféricos e cidades próximas.

O artigo finalizar-se-á com a abordagem das especificidades da cidade de Aparecida de Goiânia, fundada em 1922 e emancipada em 1963. Mesmo sendo mais antiga que a atual capital goiana, fundada em 1933, apresenta atualmente desafios oriundos do crescimento não planejado da Região Metropolitana de Goiânia, destacando-se os efeitos sociais da conurbação entre ambas as cidades. E, desta forma compreender as transformações urbanas como parte intencional de uma segregação planejada.

A expansão das cidades brasileiras e a segregação socioespacial

Inicialmente, é necessário distinguir entre a cidade e o urbano, conforme observa Martins (2004). Para o autor, a cidade é a parte tangível das relações sociais; já o urbano se refere ao que é constituído, de forma abstrata, a partir das relações sociais e culturais. Sendo assim, o espaço urbano evoca os fundamentos das relações sociais inerentes à constituição da sociedade urbana industrial moderna.

O espaço urbano tornou-se, a partir da Revolução Industrial (1760-1914), o *locus* privilegiado para o aglutinamento e o inchaço populacional, pois apresenta um mercado concentrado, ou seja, tem proximidade entre pessoas, produção e consumo. Confirmando tal perspectiva, Lefèbvre (2008) a endossa afirmando que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (p. 15). Esse processo fortalece a segregação socioespacial, isto é, há uma intencional marginalização urbana, que obriga as classes desprovidas de capital a se aglomerarem de forma subumana nas regiões periféricas das cidades brasileiras. Esse movimento de segregação é, então, uma característica peculiar às cidades capitalistas e exerce forte influência no dinamismo urbano moderno.

Segundo Moysés (2004), as cidades cumprem um papel fundamental na condição de aglomerado e consumo. O autor descreve as cidades como a “maternidade da economia de mercado” (p. 96). Para esse autor, “qualquer proposta urbanística, por mais intencionada que seja, dificilmente escapará das contradições do próprio capitalismo” (p. 193). Dessa forma, a própria cidade e o dinamismo urbano se tornam uma mercadoria a ser consumida.

Para esse autor, o processo que levou à expansão das cidades brasileiras foi, durante três décadas, a transposição dos trabalhadores do campo para a cidade. Desse modo, de acordo com o referido autor, na década de 2000, as cidades brasileiras concentravam cerca de 80% da população; destaca que, em 1950, esse índice era de apenas 36% da população. Esse processo de êxodo rural inchou os centros urbanos e desabitou o campo, acentuando disparidades sociais.

Há outro processo que favoreceu a urbanização das cidades, especialmente na América Latina, foi a relação de comercialização colonialista com os países do

Norte, que se tornou, por meio da “indução industrial” (SANTOS, 1982, p. 153) uma dependência às necessidades da modernização industrial dos países do Norte. Por essa razão, o autor insiste, por vezes, em associar o processo de globalização ao que ele chama de “fábrica de perversidade” (SANTOS, 2001, p. 21). Para esse autor, a globalização é o auge da “internacionalização do mundo capitalista” (p. 23) e tende a matar a noção de solidariedade.

O autor prefere usar o neologismo “globalitarismo” (SANTOS, 2001, p. 38), ao invés de globalização, pois assim faz menção ao autoritarismo e à violência que o processo de internacionalização traz por si só. Esta mesma percepção também é partilhada por Bourdieu (1998) ao se referir ao que ele chama de mito da “mundialização” (p. 50), que, na sua visão, é “uma volta a um capitalismo selvagem” (p. 50).

Na perspectiva de Ribeiro (1985), o Brasil é um dos países que se configuram como o que ele denomina de “Povos-Novos”, que é resultantes da mistura cultural entre o colonizador europeu, os nativos e os escravos, sendo que estes “não estão presos a qualquer tradição do passado. São povos em disponibilidade [...] estão abertos ao novo” (p. 70). Ribeiro (1985), ao se referir ao histórico processo de colonização usado pelos povos antigos, que atualmente se assemelha à globalização moderna, o descreve como um processo que intenta “impossibilitar à maioria da população de criar e exprimir uma cultura original, e a compele a adotar ideias, valores e costumes estranhos” (p. 131). Então, isto facilita a absorção da globalizada cultura capitalista moderna com relativa passividade e grande admiração, sendo esse processo perceptível no projeto urbanístico de expansão das cidades brasileiras, gerando desigualdades e perversidades.

Destarte, nas cidades brasileiras, houve uma intencional formação urbana dependente ou, na perspectiva de Ribeiro (1985), houve, inicialmente, uma “desculturação” e, posteriormente, uma “aculturação” dos novos hábitos colonizadores (p. 131). Esse processo favoreceu a absorção do pauperismo no passado, mas igualmente apresenta semelhança com o sistema vigente, naturalizando o estado de pobreza. Posto isso, há que se considerar que a marginalidade integra o *modus operandi* do capitalismo nas cidades brasileiras. Para tanto, mediado por essas contradições, na perspectiva de Moysés (2004, p. 198), o urbano não pode ser entendido enquanto lugar de “urbanidade”, pois nesse ambiente se articulam interesses diferenciados e interesses em conflito, conflito este intencional e mantenedor do processo de aculturação capitalista global, que gera notória desigualdade e enfatiza o pauperismo.

A pobreza não é uma particularidade das cidades, porém Mollat *apud* Castel (1998) afirma que “o pauperismo deve suas origens às mutações das estruturas agrárias, mas é na cidade que se manifesta em toda a sua amplitude” (p. 113). Tal postulado é compartilhado por Moysés (2004) que defende a tese de que é nas cidades que os problemas sociais se agravam e se desnudam com maior visibilidade, cenário este relativamente diferente do contexto rural. Para o autor, a modernização das cidades brasileiras se deu marcada, essencialmente, pela segregação dos espaços urbanos, assim como numa elitização desses espaços.

Santos (1994) associa o processo de urbanização do Brasil à pobreza e afirma que “a cidade em si, como relação social e como materialismo, torna-se criadora de pobreza” (p. 10). Para o autor, a cidade é o receptáculo necessário que favoreceria a geração e a concentração de riquezas, porém, concomitantemente, e não contrariamente, são as cidades a forma moderna de produção de pobreza.

Moysés (2004) reafirma que “a experiência brasileira mostra que riqueza e pobreza atraem-se” (p. 180), pois é exatamente nas áreas urbanas mais modernas e dinâmicas que se concentra parte considerável da riqueza do país, mas também é o local de refúgio para os miseráveis e paupérrimos. Neste sentido, o autor categoriza a coexistência de uma “cidade legal” e, simultaneamente, uma “cidade ilegal” ou “não-cidade”. Sendo que “ambas existem, convivem e desconfiam uma da outra” (MOYSÉS, 2004, p. 196).

Na percepção de Frigotto (1996) a lógica de acumulação de riquezas é, simultaneamente, a lógica de acumulação da miséria. Para o autor, o crescimento do Brasil nos últimos cinquenta anos é inegável, porém o crescimento da miséria seguiu a mesma proporção. Isso demonstra que a matriz de ocupação urbana aplicada no Brasil é notadamente marcada pelo pauperismo intencional e mantida por uma velada gestão filantrópica da pobreza nos centros urbanos. A cidade precisa da população de baixa renda, pois essa é funcional à manutenção do sistema de acúmulo de capital. Por essa razão, pobreza e riqueza habitam a cidade, simultaneamente.

O processo de urbanização do Centro-Oeste brasileiro

Pouco tempo após a suposta descoberta do Brasil pelos portugueses, já se tem registros de explorações no sertão goiano, algo entorno de 1592 (MORAES, 2003). Contudo, é a partir do projeto denominado *Marcha para o Oeste*, criado durante o Governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945), que houve uma massificação nos incentivos para ocupação do Centro-Oeste brasileiro, favorecendo assim a migração e ocupação dessa região. Segundo Moraes (2003), “o programa Marcha para o Oeste tornou-se o símbolo da ocupação do Centro-Oeste” (p. 16), especialmente a partir da década de 1930.

A construção de Brasília, importante marco de expansão e ocupação do Centro-Oeste brasileiro, estava prevista desde 1891 por força da Constituição Republicana; Entretanto, apenas no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos de 1956 a 1961, foi que efetivamente a cidade surge no Planalto Central como símbolo da campanha *50 anos em 5*. Desta forma, Brasília marca um rompimento com o passado com tons de nacionalismo e ares de um progresso com visibilidade internacional. Contudo, é preciso salientar que a construção da cidade não foi uma iniciativa unânime, fraterna e harmoniosa. De acordo com Gouvêa (1995), em 1959 dezenas de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho foram metralhados e mortos. Para o autor, um dos principais desafios e conflitos vividos nos primeiros anos de Brasília foi o nomadismo oriundo da migração, especialmente praticado pela população pobre, que foi, marginalizada para as cidades satélites.

De acordo com Santos (1994) o Centro-Oeste brasileiro, especialmente as regiões de Brasília e Goiânia, mostrou-se fortemente receptivo aos novos movimentos e fenômenos de urbanização que já estavam em efervescência pelo país, pois o Centro-Oeste era praticamente virgem. O autor compara Goiás com “um verdadeiro espaço *natural*” (p. 62 - grifo no original). O território urbano do Centro-Oeste brasileiro, segundo Moraes (2003, p. 26), é marcado por uma gama de diversidade urbanística, como descreve:

Há cidades ribeirinhas, vilas criadas em torno de capelas (construídas nas grandes fazendas), vilarejos criados em cima de aldeamentos indígenas e presídios militares, cidades de beira de estrada, de beira de ferrovias e tantas outras, traçadas de forma espontânea ou com algumas técnicas urbanísticas do seu povo.

Ao considerar a formação do Centro-Oeste brasileiro como uma ação de urbanização espontânea, a autora não quer polarizar numa perspectiva de que não tenha havido uma intervenção intencional dos grandes produtores de café e dos políticos da época. Pelo contrário, a autora considera que todo processo de urbanização é determinado socialmente e traz consigo traços da cultura regional.

Para Moraes (2003), o desenho urbano das três principais cidades planejadas do Centro-Oeste brasileiro, a saber, Goiânia, Brasília e Palmas, não contemplavam políticas públicas para as camadas populares, nem tinha estrutura urbana para atender as classes de baixa renda. Os planos urbanísticos dessas cidades definiam claramente um traçado urbano moderno que atendia aos interesses da classe dominante, “ficando o trabalhador de baixa renda fora do planejamento elitista que estruturou essas cidades” (p. 223). Dessa forma, o suposto planejamento urbano de ocupação do Centro-Oeste brasileiro se mostrou, intencionalmente, elitista e excludente.

Segundo Moysés (2004, p. 28), “o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília abriga 39,5% da população total do Centro-Oeste brasileiro”. Conforme o autor, é a construção da cidade de Goiânia e a mudança da capital federal para Brasília, que abrem o Centro-Oeste brasileiro para a economia nacional, integrando a região Sul e Norte do Brasil. É válido ressaltar que o então desenvolvimento urbano do Centro-Oeste não foi um movimento espontâneo, num sentido *lato*, mas tinha relação direta com a expansão cafeeira paulista, interesses políticos, alinhamento com o capitalismo internacional e a especulação imobiliária.

A região metropolitana de Goiânia: expansão e desigualdade social

A partir da construção da cidade de Goiânia, nos anos de 1930, a capital de Goiás deixaria de ser a cidade de Vila Boa, conhecida também como cidade de Goiás ou Goiás Velho. Segundo Moysés (2004), as razões que colaboraram para tal mudança estariam relacionadas às limitações da antiga capital, tais como: a) locacional, por ser de difícil acesso; b) topográfica, por ser uma região montanhosa e de geografia acidentada e, c) sanitária. Confirmando tal perspectiva, Monsueto (2015)

reitera que a região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se constituiria a nova capital por apresentar “melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas e, pela proximidade da estrada de ferro” (p. 11). Entretanto, ambos os autores questionam as reais intenções da construção de Goiânia como sendo um intento de conveniência de interesses políticos, econômicos e imobiliários.

Os artífices da construção de Goiânia foram Pedro Ludovico Teixeira (médico e político), Atílio Corrêa Lima (arquiteto) e Armando Augusto de Godoy (engenheiro). Contudo, o que seus artífices não puderam prever o quão acelerado seria a ocupação urbana, a partir da qual surgiu real conurbação com cidades vizinhas. Segundo Moysés (2004), atualmente, a região denominada Grande Goiânia, que após a Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999, do Governo Estadual, passou-se a denominar Região Metropolitana de Goiânia¹⁸, abarca onze municípios, a saber (em ordem alfabética): Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. E também há o que se denomina de Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, incluindo a mais os seguintes municípios: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturai, Guapó, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

A construção da cidade de Goiânia assim como de sua Região Metropolitana é alvo de críticas por haver uma planejada segregação socioespacial na região desde sua fundação, sendo tal intento maquiado por uma naturalização do estado de pobreza e mediado por um suposto crescimento populacional. Nesse viés, Moraes (2003, p. 15) assevera que a estruturação do espaço urbano de Goiânia formou duas cidades: “a cidade do plano original, onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica, que serve de abrigo para as classes menos favorecidas”.

Moysés (2004) afirma que a cidade de Goiânia “rendeu-se aos interesses imediatos dos políticos, dos moradores, dos especuladores” (p. 193). Na percepção de Duarte (2012, p. 36) é preciso criticar a construção de Goiânia, ponderando que “a construção de Goiânia veio atender, portanto, à acomodação dos interesses políticos e econômicos das elites locais e regionais”, e acrescenta:

O que se verifica é que a cidade de Goiânia foi se constituindo, em seu percurso histórico, como espaço de segregação, construindo, assim, duas cidades: uma idealizada, que comumente aparece nas propagandas institucionais, e outra real, oculta, espaço de sociabilidade de uma grande parcela da população – entre ela, os jovens – cujos recursos são suficientes apenas para reproduzir enquanto força de trabalho, participando marginalmente da cidadania social e do mercado de consumo (DUARTE, 2012, p. 49).

A existência de duas cidades dentro da cidade de Goiânia, conforme considera Moraes (2003), tornou-se mais visível quando esta foi apontada como uma das quatro

¹⁸ A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 78, de 25 de março de 2010, e nº 87, de 7 de julho de 2011.

idades com maior índice de desigualdade social do País e a 10ª com maior desigualdade na distribuição de renda no Mundo, segundo relatório da ONU-Habitat, intitulado *Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido*, apresentado no 5º Fórum Urbano Mundial, realizado nos dias 22 a 26 de Março de 2010, no Rio de Janeiro, Brasil. A mesma informação foi ratificada, posteriormente, no documento da ONU intitulado *Estado de las Ciudades de America Latina y el Caribe 2012*.

O índice Gini do Brasil, segundo Viapiana (2006), manteve-se relativamente estabilizado em torno de 0,60 entre 1960 e 2002. Entretanto, segundo o autor, este índice é alto, pois quanto mais próximo de 1 maior é a concentração de renda, ou seja, maior é a desigualdade. Conforme o autor, a média mundial para o mesmo período foi de 0,38. Segundo dados do IBGE, o índice Gini de Goiânia em 2003 era 0,42. Em 2005, segundo relatório da ONU-Habitat, o índice já estava em 0,65, superando a média nacional. Segundo o relatório atual da CEPAL (2015) o índice Gini do Brasil estava em 0,548.

Acerca do relatório da ONU-Habitat, Cecília Martinez (2010), na *home page* oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, destacou que:

O estudo realizado não mede crescimento econômico e sim de desigualdades. É muito comum um local com grande desenvolvimento econômico apresentar por consequência aumento na desigualdade social (...) as cidades estão em constante movimento e devem acompanhar estas mudanças e oferecer condições e oportunidades à sua população. O que o relatório fez não foi medir se as cidades são melhores ou piores, e sim se estão sendo capazes de acompanhar suas mudanças dando oportunidades ao seu povo (...) os problemas do mundo estão se tornando estritamente urbanos e por isso a importância do estudo realizado pela ONU que permite acompanhar como as cidades estão evoluindo (s.p.).

A citação acima confirma o estado de naturalização da pobreza no cenário moderno, associando as desigualdades sociais ao processo de desenvolvimento econômico urbano, como etapa natural e inevitável deste, o que é falacioso e apenas reforça a noção da pobreza como paisagem aceitável. Dessa forma, o pauperismo se mistura à urbanidade hodierna, sem se levar em consideração as especificidades sociais, históricas e culturais causadoras do estado de pobreza nas cidades.

Dijaci David de Oliveira, professor e cientista social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta, em Dias (2012), o relatório da ONU-Habitat, ponderando que:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não [se] fez a distribuição das riquezas [...]. As empresas [em Goiânia] têm geralmente poucos empregados e são, em muitos casos, familiares. Os dividendos acabam distribuídos de forma doméstica [...] Os mais ricos poderiam distribuir melhor suas riquezas, têm margens de lucros imensas. Em vez disso, sonégam o que podem e concentram (riquezas) mais ainda, ao não pagar bem seus trabalhadores; como se não bastasse, ainda terceirizam o que for conveniente, precarizando as relações de trabalho [...] A transferência de renda não deve ser exclusividade do poder público (s.p.).

A crítica se dá, portanto, a partir da comprovação de que, no contexto goiano, o trabalhador produz muito mais que o suficiente para custear as despesas operacionais, mas que tal benesse não é revertida ao trabalhador. Isto favorece o acúmulo de capital de alguns em detrimento do labor de muitos. O resultado moderno é a subproletarização do trabalhador, ou seja, “trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados” (ANTUNES, 2005, p. 53).

Melo (2014), acerca do relatório da ONU-Habitat, explica a lógica estatística sobre o acúmulo de riquezas em Goiânia, baseada no Índice Gini, metodologia utilizada pela ONU:

O índice de Gini é calculado por uma fórmula que compara os 20% mais pobres da população com os 20% mais ricos. Em Goiânia os 20% mais pobres detêm apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 (...) Na minha opinião o melhor a ser feito é intensificar os investimentos em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis [...] (s.p.).

A lógica proposta para minimizar as distâncias sociais entre ricos e pobres seria, conforme citação anterior, investir em educação. Entretanto, é preciso não tratar a educação como panaceia social, pois há que se considerar a funcionalidade e coerção da escola, especialmente para as classes populares. Contudo, é necessário ressaltar a importância do debate acerca do processo educacional como agente social, pressuposto igualmente partilhado pelo professor João Batista de Deus, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) que, ao se referir aos dados apresentados pela ONU-Habitat, em citação de Leite (2014), argumenta que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional, e acrescenta:

Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas. Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental (s.p.).

Investir em educação como forma de combate às desigualdades sociais e ao pauperismo, conforme proposto nas duas citações anteriores, não se trata de uma ideia completamente deslocada ou imprópria, mas há de se criticar o real propósito da escola moderna, especialmente numa perspectiva bourdieusiana, mais especificamente no que se refere a seu propósito em relação às classes populares. Há também que asseverar seus critérios de acessibilidade e suposta equidade educacional, especialmente para os jovens das camadas populares. Do contrário, o discurso educacional e os anos de escolarização serão apenas uma etapa de dissimulação social e condicionamento do estado de naturalização da pobreza.

Há que se destacar que as mudanças constantes no cenário econômico, educacional, social, político e cultural, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, estão dando-se numa velocidade descompassada frente ao ritmo de crescimento e suposto desenvolvimento da cidade de Goiânia e região. A consequência disso é o distanciamento social entre ricos e pobres, porém fazendo-os

conviver, aparentemente, no mesmo espaço geográfico. Tal realidade pode ter como causa, dentre as hipóteses plausíveis, o fato migratório, como defendido por Dias (2012):

Goiânia é uma cidade atraente. Nas estatísticas, está entre as capitais já consideradas consolidadas — excetuam-se as de Estados que eram territórios ou criados recentemente, como Palmas, no Tocantins —, que mais atraem para si uma enorme população, boa parte de outros Estados. Esse contingente vem em busca de melhores condições de vida, cada um a seu modo. Mas não só de pobres se constitui essa massa: há também, por exemplo, executivos de grandes empresas e indústrias da região metropolitana e de outras cidades. O grande desenvolvimento do Estado nas últimas décadas possibilitou também esse outro tipo de fluxo migratório [...] Goiânia virou parada tanto para quem está em situação cômoda financeiramente como para gente que vem tentar a sorte (s.p.).

A migração rumo a Goiânia e região é comprovada pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009) quando registra que, em termos absolutos, São Paulo é o Estado que mais recebeu imigrantes (535 mil), seguido de Minas Gerais (288 mil), Goiás (264 mil), Bahia e Paraná (ambos com 203 mil novos imigrantes). Entretanto, no que tange ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), Goiás é o maior entre todos os Estados da Federação, com 0,32. Este Índice (IEM) é a diferença entre a quantidade de pessoas que entraram no Estado (imigrantes) e as que saíram (emigrantes). Portanto, Goiás é o Estado com maior percentual no saldo líquido migratório, pois São Paulo apresentou um Índice de (-) 0,05 e Minas Gerais 0,02.

Tal perspectiva migratória rumo a Goiás é igualmente comprovada nos estudos de Moysés (2004), que apresenta como razões dessa atração de imigrantes as seguintes pressuposições: primeiro, o fato de a região encontrar-se numa área que faz fronteira com muitos estados, saber: Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal; segundo, por ser um local receptivo, pois na visão do autor, Goiás ainda consegue ser relativamente hospitaleiro, fixando, por isso, grande parte dos imigrantes; e, terceiro, por ser uma área de passagem, especialmente em direção ao Norte, sendo esta uma rota comercial de escoação logística da produção do Sul. Monsueto (2015, p. 50) corrobora com essa percepção ao demonstrar que, na atualidade, o estado de Goiás é um dos estados que mais recebe imigrantes e afirma que “enquanto a média nacional gira em torno de 14% de imigrantes em cada estado, para Goiás esta proporção sobe para mais de 27%”.

Moysés (2004) argumenta que o processo migratório para o Centro-Oeste brasileiro iniciou-se na *Marcha para o Oeste*, que se deu em meados da década de 1930 e potencializou-se a partir da década de 1950. Então, tal movimento migratório rumo ao interior do Brasil não é uma especificidade recente, mas configura uma continuidade ainda hoje perceptível e torna mais complexa a ocupação urbana atual.

Para esse autor, a cidade de Goiânia, sofreu grande crescimento populacional nos últimos sessenta anos, mas isso não quer dizer que essas regiões se desenvolveram igualitariamente, conforme denúncia da ONU-Habitat. Por essa razão,

para Moysés (2004), o crescimento numérico de uma cidade não reflete, necessariamente, o desenvolvimento urbano e social, o que se torna palpável no caso de Goiânia e Aparecida de Goiânia, entre outras do Centro-Oeste brasileiro.

Aparecida de Goiânia e as transformações sociais

A cidade de Aparecida de Goiânia teve seu início oficial em 1922, ou seja, antes da construção de Goiânia, o que contrapõem o imaginário goiano de se pensar em Goiânia como o marco inicial da expansão do Centro-Oeste brasileiro. A cidade de Aparecida de Goiânia começa sua história a partir da doação de terras, por parte de fazendeiros locais, para a construção da Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Ali se formou um vilarejo, que, nas décadas de 1950 e 1960 foi alvo de grande explosão demográfica ocasionada pela *Marcha para o Oeste*, pela construção da nova capital do Estado de Goiás, pela construção de Brasília e pela construção da BR-153. Entretanto, somente em 14 de Novembro de 1963 a cidade de Aparecida de Goiânia emancipou-se, pela Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963.

A denominação “Aparecida de Goiânia” não foi a primeira da cidade, que, enquanto povoado, ainda na década de 1920, era denominada “Aparecidinha”. Em dezembro de 1958, o nome foi alterado para Vila Aparecida de Goiânia¹⁹ e, nesse mesmo mês, foi renomeada como “Goialândia”²⁰. Somente em 1963 recebe o nome Aparecida de Goiânia, que permanece até os dias atuais.

Segundo Simone (2014), logo no início da história de Aparecida de Goiânia vários fazendeiros se estabelecem na região adquirindo “grande quantidade de terras férteis e baratas” (p. 17). Segundo a autora, a trajetória inicial de Aparecida de Goiânia é também marcada pela religiosidade, em relação à qual há que se destacar os padres Redentoristas, no fim do século XIX.

O início da cidade de Aparecida de Goiânia é marcado por diversas impressões e sensações. Simone (2014) transcreve relatos dos diários de um morador chamado Benedito Batista de Toledo, que presenciou a fundação de Aparecida de Goiânia. Ele descreve:

Fincou-se o Cruzeiro no dia 03 de Maio de 1922, e nesse dia houve uma missa campal no pé deste Cruzeiro, depois foi feito ali um rancho de palha de bacuri que serviu de igreja por alguns tempos [...] Os fazendeiros fizeram suas casas ao redor da praça e os mais humildes fizeram nas mediações suas casas, como ranchos de capim. Assim, em 1922, fica definida e concretizada a fundação do Arraial Aparecida de Goiás, com início da construção da Capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida [...] (p. 16-17).

Segundo a autora, baseada em dados fornecidos pelo IBGE, a população da cidade na década de 1960 era composta de 1.082 habitantes na zona urbana e 5.994 habitantes na zona rural. Décadas depois, segundo dados do IBGE, do Censo

¹⁹ Segundo a Lei Municipal nº 1.295 de 19 de Dezembro de 1958.

²⁰ Segundo a Lei Municipal nº 1.406 de 26 de Dezembro de 1958

Demográfico de 1991, a população da cidade de Aparecida de Goiânia era de 178.483 habitantes. Na Contagem Populacional de 1996, a população já era de 264.063 habitantes. No Censo Demográfico de 2000, a população atingia 336.392 habitantes. Na Contagem Populacional de 2007, a população estava em 475.303 habitantes. Entretanto, no Censo Demográfico de 2010, último censo realizado, houve uma queda para 455.657 habitantes. Contudo, na estimativa para 2015, apresentada pelo próprio IBGE, pela Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS), a população seria de 521.910 habitantes.

A cidade de Aparecida de Goiânia, segundo Camilo (2014) e Simone (2014), foi fortemente influenciada pelo mercado imobiliário. Essa influência se torna notória na ocupação territorial da cidade, comprovando mais uma vez que a especulação imobiliária se tornou, efetivamente, uma marca de expansão, controle e segregação social no Centro-Oeste brasileiro.

A especulação imobiliária torna o ato de habitar, e a própria casa, mercadoria com especial valor. E para que esta continue com os preços elevados é preciso que haja escassez de moradia, isto é, lotes vagos, mas vendidos, que *adormecem* improdutivamente para que, num futuro, possam obter maior valor. Essa lógica da escassez é intencional, conforme explica Villaça (1986): “a escassez precisa ser produzida e controlada na sociedade capitalista, [...] o capitalismo precisa criar permanentemente a escassez para poder haver concorrência” (p. 6).

Segundo Souza (2014), em Goiânia, a partir da aprovação da Lei nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, de Parcelamento do Solo, tornou-se obrigatório que o loteador executasse as obras de infraestrutura, como asfalto, eletrificação, abastecimento de água e drenagem urbana. Sendo assim, foram onerados os custos da abertura de loteamentos em Goiânia. Segundo a autora, isto pode ter sido a mola propulsora dos negócios imobiliários nas cidades do entorno de Goiânia, especialmente Aparecida de Goiânia, fato perceptível especialmente na gestão municipal de Freud de Melo, nos anos de 1978 a 1981.

A partir da gestão do, então prefeito, Freud de Melo, foi autorizada a venda de lotes em mais de cem novos loteamentos, conforme resgate documental do próprio prefeito (MELO, 2002). Na visão do autor, houve uma explosão imobiliária ocasionada pela boa articulação política e pelas qualidades de Aparecida de Goiânia. Fatos esses questionáveis, pois, segundo Souza (2014, p. 28), esses novos loteamentos foram “registrados na conveniência econômica dos proprietários das terras”. A maioria desses loteamentos estão, até o corrente ano, “sem rede coletora de esgoto e com graves problemas de degradação ambiental em suas áreas verdes de preservação” (SOUZA, 2014, p. 28). Por essa razão, não parece ser exagero a percepção de Simone (2014, p. 44) ao afirmar que “Aparecida teve um crescimento desordenado”.

Segundo a autora, o Setor Cidade Livre foi a primeira ocupação de Aparecida de Goiânia. Posteriormente, vieram outras, como o Setor Colina Azul e o Setor Tiradentes. A autora critica o processo de ocupação urbana de Aparecida de Goiânia, considerando que “parecia que era só demarcar um lote, e o resto vinha depois [...] falta infraestrutura, o Poder Público não conseguia acompanhar o crescimento” (SIMONE, 2014, p. 44). A autora denuncia que surgiam assentamentos da noite para

o dia para “desafogar a grande Goiânia” e acrescenta: “muitas famílias aqui eram deixadas em barracas de lona, de madeira ou mesmo ao relento em busca de uma nova vida” (SIMONE, 2014, p. 46).

O ex-prefeito Freud de Melo, ao se referir a esse tempo o faz a partir de uma perspectiva relativamente romântica e bem particularizada dos fatos, ele afirma:

Aparecida proporcionou a goianos e brasileiros vindos de todos os rincões da pátria a oportunidade de construir a tão necessária moradia, acho que os goianienses, em especial, foram os mais beneficiados com a explosão imobiliária verificada a partir da década de 1970 [...] posso afirmar que em relação à população goianiense, praticamos um benefício relevante e de caráter social sem precedentes, porque motivamos a oportunidade para que mais de 200 mil goianienses, impossibilitados de morar em Goiânia, pudessem se transferir para Aparecida (MELO, 2002, p. 81).

Boaventura e Assunção (2013), ao contrário da percepção de Freud de Melo (2002), consideram que Aparecida de Goiânia se desenvolveu como uma cidade-periferia de Goiânia, pois absorveu, ao longo dos anos, um grande número de pessoas, mas não foi capaz de proporcionar condições de integração social, especialmente às classes populares, o que lhe rendeu a designação de cidade-dormitório.

Para Moura (2009), a qualificação cidade-dormitório é cabível quando há uma implicação de subordinação e dependência a outra cidade, promovendo segregação socioespacial. Na percepção de Castel (2008) as cidades-dormitório são “gaiolas de coelhos” (p. 21), termo pejorativo que denuncia a condição de vida social da população nestas cidades-periferias. Simone (2014, p. 44) endossa tal realidade e considera que “alguns moradores tinham vergonha de dizer que moravam em Aparecida e nossa cidade passou a ser chamada de cidade-dormitório, pois os que aqui moravam trabalhavam em Goiânia e dormiam em Aparecida”.

A desmitologização da noção de cidade-periferia e a revisão do rótulo de cidade-dormitório, designadas a Aparecida de Goiânia só começam a acontecer, segundo Pinto (2009), a partir da década de 1990. Segundo o autor, é somente a partir de 1990 que a cidade de Aparecida de Goiânia começa a ingressar num processo centrípeto de interiorização das relações sociais, empregatícias e urbanas, reduzindo paulatinamente a dependência em relação à cidade de Goiânia.

De acordo com Pinto (2009), Aparecida de Goiânia deixa de ser uma cidade da periferia de Goiânia apenas nos últimos vinte anos, na medida em que houve transformações socioeconômicas no desenvolvimento intraurbano. Dessa forma, surgiriam novas centralidades, que, para o autor, configuram centros geográficos de grandes demandas sociais e urbanas. Tal pressuposto é questionado, especialmente por Souza (2014), ao constatar que, até 2013, não havia qualquer livraria na cidade, o que demonstra que ainda há, de certo modo, uma dependência da Capital para suprir elementos simples da vida cotidiana.

Em contrapartida, Simone (2014) afirma que, na atualidade, o Poder Público tem feito inúmeras campanhas de estímulo ao consumo local pelas pessoas que moram em Aparecida de Goiânia. Isso favoreceu, segundo a autora, a circulação de

dinheiro na própria cidade e, assim, descentralizou o consumo em relação à Capital. Entretanto, é perceptível que ainda há uma forte ligação, e talvez até dependência, entre ambas as cidades.

Pinto (2009) não desacredita na forte conurbação²¹ e periurbanização²² existente entre Goiânia e Aparecida de Goiânia; pondera, porém que “no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia, as subcentralidades processaram uma (des)estruturação do poder, e se impuseram frente às articulações com suas marginalidades, construindo novas lógicas centrípetas” (p. 46). Dessa forma, para o autor, a cidade de Aparecida de Goiânia estaria conseguindo romper, paulatinamente, com o estigma de cidade-dormitório, porém ainda é um processo em longo prazo.

Há de se destacar, por fim, que o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia somente foi aprovado em 2002, pela Lei Complementar nº 004/2002, de 30 de janeiro, o que, segundo Camilo (2014) marca “o processo de reordenamento urbano e econômico da cidade” (p. 63). O Novo Plano Diretor (2014) foi entregue à Câmara no dia 1º de dezembro de 2015 e divide a cidade de Aparecida de Goiânia em 11 macrozonas: 1) Paraíso, 2) Buriti Sereno, 3) Garavelo, 4) Vila Brasília, 5) Santa Luzia, 6) Expansul, 7) Zona da Mata, 8) Centro, 9) Papillon, 10) Cidade Livre, e 11) Zona Rural.

Considerações finais

Ao findar este artigo fica notório que a ocupação das cidades brasileiras, especialmente as da região do Centro-Oeste, foi marcada pela segregação planejada e pela especulação imobiliária. As cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia vivenciaram em suas teias urbanas os desafios sociais de serem cidades modernas que, mesmo com todo o suposto progresso, ainda assim se mostraram num eficaz receptáculo da pobreza, agora majoritariamente urbana.

Ao que parece a dialética da escassez de moradia e a naturalização do estado de pobreza em relação às submoradias em locais sem infraestrutura é uma característica de ocupação dos espaços da cidade de Aparecida de Goiânia, assim como uma marca da expansão das cidades do Centro-Oeste brasileiro. Para Cavalcanti e Paula (2007, p. 13), “esse processo é próprio das cidades modernas sob a hegemonia do capital”.

A segregação socioespacial que resulta em periferias, ou cidades-periferias, é uma intencional ação das elites que tendem a alocar para perto de si infraestruturas de bem coletivo, formando centros urbanos abastados, providos de redes de suprimento e de oferta de emprego. Em contrapartida, as classes populares são intencionalmente afastadas desses centros urbanos e relegadas a submoradias em condições precárias em bairros ou cidades relativamente distantes das oportunidades

²¹ O termo “conurbação” refere-se ao aglomerado urbano formado por duas ou mais cidades próximas, que se interligam territorialmente.

²² O termo “periurbanização” refere-se à desconcentração da população dos centros urbanos.

de emprego e das redes de suprimento de necessidades básicas.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CAMILO, Janaina de Holanda. **O preço da terra e o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia (2001-2004)**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTI, Lana de Souza e PAULA, Flávia Maria de Assis. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- DIAS, Elder. **Os extremos se encontram em Goiânia**. Jornal Opção, ed. 1940. 09-15/09. s.p. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>> Acessado em: 26 de março de 2014.
- DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares**. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEITE, Adriano Marquez. **Assessoria de Comunicação (ASCOM)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Disponível em <<http://www.ascom.ufg.br/pages/13084-goiania-e-10-mais-desigual-no-mundo>> Acessado em: 27 de março de 2014.
- MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha, chapéu de palha**. Jundiaí: Paco Editorial: 2011.
- MARTINEZ, Cecília. **Desigualdade social**. 12/05/2010. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/noticias/ver/id/92937/tipo/geral/desigualdade>> Acessado em: 26 de março de 2014.
- MARTINS, Wilmont de Moura. **Trilhas juvenis: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia**. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.
- MELO, Freud de. **Aparecida de Goiânia: do zero ao Infinito**. Goiânia: Asa Editora, 2002.

MELO, Nelcivone. Goiânia, o Índice de Gini e a desigualdade social. **Diário de Goiás**. 19/03/2014. Disponível em: <<http://diariodegoias.com.br/opiniaio/5368-goiania-o-indice-de-gini-e-a-desigualdade-social>> Acessado em: 26 de março de 2014.

MONSUETO, Sandro Eduardo (org). **Goiás 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

ONU. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe 2012**. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>> Acessado em: 13 de Agosto de 2014.

PINTO, José Vandério Cirqueira. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaços intra-urbanos de Aparecida de Goiânia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, nº16, p. 45-59, 2009.

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, 2009**. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>> Acessado em: 15 de setembro de 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros. Livro I - Teoria do Brasil**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMONE, Nilda. **Um olhar sobre Aparecida**: história e cultura. Goiânia: Kelps, 2014.

SOUZA, Maria Ester. **Apropriação de áreas públicas em Aparecida de Goiânia**: uso, abandono e gestão da cidade atual. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime**. Porto Alegre: AGE, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.

>> O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA IMERSÃO DESDE A SUA CRIAÇÃO E SUA CONTROVERSA ATUAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR ATÉ OS DIAS ATUAIS

Fabíola de Sousa Melo²³

Mariana Carolina Caetano de Araújo²⁴

Leonardo Coelho dos Santos Dutra²⁵

Resumo: O trabalho tem por escopo realizar uma imersão desde a histórica criação do Supremo Tribunal Federal (STF), em 24 de fevereiro de 1891 e discutir sua atuação ao longo da história, buscando realizar uma reflexão a partir da obra de Felipe Recondo, *Tanques e togas: o STF e a ditadura militar* (2018), em que o autor se dedica a pesquisar profundamente sobre o assunto. E refletir sobre as mudanças ocorridas ao longo dos anos, sobre os avanços e retrocessos na polêmica e as vezes controversa atuação do STF, para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, desde o embrião da justiça no Brasil até a atuação do STF no ano de 2020.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Liberdade; Justiça; Democracia; Isonomia.

Abstract: The work aims to present the creation of the Supreme Federal Court (STF) on February 24, 1891 and discuss its performance throughout history, seeking to reflect on the work of Felipe Recondo, *Tanks and togas: the STF and the military dictatorship* (2018), in which the author dedicates himself to deep research on the subject. And reflect on the changes that have occurred over the years, on the advances and setbacks in the controversial action of the STF. And to reflect on the changes that occurred over the years, on the advances and setbacks in the controversy and the sometimes controversial action of the STF, for this purpose a bibliographic review was carried out on the subject, from the embryo of justice in Brazil to the performance of the STF in year 2020.

Keywords: Military Dictatorship; Freedom; Justice; Democracy; Isonomy.

Introdução

²³ Graduação em Direito (UNIVERSO). Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário (UCAM0). Pós-Graduação em Direito Penal (Faculdade Processus). Docente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: fm82abreu@hotmail.com

²⁴ Graduação em Direito (Centro Universitário de Brasília). Docente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: marianacarol18@gmail.com

²⁵ Graduação em Direito (UNIVERSO). Pós-Graduação em Direito Público (Unirv). Pós-Graduação em Processo Civil (UniMB). Mestrando em Ciência Política (UFG).

No Brasil o primeiro Tribunal foi o *Tribunal da Relação*, criado em 1587, em Salvador, que deixou de ser instalado, por não haverem chegado seus integrantes ao país e somente no ano de 1609, e que D. Filipe III, expediu *Alvará* ordenando que se constituísse na mesma cidade a *Relação do Brasil*, que em 1609, foi suprimida e posteriormente foi restaurada por D. João IV em 1652. Cerca de um século depois em 13 de outubro de 1751 surge a *Relação do Rio de Janeiro*, criada pelo *Alvará* de D. José I, tirando da Bahia o título de *Relação do Brasil*. E em 1763, a sede do Governo-geral é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro (MONTEIRO, 1993).

O *Supremo Tribunal Federal* foi precedido pela casa de *Suplicação*, criada pelo Príncipe Regente pelo *Alvará* de 10 de maio de 1808, quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil, convertendo a *Relação do Rio de Janeiro* em *Casa de Suplicação do Brasil*. Mediante *Carta de Lei* expedida em 16 de dezembro de 1815, o Príncipe Regente elevou o Estado do Brasil à categoria de Reino, ficando, assim, constituído o Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves (SILVA, 1997).

I - A Relação desta cidade se denominará Casa da Suplicação do Brasil, e será considerada como Superior Tribunal de Justiça para se findarem ali todos os pleitos em última instância, por maior que seja o seu valor, sem que das últimas sentenças proferidas em qualquer das Mesas da sobredita Casa se possa interpor outro recurso, que não seja o das Revistas, nos termos restritos do que se acha disposto nas Minhas Ordenações, Leis e mais Disposições. E terão os Ministros a mesma alçada que têm os da Casa da Suplicação de Lisboa (...) (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

E posteriormente foi criado o *Supremo Tribunal de Justiça* tratado na *Carta Imperial* de 1824 art. 163. Não obstante, serem dotados de competência bem menos amplas e relevantes essas duas cortes representaram sem dúvida os fundamentos do *Tribunal*, constituída pelo regime republicana em 1891, criado com essa denominação pela primeira *Constituição Republicana Brasileira* promulgada em 24 de fevereiro de 1891, em despacho em seu art. 56, sobre a composição e a forma de nomeação de seus membros. Segundo consta, na ata lavrada, reuniu-se no *Tribunal* no Edifício da Relação à rua do Lavrador no Rio de Janeiro às 13:00 horas do dia 28 de fevereiro de 1891, em sessão extraordinária de instalação e foi composta por 15 (quinze) membros, o *Supremo Tribunal Federal*. Proclamada a independência do Brasil, estabeleceu a *Constituição* de 25 de março de 1824, no art. 163 (O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1976):

Na Capital do Império, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Províncias, haverá também um Tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juizes letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o título de Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daqueles que se houverem de abolir (ARQUIVO NACIONAL, 2020).

Cumpriu-se o preceito com a Lei de 18 de setembro de 1828, decorrente de projeto de *Bernardo Pereira de Vasconcelos* que, após exame da *Câmara e do*

Senado, foi sancionado pelo Imperador D. Pedro I. O *Supremo Tribunal de Justiça*, integrado por 17 (dezesete) juízes, foi instalado em 9 de janeiro de 1829, na *Casa do Ilustríssimo Senado da Câmara*, tendo subsistido até 27 de fevereiro de 1891 (FAUSTO, 1995).

A *Constituição* de 1934 emprestando maior fidelidade ao modelo norte-americano que já servirá de inspiração a *Carta* de 1891 proferiu no art. 73 a denominação da Corte Suprema manteve o número de 11 (onze) determinada pelo *Decreto-Lei* n.º 19.656 de 03 de fevereiro de 1931, ampliando ainda a faixa de competência da Corte para processar e julgar originalmente ou em grau recursal.

A *Carta* de 1937 introduziu poucas alterações quanto ao órgão máximo do poder judiciário, voltando a utilizar, contudo, a antiga denominação de *Supremo Tribunal Federal* conforme o art. 90.

A *Constituição Federal* de 1946 manteve sem maiores modificações a competência e composição do STF, tendo permanecido em vigor mais de 20 (vinte anos) foi substituída em 1927 por uma nova *Carta* decorrente do movimento revolucionário deflagrado em 1964 que tratou de nossa suprema corte em seus artigos 113 a 115.

A *Carta* de 1967 confirmou a alteração que se verificaria na composição do STF por força do *Ato Institucional* n.º 02 de 1965 com o aumento do número de ministros para 16 (dezesesseis). O controle de constitucionalidade passou a ser feito não mais *in casu*, mas também em tese mediante representação do procurador geral da república. O art. 114, inciso I letra L inovação resultante das emendas constitucionais n.º 16 de 1965 na *Carta* de 1946 ratificada em 1967. Letra C do art. 115 dispõe em seu *Regimento Interno* sobre o processamento e julgamento dos efeitos que lhe são afetos em instância originária ou recurso. O *Tribunal* passou a legislar sobre direito adjetivo. O *Ato Institucional* n.º 06 de 01 de fevereiro de 1969, que restabeleceu o número de 11 (onze), o que foi confirmado pela *Emenda Constitucional* n.º 01 de 1969. A *Emenda Regimental* n.º 03 de junho de 1975 ao modificar no art. 308 criou nova hipótese de reunião do Tribunal em Conselho para o exame da chamada “Arguição de Relevância da Questão Federal” (NOGUEIRA, 2001).

Quadro 01 - Histórico do Supremo Tribunal Federal

PERÍODO COLONIAL	
Ano	Lei
1447	Aprovação das <i>Ordenações Afonsinas</i> em Portugal;
1521	Edição <i>princeps</i> em Portugal das <i>Ordenações Manuelinas</i> ;
1532	Fundação da Vila de São Vicente e criação no Brasil da <i>Primeira Câmara Municipal</i> ;
1548	Instituição do <i>Governo-Geral no Brasil</i> , que estruturou, em linhas básicas, a organização judicial da Colônia;
1603	Publicação, em Portugal, das <i>Ordenações Filipinas</i> ;
1609	Fundação do Tribunal da Relação da Bahia, modelado de acordo com a <i>Casa da Suplicação</i> de Portugal;
1621	Criado o Estado do Maranhão;
1626	Fechamento da Relação da Bahia;
1653	Reabertura da Relação da Bahia;

1752	Instalação, em 15 de julho, do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro;
1808	Com a vinda da Corte para o Brasil transplantou-se a estrutura judicial portuguesa para a Colônia. A <i>Relação</i> do Rio de Janeiro foi elevada em 10 de maio à condição de <i>Casa da Suplicação</i> , e foi criada a Mesa do Desembargo do Paço 22 de abril, bem como o <i>Conselho Supremo de Justiça Militar</i> 1º de abril e o Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação 23 de agosto;
1812	Criada a <i>Relação do Maranhão</i> , em 13 de maio;
1815	Criação do Reino Unido de Portugal e Algarves, em 16 de dezembro, integrado pelo Brasil;
1817	Revolução Pernambucana;
1820	Eclosão da Revolução do Porto, em Portugal, em 24 de agosto, exigindo o retorno do monarca e o restabelecimento do monopólio de comércio sobre o Brasil;
1821	Criação da Relação de Pernambuco, em 6 de fevereiro. Em 26 de abril, D. João VI deixa o Brasil e retorna a Portugal;
1822	Independência do Brasil, em 7 de setembro.
PERÍODO IMPERIAL	
Ano	Lei
1824	Outorgada, em 25 de março, a <i>Constituição do Império do Brasil</i> pelo Imperador D. Pedro I. Confederação do Equador;
1827	<i>Criação dos Cursos Jurídicos</i> , em 11 de agosto, em São Paulo e Olinda;
1828	Lei de 18 de setembro regula o funcionamento do <i>Supremo Tribunal de Justiça</i> no Brasil, composto por 17 Ministros. Lei de 22 de setembro extingue os <i>Tribunais do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens</i> . Lei de 1º de outubro destitui as câmaras municipais de funções judicantes;
1830	Promulgado, em 16 de dezembro, o <i>Código Criminal</i> ;
1831	Abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril;
1832	Promulgado, em 29 de novembro, o <i>Código de Processo Criminal</i> ;
1833	Lei das Relações do Império, de 3 de janeiro;
1834	Ato Adicional de 12 de agosto reformou a <i>Constituição</i> , conferindo mais poderes às assembleias provinciais;
1835	Eclosão da Revolução Farroupilha, que se estendeu até 1845;
1840	Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio devolveu ao Poder Central o controle sobre a atividade judicial. Dom Pedro II assume o Trono, sendo declarada a sua maioridade quando contava 14 anos de idade;
1841	Reforma do <i>Código de Processo Criminal</i> , em 3 de dezembro, esvaziou poderes da magistratura leiga;
1850	Promulgação do <i>Código Comercial</i> , em 25 de junho. Em 18 de setembro, foi promulgada a <i>Lei de Terras</i> ;
1864	Em dezembro, início da guerra do Paraguai, que se estendeu até 1870;
1871	Nova Reforma do <i>Código de Processo Criminal</i> , em 20 de setembro;
1874	Implantação, em 3 de fevereiro, do <i>Tribunal da Relação de Porto Alegre</i> ;
1881	Reforma da legislação eleitoral, em 9 de janeiro;
1888	Abolição da escravidão, em 13 de maio.
PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA	
Ano	Lei
1889	Proclamação da República, em 15 de novembro;
1890	Decreto n.º 510, de 22 de junho, regula o <i>Supremo Tribunal Federal</i> , que passa a ser composto por 15 Ministros. Decreto-Lei n.º 848, de 11 de outubro, lança as bases da organização judiciária da União, estabelecendo a dupla jurisdição;
1891	Promulgação da <i>Constituição Federal</i> , em 24 de fevereiro, que estabeleceu eleições diretas e o regime federativo;
1893	Eclosão da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que se conectou com a Revolta da Armada e durou até 1895, definindo os destinos da República. Decreto de 18 de julho cria o <i>Supremo Tribunal Militar</i> e extingue o <i>Conselho Supremo Militar</i> ;

1969	O STF volta a ser composto por 11 Ministros. Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro. Em 29 de setembro, é decretada a nova Lei de Segurança Nacional, que institui a pena de morte no Brasil;
1894	Lei n.º 221, de 20 de novembro, regulamenta o funcionamento da <i>Justiça Federal</i> , composta pelos Juizes de Seção e pelo Supremo Tribunal Federal;
1896	Revolta de Canudos, no sertão baiano, entre novembro de 1896 e outubro de 1897;
1898	Em 5 de novembro, o Decreto n.º 3.084 aprova a <i>Consolidação das Leis</i> referentes à <i>Justiça Federal</i> ;
1916	Lei n.º 3.208, de 27 de dezembro, aumenta as atribuições da Magistratura no processo eleitoral;
1917	Em 1º de janeiro, entra em vigor o <i>Novo Código Civil</i> , Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Em julho de 1917, eclode em São Paulo a primeira greve geral, que paralisa completamente a cidade;
1920	O <i>Supremo Tribunal Militar</i> teve reduzido o número de Ministros de 15 para 9, pelo Decreto n.º 14.450;
1922	Semana da Arte Moderna, em fevereiro, e Revolta do Forte de Copacabana, em julho, primeira de uma série de revoltas tenentistas que criticavam a república oligárquica;
1923	Criado o <i>Conselho Nacional do Trabalho</i> , como órgão consultivo para assuntos trabalhistas e previdenciários;
1926	Reforma Constitucional abre a possibilidade para a intervenção federal nos Estados quando a independência dos Poderes esteja ameaçada; a competência da Justiça Federal é destacada em matéria de direito criminal ou civil internacional; estendem-se aos <i>Juizes Estaduais</i> as garantias da <i>Magistratura Federal</i> . Em compensação, limita-se o alcance da aplicação do <i>habeas corpus</i> . Promulgação, em 26 de fevereiro, do <i>Código da Justiça Militar</i> .
PERÍODO DE 1930 E O ESTADO NOVO	
Ano	Lei
1930	Revolução de 3 de outubro;
1931	Reforma dos cursos jurídicos. O STF passa a ter 11 Ministros. O Conselho Nacional do Trabalho passa a ter competência em matéria contenciosa;
1932	Eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Instituição do <i>Código Eleitoral</i> , em 24 de fevereiro, e introdução do voto secreto e do voto feminino. Instalação do Tribunal Superior Eleitoral, em 20 de maio. Criação das <i>Juntas de Conciliação</i> , dando início à legislação trabalhista e à Justiça do Trabalho;
1934	Promulgação da <i>Constituição Federal</i> , em 16 de julho, que inaugura o mandado de segurança e estabelece importantes garantias sociais e institucionais. O STF passa a ser denominado <i>Corte Suprema</i> ;
1936	Criado, em 11 de setembro, o <i>Tribunal de Segurança Nacional</i> , um tribunal de exceção, que seria extinto com fim do Estado Novo;
1937	Golpe de estado de 10 de novembro implanta o Estado Novo e outorga uma nova <i>Constituição Federal</i> , suspendendo as estaduais. Restabelecido o título de Supremo Tribunal Federal. A Justiça Eleitoral é extinta. A <i>Justiça Federal</i> é extinta, regulando-se os efeitos pelo Decreto-Lei n.º 6, de 16 de novembro de 1937;
1939	Decreto-lei n.º 1.237, de 1º de maio, institui a <i>Justiça do Trabalho</i> . Edição do novo Código de Processo Civil;
1941	Edição do novo <i>Código de Processo Penal</i> ;
1943	Edição da CLT, em 1º de maio.
DA REDEMOCRATIZAÇÃO AO REGIME MILITAR	
Ano	Lei
1945	Em 28 de maio, a <i>Justiça Eleitoral</i> é reinstalada. Em 29 de outubro, o Estado Novo é abolido. Com a redemocratização do País, convocam-se eleições para o Congresso Nacional com poderes constituintes. Até a posse dos novos eleitos, o País é governado por magistrados, em todas as instâncias;
1946	Promulgação da <i>Constituição Federal</i> , em 18 de setembro. Criado o <i>Tribunal Federal de Recursos</i> . A <i>Justiça do Trabalho</i> é transformada em órgão do <i>Poder Judiciário</i> . Restabelecidas as garantias democráticas e institucionais;

1960	Inauguração de Brasília, a nova Capital Federal, em 21 de abril;
1964	Movimento Militar de 31 de março e decretação do AI-1, em 9 de abril;
1965	Decretação do AI-2, em 27 de outubro. Promulgação da <i>Lei de Ações Populares</i> , em 29 de junho. O STF passa a ter 16 Ministros;
1966	Em 30 de maio, a Lei n.º 5.010, considerada a <i>Lei Orgânica da Magistratura Federal</i> , além de regular seu funcionamento, cria 44 Varas, designando para cada uma um Juiz Titular e um Substituto. A Lei institui também o <i>Conselho da Justiça Federal</i> , junto ao <i>Tribunal Federal de Recursos</i> , ao qual coube a supervisão administrativa da <i>Justiça Federal</i> em todo o País;
1967	Promulgação da Constituição Federal, em 24 de janeiro;
1968	Decretação do AI-5, em 13 de dezembro;
1971	Primeiro concurso público para Juizes Federais após a Lei n.º 5.010;
1973	Promulgação do novo Código de Processo Civil brasileiro;
1977	Introdução do divórcio na legislação civil brasileira;
1979	Em 14 de março é editada a Lei Federal n.º 6.767 extingue o bipartidarismo. <i>Lei da Anistia</i> , em 28 de agosto.
FIM DO REGIME MILITAR E A NOVA REPÚBLICA	
Ano	Lei
1981	Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro, que redesenha o <i>Ministério Público</i> no Brasil. Promulgação do <i>Código do Meio Ambiente</i> ;
1982	Desferem-se as eleições diretas para governadores, prefeitos, deputados e senadores, em 15 de novembro;
1983	Campanha das "Diretas já!" ganha as ruas do País, mas as eleições para a Presidência da República ainda permanecem indiretas;
1985	Lei da <i>Ação Civil Pública</i> , de 24 de julho, abre terreno para a defesa dos direitos difusos e indisponíveis;
1988	Promulgação da <i>Constituição Federal</i> , em 5 de outubro, que amplia competências da Justiça Federal. Extinção do <i>Tribunal Federal de Recursos</i> e criação dos <i>Tribunais Regionais Federais</i> . Criação do <i>Superior Tribunal de Justiça</i> ;
1989	Instalação do <i>Superior Tribunal de Justiça</i> , em 7 de abril. Em 15 de novembro ocorre a primeira eleição direta para a Presidência da República, após a fim do regime militar;
1992	Promulgada a <i>Lei da Improbidade Administrativa</i> ;
1993	<i>Nova Lei Orgânica do Ministério Público</i> ;
1999	A <i>Emenda Constitucional</i> n.º 22, de 18 de março, introduz a possibilidade de lei federal dispor sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal
2001	A Lei n.º 10.259, de 12 de julho, institui os <i>Juizados Especiais Federais</i> , destinados ao processamento e julgamento, de forma célere e simplificada, das causas cíveis cujo valor não exceda a 60 salários mínimos e das causas criminais que tratem de delitos com menor potencial ofensivo;
2002	Em 10 de janeiro é instituído o <i>Novo Código Civil Brasileiro</i> ;
2004	A <i>Emenda Constitucional</i> n.º 45, de 30 de dezembro, entre outras disposições, cria o <i>Conselho Nacional de Justiça</i> e o <i>Conselho Nacional do Ministério Público</i> , dá autonomia financeira às <i>Defensorias Públicas</i> e institui a súmula vinculante;
2005	Instalado o CNJ, em 14 de junho.

Fonte: Arquivo Nacional (2020)

Na atualidade a Constituição Federal do art. 118, parágrafo único, estabeleceu como requisito para ser ministro do STF, ter mais de 35 (trinta e cinco) anos, possuir notável saber jurídico e reputação ilibada ainda que a nomeação seja feita pelo presidente da república, depende de que a escolha seja previamente aprovada, compõe-se por 11 (onze) ministros. Os ministros tem as prerrogativas, garantias, direitos e incompatibilidades inerentes ao exercício da judicatura e a aposentadoria

será compulsória aos setenta anos de idade. O STF foi servido até dezembro de 1975, por cento e vinte e nove ministros oriundos de todos os Estados do Brasil, com exceção do Acre, até 1975 (O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 1976).

A atuação controversa do STF durante a Ditadura Militar

De acordo com Recondo (2018), o golpe de 1964 recebeu o apoio imediato do então presidente do *Supremo Tribunal Federal*, ministro Ribeiro da Costa, nos anos que se seguiram o ato de exceção deu lugar a prisões políticas, cassações, torturas, censura, desaparecimentos e mortes. A própria garantia de vitaliciedade dos magistrados do STF foi suspensa. Três ministros foram afastados à força e outros dois anteciparam a aposentadoria. Durante esse período os ministros buscavam medidas laterais para reverter prisões arbitrárias. E o próprio Ribeiro da Costa, passou a proteger o STF, de um lado não confrontava abertamente os militares, mas buscava, resguardar a Constitucionalidade das leis. Uma controvérsia que evidencia os anos de chumbo e a atuação do STF.

Para compreendermos esse momento histórico, retomamos a análise na década de 1960 do regime instaurado em 1965 conhecido como populismo, que entra em crise. O colapso econômico, financeiro, político, social e institucional levaria a paralisia do governo as vésperas do golpe de 1964. Com o avanço da inflação e o endividamento externo. O *Plano de Metas de Juscelino Kubitschek* (1956-1981), havia promovido substancial crescimento econômico as custas de ampliar a dívida externa e levando a inflação ao descontrole. Ao encarar o *Estado Novo*, *Getúlio Vargas* (1937-1945), havia criado dois partidos destinados a herdarem os recursos do poder. O declínio do PSD e o crescimento do PTB ocorreram paralelamente a uma fragmentação do número de partidos. Somando-se a isso, a classe operária urbana visava a reposição dos salários corroídos pela inflação, o reconhecimento das centrais sindicais e o fim do controle do poder público sobre os sindicatos. Na zona rural a luta era pela adoção dos direitos trabalhistas consagrados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT, 1942).

Para manter a lealdade do exercidos um substancial número de postos de alto escalão da administração pública foram preenchidos por militares de alta patente, isso ocorreu na *Era Vargas* e foi consolidada com o golpe. Dentro de um cenário mundial da Guerra Fria, houve um deslocamento e o inimigo interno designaram-se como as organizações e os indivíduos comprometidos direta e indiretamente com a subversão e a derrubada da ordem capitalista e democrática a fim de transformar o Brasil num país comunista subordinado ao *Partido Comunista da União Soviética* e dessa forma a *Doutrina da Segurança Nacional* criou uma lógica de desconfiança baseada em fatos ocorridos em 1935. Assim o golpe foi o resultado de uma extensão conspiração envolvendo elites econômicas ligadas ao capital monopolista nacional e estrangeiro, os militares e muitas instituições, contando com o apoio expressivo das classes medias urbanas que temiam a ameaça comunista. Contou com o apoio dos Estados Unidos em 1962, que prestava auxílio financeiro (OLIVEIRA, 2020).

Com a tomada do poder os militares editaram o *Ato Institucional*, o qual conferia ao governo o poder de investigar e punir os responsáveis pelos atos tidos como subversivos e contrários à segurança nacional.

Na obra *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, contabilizam que os dados confirmam que houve uma concentração da repressão política entre os anos de 1964, 1969 a 1973, e as mortes e desaparecimentos se dá principalmente de 1969 em diante. A *Guerra Fria* e a divisão do mundo em dois blocos depois da *Segunda Guerra Mundial*, redefiniam as dimensões da repressão política e ideológica, e outras doutrinas militares passaram a ser formuladas para “combater os inimigos” (D’ ARAUJO, 1994).

Recondo (2018), em sua pesquisa inédita, com ampla análise histórica e respaldada em documentos que contextualizam a ação do *Supremo Tribunal Federal* (STF) à época da Ditadura traça uma breve relação do órgão de cúpula do Poder Judiciário com o Regime Militar, 1964.

É importante ressaltar que o autor faz uma reflexão admitindo que a atuação do STF dos dias atuais é diferente quando comparada ao STF da era militar. Uma vez que hoje o STF se mostra bastante atuante, com intensa participação da imprensa, com um canal que divulga em tempo real os julgados e não encontra muitos obstáculos que lhe opõem a capacidade e a liberdade no exercício de sua atividade. Diferente do STF da época da ditadura que era desconhecido da população, suas decisões circulavam por um grupo bem restrito de pessoas. O autor destaca que o STF ocupava posição inferior quando comparado ao Executivo e ao Legislativo, sendo incapaz de formular sua própria agenda.

O STF era a imagem de “uma corte ameaçada, diluída e cinco anos depois de contestar o golpe violada pela cassação de três de seus integrantes (RECONDO, 2018, p. 09).

O caminho do STF durante este período foi vacilante, ao sabor do golpe e das mudanças do regime de ameaças e violência institucionais. De um lado, aqueles que fizeram um juramento de serem os guardiões e protetores da Constituição também foram os apoiadores do golpe e com o passar do tempo ficaram acossados pelo regime militar.

O dia em que o golpe se concretizou, na madrugada de 02 de abril de 1964, consta que o presidente do STF acompanhou toda articulação e participou do ato de posse do presidente da câmara no palácio do planalto. Neste sentido, a intenção era que a presença do ministro Ribeiro da Costa conferisse legitimidade sob o ponto de vista do Poder Judiciário. O ministro Ribeiro da Costa vinha de uma família de militares, tendo estudado em colégio militar e contava com histórico de defesa das causas ligadas aos ideais dos militares, tendo em certa ocasião tentado convencer os pares do STF a promover manifestação contrária a militares que estariam defendendo Leonel Brizola, ficando evidente, como Costa, lutava a favor das causas militares (RECONDO, 2018).

No entanto, a tentativa não funcionou e os demais ministros garantiram que o STF não se manifestasse politicamente. Além disso, consta que o presidente do STF

foi cogitado para substituir Jango, o que, como sabe-se, não chegou a ocorrer. Antes, contudo, houve uma manifestação pública do ministro negando tal possibilidade. Logo no início do governo dos militares, houve a opção de não alterar o arcabouço jurídico do STF.

Isso não impediu que em curto período de tempo surgissem conflitos. Ocorre que os militares não modificaram a legislação vigente e os ministros do STF decidiam de acordo com a lei em vigor. Assim, várias decisões foram proferidas em desacordo com o pensamento dos militares. E que algumas decisões iniciais, como aquela que garantiu liberdade de cátedra²⁶, causaram insatisfação nos militares, que, como reação, criaram algumas regras que viriam a limitar a atuação do STF.

O primeiro relato é de uma decisão de 24 de agosto de 1984, em que um professor através de um panfleto, manifestava-se contra o regime militar. Em seu favor foi impetrado um *Habeas Corpus (HC)* no *Supremo Tribunal Federal*, invocando a liberdade de pensamento e de cátedra, garantida na Constituição, o pedido foi julgado. Uma vez que a partir do ano de 1964, o STF começou a decidir contra os interesses do governo militar.

A discussão revelou o grau de tensão instalado no STF em virtude dos acontecimentos políticos. Prosseguindo a votação, o habeas corpus foi concedido com os votos favoráveis dos ministros Vítor Nunes, Gonçalves de Oliveira, Vilas Boas e Cândido Motta Filho. O acórdão irritou o governo, que, no entanto, respeitou a decisão do STF. Casos semelhantes multiplicaram-se desde então, até que o Tribunal se viu privado da sua competência de julgá-los, passando-os para a atribuição exclusiva da Justiça Militar. Enquanto durou o governo Castelo Branco, que se orgulhava de ser um legalista, a situação perdurou, dando origem a uma hostilidade crescente dos militares em relação ao Supremo. Este, apesar de todas as pressões e das diferenças ideológicas entre os ministros, prosseguia inabalável no exercício da função que lhe competia, de acordo com a Constituição de 1946. Suas decisões desencadeariam novas críticas (COSTA, 2006, p. 163).

Havia uma complexidade de tal ajuste, uma vez que envolvia certo grau de autonomia do STF na defesa ou manutenção do desenho institucional e do governo perante o Poder Judiciário.

No sentido de assegurar a autonomia dos tribunais para fixar as regras sobre provimento dos cargos da magistratura²⁷, a Representação n.º 749/RS foi julgada

²⁶ A liberdade de cátedra ou liberdade acadêmica é um princípio que assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Tem como finalidade a garantia do pluralismo de ideias e concepções no ensino, especialmente o universitário, bem como a autonomia didático-científica. Permite que os docentes expressem, sem que seja censurado, suas próprias convicções e pontos de vista, sem que haja a imposição de um único critério metodológico ou didático, quando haja vários reconhecidos cientificamente.

²⁷ A ação foi relatada pelo ministro Themístocles Cavalcanti que, no julgamento realizado em 22 de junho de 1968, denegou a segurança. Cavalcanti entendeu serem aplicáveis os incisos I e III do art. 173 da Constituição de 1967, que, ao dispor sobre as regras gerais e transitórias, excluiu de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução, além dos consubstanciados nos atos institucionais ou deles derivados. A decisão assegurava que, apesar de praticado após o início da vigência da Constituição, o ato de nomeação editado em desacordo com a exigência do concurso público seria alcançado pela abrangência dos dispositivos revogados, posto que as nomeações do

improcedente em 4 de dezembro de 1968. A ação pleiteava a inconstitucionalidade de disposição da Constituição gaúcha que criava a carreira de “juiz substituto” e, assim, postergava a vitaliciedade. Contudo, ao decidir, o STF manteve a competência do governo estadual em disciplinar a organização do Judiciário e rejeitou os pedidos da Procuradoria-Geral da República (RECONDO, 2018).

STF Representação n.º 749, rel. min. Adalício Nogueira, julgado em 04 de dezembro de 1968. Contrariando a pretensão de autonomia dos tribunais, o julgamento da Representação n.º 746, que contrariou a regra da Constituição do Estado da Guanabara no sentido de atribuir ao Tribunal de Justiça a iniciativa de lei para propor à Assembleia Legislativa a fixação de vencimentos dos magistrados e servidores. Tribunal Federal Representação n.º. 746/GB, rel. min. Gonçalves de Oliveira, julgado em 07 de março de 1968 (TORRES, 2014).

O recurso ao argumento da simetria havia sido utilizado pelo STF para declarar inconstitucionais dispositivos da Constituição da Guanabara no julgamento da Representação n.º 751, em 19 de outubro de 1967, que concedia ao Conselho de Magistratura Estadual competência para fiscalização financeira, poder disciplinar e alterava as regras de nomeação do quinto constitucional para o Tribunal de Justiça. Novamente o STF manteve a competência da chefia do Executivo estadual em simetria ao modelo federal. Esses são exemplos da guerra de braço travado entre o judiciário e os governos militares.

A interferência do governo militar na autonomia do Judiciário se observava também na tentativa de impedir que advogados considerados “subversivos” se tornassem magistrados. Um caso que testou os limites da tensão entre o STF e o governo nesse quesito foi o julgamento do *Mandado de Segurança* (MS) n.º. 18.972/DF, ajuizado por José Carlos da Silva Arouca, e MS n.º. 19.003, ajuizado por Carlos Renan Kurtz, que também discutiram a validade da lista tríplice como critério de nomeação impetrado por Olga Gomes Cavalheiro. Ela havia sido aprovada em 18º lugar no concurso para a magistratura trabalhista no (TRT) do Rio Grande do Sul, realizado em 1964 (TORRES, 2014).

A ditadura prosseguiu em sua tentativa de aparelhamento com a destituição de

presidente teriam passado pelo crivo do Senado Federal, atendendo ao requisito normativo anteriormente vigente. A decisão foi seguida pela maioria do Tribunal, vencidos os ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal, que acolhiam a alegação de incompatibilidade da nomeação dos juízes federais sem concurso com o texto constitucional. O resultado do julgamento é um bom exemplo de como as garantias de independência da magistratura passaram a ajustar-se às mudanças impostas pelo autoritarismo ao desenho institucional do Judiciário. Nesse sentido, foram as conclusões da Comissão Nacional da Verdade que registrou o modo particular de atuação de magistrados e ministros do STF na legitimação do regime: “sublinha-se que, em conjunto, as decisões do Poder Judiciário, quando do período ditatorial, refletem, muitas vezes, seu tempo e seus senhores; são expressões da ditadura e de seu contexto de repressão e violência. Os magistrados que ali estiveram ou melhor, que ali permaneceram frequentemente eram parte dessa conjuntura, até mesmo porque, por meio da ditadura militar, foi-lhes garantido um assento naqueles tribunais. Quem quer que tenha sido nomeado para o STF, por exemplo, durante a ditadura, tinha clareza das circunstâncias a que estavam jungidos e quais votos eram esperados da sua lavra; sabiam da ausência de garantias dos magistrados; conheciam as reformas promovidas na composição e atribuições do tribunal; e, sobretudo, eram côncios acerca de quem deveriam servir (RECONDO, 2018, p. 331).

3 (três) ministros nomeados nos governos anteriores que foram aposentados compulsoriamente: Hermes Lima; Evandro Lins e Silva e Victor Nunes Leal Antônio Gonçalves de Oliveira. Além disso, outros 2 (dois) ministros foram vítimas de perseguição e pediram aposentadoria, Antônio Gonçalves de Oliveira, na época presidente do tribunal, e aquele, que seria, seu sucessor, Antônio Carlos Lafayette de Andrade. Desta forma, o tribunal voltou a sua configuração original, conforme expresso no texto legal. Sendo o décimo ministro nomeado pelos ditadores. O ministro Luiz Gallotti, apoiador do regime que viria assumir a presidência do STF. Nesse período podemos constatar que havia um alinhamento ideológico e um STF amedrontado com a possibilidade de cassação. As denúncias de tortura não eram investigadas de forma séria. Normalidade passou a ser sinônimo de passividade, considerando que o STF passaria os próximos anos acompanhando casos de tortura, além das mais diversas violações de direito civis como mero espectador.

Em 1965, o governo Castelo Branco conferiu ao STF a competência para julgar a representação contra inconstitucionalidade de lei federal ou estadual. Contudo, determinou que a legitimidade para propositura com exclusividade seria exclusiva do Procurador-Geral, cargo à época de livre nomeação e exoneração pelo Presidente, ou seja, o Executivo parraria a deter controle sobre as matérias que seriam levadas à consideração do STF. Outra tentativa de controle do STF por parte do Executivo veio com a elaboração do Ato Institucional AI-2, que aumentou o número de vagas no órgão de cúpula do Judiciário. Com isso, foi possível nomear 5 (cinco) novos ministros. A clara intenção era aparelhar o STF indicando nomes ligados às ideias dos militares.

Torres (2014), contribui na discussão complementando²⁸ que o STF, que, na época era formado por 11 (onze) ministros indicados pelo presidente da República e com nomes aprovados pelo Senado Federal. O primeiro militar ao assumir a presidência, Humberto de Alencar Castelo Branco, tentou aprovar a Emenda à Constituição, já que, o AI-1, tinha perdido sua validade. A Emenda propunha entre outras modificações o aumento do número de ministros, de 11 (onze) para 16 (dezesesseis). Mas, a Constituição da época, no artigo 98, afirmava que o número de ministros da corte só poderia ser aumentado por proposta do tribunal, assim a modificação era inconstitucional. Neste momento os ministros começaram a perceber que o golpe que apoiaram legitimou o desrespeito à constituição que eles tinham o dever de defender. Não satisfeitos, os militares adotaram uma medida mais radical, por meio do AI-5, retirando as garantias de vitaliciedade e afastando do Poder Judiciário a possibilidade de rever prisões por crimes políticos, praticados contra a segurança nacional e contra a ordem econômica e social por meio de *Habeas Corpus* (HC).

Este ato autoriza o presidente da República em caráter excepcional e sem a apreciação do judicial a decretar o recesso do Congresso Nacional e intervir nos Estados e Municípios, a cassar os mandatos parlamentares e suspender por até 10 (dez) anos os direitos políticos de qualquer cidadão, bem como decretar o confisco de

²⁸ O historiador e advogado Mateus Gamba Torres, professor do Departamento de História da Universidade de Brasil (UNB), estudioso da ditadura militar defendeu em 2014 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma tese sobre: Política, discurso e ditadura: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos Recursos Ordinários Criminais (1964-1970).

bens considerados ilícitos e suspender a garantia do HC. o AI-6 reduziu o número de ministros novamente para 11 (onze).

Como último ato da redução do STF, os militares editaram a Emenda Constitucional n.º 1 de 1969, a qual conferiu plena validade aos Atos Institucionais, que passariam a ter proteção constitucional. A lista de cassações, também chegou a atingir os ministros do STF. Contudo, teve negado o direito à nomeação, mesmo quando já nomeados os candidatos classificados nas últimas colocações 19º ao 24º lugares, sob o argumento de que o presidente da República não estava vinculado à ordem de classificação do concurso, podendo escolher entre os indicados na lista tríplice oferecida pelo Tribunal local.

Travou-se, então, uma longa discussão na sessão de julgamento, do dia 11 de setembro de 1968, que entendeu que o único critério legal para a nomeação era a classificação do concurso, independentemente da lista tríplice. O voto do ministro Eloy da Rocha concluiu que o decreto-lei nº. 229 de 1967 havia alterado dispositivos da CLT, relativos ao ingresso na magistratura, conduzindo a unanimidade do Tribunal a conceder a segurança (RECONDO, 2018).

No entanto, a contrariedade não decorria de uma oposição do STF, mas das razões de decidir, que invariavelmente era a lei em vigor, a qual, em um primeiro momento, não havia sido adequada aos interesses da ditadura. Com o passar do tempo e o recrudescimento do combate aos dissidentes, mediante vários atos institucionais, Recondo (2018), destaca que o STF manteve uma postura de não combater os militares.

Assim, quando impetrados HC, mesmo que percebessem a existência de tortura por parte dos agentes do Estado, não lançavam mão de discursos contrários à ditadura, contudo desclassificavam o crime pelo qual o paciente estava sendo acusado de forma a alcançar liberdade em curto período. A situação de anormalidade no STF seria modificada apenas com a revogação do AI-5 em 1978. Julgamento, o ministro relator convocou o advogado do caso para uma reunião e questionou se o mesmo poderia garantir o cumprimento da decisão, pois, caso contrário, o pedido seria indeferido.

Tratava-se de receio dos integrantes da Corte de que a mesma pudesse cair em descrédito caso a ordem proferida não pudesse ser cumprida. Como não era possível conceder a garantia, o advogado lançou mão da estratégia de solicitar a intimação do paciente para comparecimento perante a Corte, assim, caso ele conseguisse comparecer sem intervenção dos militares ficaria claro que eventual decisão do colegiado seria respeitada (TORRES, 2014).

Assim, em 04 de novembro de 1964, Plínio compareceu ao STF para o julgamento do HC 41.049. Após um discurso duro do governador do Amazonas os ministros decidiram pela concessão de salvo-conduto para garantir a liberdade ao paciente, argumentando a inexistência de crime militar que pudesse justificar a existência de inquérito militar. Além disso, reconheceram a vagueza das conclusões da comissão, o que impossibilitou qualquer juízo que permitisse a restrição de liberdade.

Recondo (2018), analisa o contexto em que foi editado o AI-2 e seus efeitos. A vitória nas eleições estaduais de dois aliados do Ex-Presidente *Juscelino Kubitschek*. Israel Pinheiro para o Estado de Minas Gerais derrotando Magalhães Pinto e Negrão de Lima para gerir a Guanabara derrotando Carlos Lacerda, trouxe uma crise para os militares, e uma preocupação ao Coronel Rui Castro e ao deputado udenista Aliomar Baleeiro, posto que eram do Partido Social Democrático e apresentavam ideias opostas a estes, tanto e que no mandato de Castelo Branco, ano de 1964, tiveram seus direitos políticos cassados. A revolta dos militares ortodoxos foi tão grande contra o resultado destas eleições que eles proclamavam que não aceitariam o julgamento das urnas, mesmo diante do posicionamento firme do presidente Castelo Branco em empossa-los, respeitando a vontade dos eleitores.

Em suas decisões, os integrantes do STF, no ano de 1965, o judiciário não dispunha de força para combater o executivo e articular com congresso, muito menos teria forças para lutar contra os militares, era a chamada “corte empacotada”²⁹. Pois os militares já tramavam o que fazer com os ministros. A intenção dos militares era controlar o STF, mesmo sendo os 5 (cinco) ministros nomeados expoentes nacionais das atividades a que se achavam ligados, que passaram a votar reforçando a linha serena e independente da corte e não uma bancada disciplinada e subserviente. Após 3 (três) anos da edição do AI-2, era similar ao que se percebia antes da interferência do governo com HC concedidos em favor de presos políticos, inquéritos policiais militares anulados, isso até a edição do AI-5 que eliminara as liberdades e garantias individuais, e determinou a aposentadoria compulsória de 3 (três) ministros e a suspensão da garantia do HC (TORRES, 2014).

As disputas internas dos setores das Forças Armadas que chegaram ao poder a partir do Golpe de 1964, repercutiriam também na maneira de tratar com o STF com o apoio do então presidente do STF, Ribeiro da Costa. Nos anos seguintes, a Constituição foi substituída por atos de exceção e garantias fundamentais foram suspensas, dando lugar a prisões políticas, cassações, censura, desaparecimentos.

No ano de 1968, quando a linha dura havia chegado ao poder com o governo Costa e Silva, que desde 1964 defendia uma intervenção profunda no STF, a ditadura iria radicalizar a partir dos desdobramentos do caso Moreira Alves e a tolerância dos “revolucionários” com a mais alta instituição judicial do país chegaria ao seu fim (TORRES, 2014).

Na data de 13 de dezembro de 1968, seria baixado o AI-5, e logo depois o governo baixara um ato complementar para reduzir para onze o número de ministros do STF, onde 5 (cinco) seriam colocados em disponibilidade. E segundo o autor fora o escancarar da ditadura, o mais ato violento de força do governo militar, o abandono do estado de direito. A ditadura atingiu seu grau de ebulição com a representação da Procuradoria Geral da República contra o Deputado Márcio Moreira Alves, em razão dos discursos proferidos por ele defendendo o boicote à parada militar de 7 de

²⁹ A exemplo norte americano Court packing (empacotar a corte) proposto pelo presidente norte americano Franklin Roosevelt em 1937 como forma de evitar a resistência da corte, mesmo assim o presidente escolheu a forma menos brutal, que pensava ser a melhor para diminuir a carga de processos do tribunal.

setembro, se referindo ao acontecimento da violenta invasão da UNB pelos militares, onde resultara na morte de um estudante (RECONDO, 2018).

Devido a sua importância o assunto foi levado ao Presidente da República pelo Ministro do exército, Lira Tavares, cuja insatisfação com o pronunciamento do deputado. Pela sua posição nas forças armadas, uma vez que, os outros comandantes das forças, enviaram mensagens, no mesmo sentido, ao ministro Gama e Silva, que, tentou justificar que Moreira Alves, poderia, ser legalmente processado no STF em face da sua qualificação pessoal e das normas constitucionais vigentes. O então presidente da república aprovou a abertura de processo contra Moreira Alves, feita através da representação do Procurador Geral da República n.º 786 no dia 11 de outubro de 1968 junto ao STF. O presidente do STF, Gonçalves de Oliveira escolheu o Ministro Baleeiro para ser relator do caso. Devido sua experiência como parlamentar e seu pensamento liberal, para que o julgamento fosse levado a um desfecho sem traumas, nem rupturas. Logo, após acontece a votação secreta para decidir sobre o pedido de licença para que Márcio Moreira Alves fosse processado e num placar de 216 (duzentos e dezesseis) contra 140 (cento e quarenta) a Câmara dos Deputados acaba recusando a licença para processar o deputado (TORRES, 2014).

Conforme nos escreve Recondo (2018), ao tomarem decisões que confrontavam interesses do regime, os ministros adotaram, no começo da ditadura a estratégia que garantia, em curto prazo, alguma autonomia para a instituição. No entanto, quando havia indícios de que a decisão proferida seria cumprida, por mais que desagradasse às Forças Armadas, decidia-se de uma forma. Se houvesse a possibilidade de que o governo iria intervir no cumprimento da sentença, decidia-se de outra forma. Mas, com o passar dos anos a ditadura não poupava a instituição e seus agentes. Baseado no Ato Institucional de 1969 foram aposentados de forma compulsória os ministros Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva. Em um ato de solidariedade com os colegas e, por estarem sendo investigados a pedido do governo, Lafayette de Andrada e Gonçalves de Oliveira pediram suas aposentadorias da Corte.

O livro mostra as várias formas como um regime autoritário pôde intervir no funcionamento de uma instituição. Como ocorreu na escolha do novo presidente do STF, em 1969. Que sofreu com a influência indireta da ditadura, sobre os integrantes da Corte, pois, integrantes do STF não queriam eleger para a presidência da instituição o ministro que deveria ser eleito para o cargo, Adalício Nogueira. Nesse contexto, os ministros Aliomar Baleeiro e Adaucto Lúcio Cardoso induziram o colega a renunciar logo após ser eleito. Pois, desse modo, o STF não mostraria de maneira pública desconfiança com Nogueira, e, logo a seguir, foi eleito Oswaldo Trigueiro para o cargo. Um integrante nos moldes da ditadura (RECONDO, 2018).

O atual STF possui orçamento próprio e cada dia mais afirma a independência funcional do Poder Judiciário, bem como seu papel de protagonista nas questões sociopolíticas existentes no país. Sendo inclusive, duramente criticado, pelo Executivo, Legislativo, operadores do direito e cidadãos, de praticar ativismo judicial.

Na história recente do Supremo ainda persistem controvérsias, alguns o

criticam³⁰ afirmando que este é um órgão político e não jurídico, censuram sua postura intervencionista e ativista que inova nas decisões retirando a estabilidade das leis (Caso Fontenelle, Uso de Algemas, Reconhecimento da União estável entre pessoas do mesmo sexo, Vanguejada, Validade da Lei de Ficha Limpa, entre outras), outros no entanto, afirmam que sua atuação têm sido importante principalmente no caso da pandemia do COVID-19, por sua ação no intuito de salvar as vidas, nas decisões em que decidiu que Estados e Municípios deveriam ditar as normas sobre abertura e fechamento de estabelecimentos.

Assim de forma inequívoca, não é simples definir os limites de atuação, a competência e a concorrência entre executivo, legislativo e judiciário. Mas podemos perceber que houve uma mudança no posicionamento do STF nos últimos anos, em alguns momentos considerado como um guardião da Constituição em outros criticado por exceder a sua atuação, fazendo o exercício legislativo sua atribuição.

Considerações finais

Ao longo do estudo pudemos retomar a história do Judiciário desde a sua criação até os dias atuais. E analisar principalmente a atuação do Supremo Tribunal Federal, durante a Ditadura Militar. Perceber como um poder tão relevante foi parte no Golpe Militar e como o Judiciário que imaginava estar resguardado se tornou depois vítima do próprio Golpe que apoiou. Tudo isso nos leva a refletir para que possamos aprender com esses fatos históricos a fim de não repetir os erros do passado.

Temos que compreender a coação e os fatores externos que influenciam as decisões. E o STF, também foi e é influenciado pela mídia, pelas pressões populares, pelo momento histórico.

Outro ponto importante para essa reflexão é sobre o paradigma entre o papel político e jurídico do STF, algo muito complexo, é uma equação de difícil solução. Assim ao revisitar a história do STF, compreendermos que há uma grande jornada rumo a democratização e a busca pela justiça, em nosso país.

Referências

ALMEIDA, Vicente Paulo de. **Ativismo judicial**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19512>> Acesso em: 28 de setembro de 2018.

COSTA, Emília Viotti da. **O supremo tribunal federal e a construção da cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP. 2006.

D'ÁRAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de**

³⁰ Artigo que faz uma crítica ao ativismo judicial. ALMEIDA, Vicente Paulo de. **Ativismo judicial**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/19512>> Acesso em: 28 Set. 2018.

chumbo: a memória militar sobre a repreensão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1964.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP-Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**. v. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia: 2001.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Brasília, 1976. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalCuriosidade/anexo/Plaqueta__O_Supremo_Tribunal_Federal__1976.pdf. Acessado em 20 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Dennison. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

RECONDO, Felipe. **Tanques e togas: o STF e a ditadura militar**. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil. Coord. STARLING, Heloisa M. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 406 p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. A Casa da Suplicação no Brasil. **Revista da Asbrap**, n.º 4, p. 89-96, 1997.

TORRES, Mateus Gamba. Política, discurso e ditadura: o Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos Recursos Ordinários Criminais (1964-1970). **Tese de Doutorado apresentada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**. 2014.

>> MARCHA PROGRESSIVA DO ESPÍRITO HUMANO E SOCIOLOGIA DE AUGUSTE COMTE

Adelmar Santos de Araújo³¹

Resumo: A partir de uma pesquisa bibliográfica, o presente artigo é resultado de um estudo básico do *Curso de filosofia positiva* de Auguste Comte (1798-1857) e tem o objetivo de compreender o olhar comtiano acerca da evolução das ciências, sobretudo a partir de experiências nos séculos XVI e XVII, período em que ocorre a expansão no campo da observação humana, as concepções do mundo moral e do mundo físico sofreram consideráveis modificações; de modo a relacionar essas vicissitudes às condições de possibilidade da formulação sociológica no século XIX. Como Comte expõe a hierarquia das ciências e como esta sistematização explica a emergência da sociologia? A exposição comtiana se dá a partir da preocupação do autor em realizar uma reforma espiritual, tão densa, que pudesse causar, também, uma verdadeira reorganização social e política (COSTA, 1950). Conforme a análise comtiana, a combinação dessas reformas resolveria os problemas advindos com a sociedade moderna.

Palavras-chave: Auguste Comte; Filosofia positiva; Hierarquia das Ciências; Sociologia.

Abstract: Based on a bibliographical research, this article is the result of a basic study of Auguste Comte's *Course on Positive Philosophy* (1798-1857) and aims to understand Comte's view of the evolution of science, especially from experiences in the 16th and 17th centuries, a period in which the expansion in the field of human observation occurs, the conceptions of the moral world and the physical world underwent considerable changes; in order to relate these vicissitudes to the conditions of possibility of the sociological formulation in the nineteenth century. How does Comte expose the hierarchy of sciences and how does this systematization explain the emergence of sociology? The Comtian exhibition is based on the author's concern to carry out a spiritual reform, so dense, that it could also cause a true social and political reorganization (COSTA, 1950). According to Comtian analysis, the combination of these reforms would solve the problems arising from modern society.

Keywords: Auguste Comte; Positive philosophy; Hierarchy of Sciences; Sociology.

Introdução

³¹ Licenciado em História (UFG). Mestre em Educação (UFG). Doutor em Educação (PUC Goiás). E-mail: historiaecultura2011@gmail.com

Embora a sociologia enquanto ciência tenha emergido no século XIX, na Europa, com a contribuição de vários pensadores, até hoje continua se desenvolvendo. Dedicamos este trabalho ao entendimento e às contribuições de Auguste (1798-1857).

Auguste Comte nasceu em Montpellier, na França, em 1798; morreu em Paris em 1857. Estudou na Escola Politécnica de Paris, onde recebeu influência intelectual de cientistas como o físico Sadi Carnot (1796-1832), o matemático Lagrange (1736-1813) e o astrônomo Pierre Simon de Laplace (1749-1827). A Escola Politécnica de Paris havia sido fundada, em 1794, como resultado do desenvolvimento científico e técnico da Revolução Francesa. As influências recebidas na Escola Politécnica de Paris orientarão, significativamente, os trabalhos escritos por Auguste Comte. Dentre eles destacam-se: Curso de filosofia positiva (1830/1842), Tratado elementar de geometria analítica (1843), Tratado filosófico de astronomia popular (1844), A política positiva (1851-4), Catecismo positivo (1854), e Síntese subjetiva ou sistema universal de ideias sobre o estado normal da humanidade (1856). A sociologia estuda os aspectos sociais da vida humana, cujo objetivo primeiro “é adquirir todo conhecimento relativo ao homem e à sociedade, mas apenas na medida em que o pode obter cientificamente, ou seja, com a aplicação de métodos científicos ao exame da realidade social” (VEIGA, 1979, p. 03).

Historicamente, a sociologia, segundo Vieira (1996, p. 12-13), “estabelece sua sistematização no conceito de grupo social e nos transtornos causados pela desorganização da sociedade, colocando-se na condição herdeira do conservadorismo europeu”.

Comte viveu numa França pós-revolucionária, momento em que a burguesia assumiu o poder e lutava para se manter em tal posto, enquanto a classe trabalhadora se firmava como classe revolucionária. O filósofo francês assumiu posicionamento político ao lado do setor mais conservador da burguesia. E, ao propor uma reforma das ciências, defende uma reforma da sociedade sob o domínio burguês, livre de quaisquer ameaças à ordem estabelecida.

Como Comte expõe a hierarquia das ciências e como esta sistematização explica a emergência da sociologia? A exposição comtiana se dá a partir da preocupação do autor em realizar uma reforma espiritual, tão densa, que pudesse causar, também, uma verdadeira reorganização social e política (COSTA, 1950). Conforme a análise comtiana, a combinação dessas reformas resolveria os problemas advindos com a sociedade moderna.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, o presente artigo é resultado de um estudo básico do *Curso de filosofia positiva* de Auguste Comte (1798-1857) e tem o objetivo de compreender o olhar comtiano acerca da evolução das ciências, sobretudo a partir de experiências nos séculos XVI e XVII, período em que ocorre a expansão no campo da observação humana, as concepções do mundo moral e do mundo físico sofreram consideráveis modificações; de modo a relacionar essas vicissitudes às condições de possibilidade da formulação sociológica no século XIX.

“Doravante, só haverá realmente, em Filosofia Política, ordem e acordo possíveis, submetendo-se os fenômenos sociais, do mesmo modo que todos os outros, a invariáveis leis naturais” (COMTE, 1978, p. 54). O texto está dividido em cinco seções: Introdução, Natureza e caráter da filosofia positiva, A hierarquia das ciências positivas, A ciência da sociedade: a sociologia, Considerações finais.

Natureza e caráter da filosofia positiva

Comte parte do pressuposto de que só se pode conhecer bem determinada concepção a partir de sua história. Desse modo, ele inicia sua exposição acerca da *verdadeira natureza e o caráter próprio da filosofia positiva*, segundo a qual acredita

ter descoberto uma grande lei fundamental, a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida, quer na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, quer na base de verificações históricas resultantes dum exame do passado. Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo (COMTE, 1983, p. 3,4).

De acordo com o autor, trata-se de três tipos de filosofia ou sistemas gerais que se excluem mutuamente. Para cada tipo de investigação há um método correspondente: método teológico, método metafísico, método positivo. No estado teológico, os fenômenos são apresentados como sendo produzidos diretamente pela ação de seres sobrenaturais. No estado metafísico, no lugar dos agentes sobrenaturais, têm-se forças abstratas que engendram por elas próprias os fenômenos observados e, para os quais, as explicações são determinadas em relação às entidades correspondentes. No estado positivo, reconhece-se a impossibilidade de obtenção de noções absolutas e busca-se, racional e observadamente, descobrir as *leis* efetivas de explicação dos fatos. Em cada um dos três estados, Auguste Comte identifica o ponto alto, “a mais alta perfeição” que o *espírito humano* conseguiu atingir: no sistema teológico isso se dá quando se substitui a ação de numerosas divindades pela ação providencial de um *único ser*; no sistema metafísico, quando diferentes entidades particulares dão lugar à fonte exclusiva de todos os fenômenos: a *natureza*; já o sistema positivo, atinge sua perfeição, ao buscar incessantemente, “poder representar todos os diversos fenômenos observáveis como casos particulares dum único fato geral, como a gravitação exemplifica” (COMTE, 1983, p. 4). Todavia, Comte compreende que as ciências mais bem desenvolvidas ainda guardam alguns traços sensíveis dos dois estados primitivos.

Para Comte, contudo, meramente acumular fatos não significa progredir cientificamente. As acumulações factuais “só se transformam em conhecimento científico porque o homem os relaciona a hipóteses por meio do raciocínio” (ANDERY et al, 2014, p. 378-379).

Comte ressalta a importância da observação para o avanço das percepções do

espírito humano na formação de teorias. “Todos os bons espíritos repetem, desde Bacon, que somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados [...] Mas, [...] o espírito humano em seu estado primitivo não podia nem devia pensar assim” (COMTE, 1983, p. 5). Reitera-se, portanto, que, para se iniciar uma observação, é necessário partir, antes, de uma teoria qualquer. Observa-se que a filosofia teológica, mesmo ao exagerar a importância do homem no universo, inaugurou primitivamente os trabalhos do espírito humano.

É hoje muito fácil perceber que, para passar da filosofia provisória para a filosofia definitiva, o espírito humano necessita naturalmente adotar, como filosofia transitória, os métodos e as doutrinas metafísicos. Esta última consideração é indispensável para completar a vista geral da grande lei indicada (COMTE, 1983, p. 6).

O caráter fundamental da filosofia positiva comtiana consiste em assumir todos os fenômenos como subordinados a *leis* naturais imutáveis, sem necessidade de investigação das *causas* desses fenômenos. Tal tarefa resultaria em perda de tempo e inutilidade. A pretensão de Comte incide em analisar, com *exatidão*, as *circunstâncias* de sua produção vinculada relacionalmente, levando-se em conta a normalidade e a *similitude*. O conhecimento científico, para Comte, baseia-se na “observação dos fatos e nas relações entre fatos que são estabelecidas pelo raciocínio. Essas relações excluem tentativas de descobrir a origem ou uma causa subjacente aos fenômenos, e são, na verdade, a descrição das leis que os regem” (ANDERY et al, 2014, p. 379).

Ao realizar um breve histórico do positivismo, Comte inicia considerando que os diferentes ramos de nossos conhecimentos passaram por diferentes velocidades de desenvolvimento sem, necessariamente, terem chegado todos igualmente ao estado positivo. Os diversos gêneros de concepções seguiram sua progressão própria, segundo uma ordem *invariável e necessária*. Dessa maneira, primeiramente, vêm os astronômicos, “como sendo os mais gerais, simples e independentes de todos, e, sucessivamente, pelas mesmas razões, os fenômenos da física terrestre propriamente ditos, os da química, e enfim, os fenômenos fisiológicos foram conduzidos às teorias positivas” (COMTE, 1983, p. 8).

Para Comte, não é possível determinar o momento preciso em que essa revolução acontece, mas podem-se descrever todos os outros grandes acontecimentos humanos desde os trabalhos de Aristóteles e da escola de Alexandria, seguidos da introdução das ciências naturais na Europa ocidental pelos árabes. E, como data do *grande movimento* inicial da filosofia positiva, Comte indica a ação combinada dos preceitos de Bacon, das concepções de Descartes e das descobertas de Galileu, séculos XVI-XVII. A partir daí, as concepções positivas teriam se desprendido claramente do *amálgama supersticioso e escolástico* que ofuscava o *verdadeiro caráter de todos os trabalhos anteriores*; desde então, teria sido realçado o movimento de ascensão da filosofia positiva, enquanto as filosofias teológica e metafísica teriam entrado em decadência. No entanto, ainda resta uma *grande operação científica*, segundo Comte, a ser realizada para que a filosofia positiva firmasse seu caráter de universalidade imprescindível à sua constituição

determinante: eliminar a lacuna referente aos fenômenos sociais, ou seja, fundar a *física social*. Segundo Comte, as investigações concernentes aos fenômenos sociais ainda utilizam os métodos teológicos e metafísicos “a despeito de essa insuficiência já ser percebida por todos os bons espíritos, cansados de vãs contestações intermináveis entre o direito divino e a soberania do povo” (COMTE, 1983, p. 9).

Nessa perspectiva, a fundação da física social completaria o sistema das ciências naturais, possibilitando, assim, apresentar os diferentes ramos do conhecimento como membros de um estado homogêneo, como partes de um único tronco, enfim, do sistema positivo inteiro.

No estado primitivo de nossos conhecimentos, não existe nenhuma divisão regular em nossos trabalhos intelectuais. Todas as ciências são cultivadas simultaneamente pelos mesmos espíritos. Esse modo de organização dos estudos humanos, no início inevitável e mesmo indispensável, como teremos ocasião de constatar mais tarde, altera-se pouco a pouco, na medida em que diversas ordens de concepções se desenvolvem. Por uma lei cuja necessidade é evidente, cada ramo do sistema científico se separa insensivelmente do tronco, desde que cresça suficientemente para comportar uma cultura isolada, isto é, quando chega ao ponto de ser a ocupação exclusiva da atividade permanente de algumas inteligências. É essa a repartição de diversas espécies de pesquisas entre diferentes ordens de sábios que devemos, evidentemente, o desenvolvimento tão notável que tomou, enfim, em nossos dias, cada classe distinta dos conhecimentos humanos e que torna manifesta a impossibilidade, entre os modernos, dessa universalidade de pesquisas especiais, tão fácil e tão comum nos tempos antigos. Numa palavra, a divisão do trabalho intelectual, aperfeiçoada progressivamente, é um dos atributos característicos mais importantes da filosofia positiva (COMTE, 1983, p. 11).

Contudo, Comte adverte acerca dos, para ele, inconvenientes capitais dessa divisão, devido à excessiva particularidade das ideias nas mentes e nas inteligências individuais. Desse modo, o autor pontua a necessidade de se evitar os mais *perniciosos defeitos da especialidade* exacerbada sem, no entanto, causar danos ao prestígio vivificador da separação das pesquisas. Além do mais, conforme a análise comtiana, não se deve ignorar a artificialidade das divisões estabelecidas nos trabalhos dos diversos ramos da filosofia natural; é fundamental observar as relações existentes entre os diversos trabalhos particulares com o sistema geral dos conhecimentos positivos, para que, assim, os partidários da filosofia teológica e metafísica não alimentem esperanças de sucesso ao empreender ataques à filosofia positiva. Comte concebe o destino da filosofia positiva no sistema geral das ciências positivas propriamente ditas, indicando a necessidade de formação de uma seção distinta do grande trabalho intelectual voltada ao estudo de *generalidades científicas*, o que estaria em consonância com o princípio de divisão que resultou nas várias especialidades.

Ao assinalar, brevemente, o que considera as principais vantagens gerais do preenchimento necessário concernente ao progresso do espírito humano, Comte indica quatro propriedades fundamentais: 1) descoberta racional das leis do espírito humano; crítica do método subjetivo em psicologia; 2) reorganização do método de educação; 3) contribuição ao progresso das ciências especiais; 4) reorganização da

sociedade. Em síntese, os quatro pontos desdobram-se, respectivamente, da seguinte maneira. O estudo da filosofia positiva fornece-nos o único e verdadeiro meio racional de evidenciar as leis lógicas do espírito humano. Comte se reporta a De Blainville para afirmar que todo ser ativo, sobretudo, todo ser vivo, é passível de ser estudado, em todos os seus fenômenos, seja do ponto de vista estático, seja do ponto de vista dinâmico. De qualquer maneira, o conhecimento das leis lógicas só pode ser atingido por meio da observação aprofundada. O espírito humano, ao atingir noções racionais verdadeiras sobre os fenômenos intelectuais torna-se livre dos percalços de uma psicologia ilusória, remanescente da teologia. Os psicólogos, segundo Comte, teriam desconhecido que todos os conhecimentos humanos devem, por princípio, basear-se em observações. “É por ter desconhecido esse fato essencial que nossos psicólogos foram conduzidos a tomar por ciência seus próprios sonhos, acreditando compreender o método positivo por ter lido os preceitos de Bacon ou o discurso de Descartes” (COMTE, 1983, p. 15).

O conhecimento positivo, que estabelece as leis que regem os fenômenos de forma a refletir o modo como tais leis operam na natureza, tem ainda, para Comte, duas características: é um conhecimento sempre certo, não se admitindo conjecturas, e é um conhecimento que sempre tem algum grau de precisão, embora esse grau varie de ciência para ciência, dependendo do seu objeto de estudo. Assim, Comte reforça a noção de que o conhecimento científico é um conhecimento que não admite dúvidas e indeterminações, e o desvincula de todo conhecimento especulativo (ANDERY et al, 2014, p. 380).

Por essa e outras razões, Comte defende uma reforma geral no sistema de educação de sua época. Para ele, é necessário substituir o sistema de educação europeia, marcadamente teológica, metafísica e literária, por uma educação à altura do espírito moderno. Comte reconhece os esforços empreendidos por vários governos europeus em direção à educação positiva, mas ainda persiste o caráter isolado de cultivar a ciência e sua influência no ensino. Nesse sentido, o filósofo francês propõe o estudo *especial* das generalidades científicas como elemento chave na reorganização da educação. É nessa mesma direção que caminha o progresso particular das diversas ciências, de modo que as divisões na ciência só fazem sentido se servirem para separar as dificuldades encontradas durante as investigações. À filosofia positiva cabe o papel de organizar o aperfeiçoamento de cada ciência em particular. Para tanto, torna-se necessário, antes, a reorganização da sociedade, tarefa, também, incumbida à filosofia positiva, única base sólida, segundo Comte, capaz, inclusive, de conter a grande crise política e moral da sociedade.

A hierarquia das ciências positivas

De acordo com Comte (1983, p. 13), “a preponderância da filosofia positiva se firmou como tal desde Bacon”. O filósofo, político e ensaísta inglês, seguido de Descartes e Galileu, faria parte de um seleto grupo de estudiosos, regentes de uma vasta operação intelectual precursora do sistema de ideias e da filosofia positiva.

As partes do conhecimento humano fazem referência às três partes do

entendimento humano, que é a sede do saber: a História à sua Memória, a Poesia à sua Imagem e a Filosofia à sua Razão [...] A História é Natural, Civil, Eclesiástica e Literária; das quais as três primeiras eu aceito como estão, mas a quarta me parece deficiente [...] A História da Natureza é de três tipos: da natureza em seu curso normal, da natureza em seus erros ou variações e da natureza alterada ou trabalhada [...] A utilidade de semelhante obra, honrada por um precedente em Aristóteles, não estaria de modo algum em dar gosto ao apetite dos espíritos curiosos e fúteis, como fazem os atuais livros de maravilhas, mas sim por duas razões: a primeira, a de corrigir a parcialidade dos axiomas, que geralmente se fundamentam apenas em exemplos comuns e familiares; a segunda, porque partindo dos prodígios da arte se ascende a eles; pois é seguindo e, por assim dizer, acossando a Natureza em seus extravios, que depois se pode reconduzir ao mesmo lugar (BACON, 2007, p. 112-114).

Contudo, no início do século XX, o historiador do pensamento científico Alexandre Koyré discorda do papel iniciador da ciência moderna de Bacon. Para ele, “Bacon nunca compreendeu nada de ciência [...] A sua mentalidade está mais próxima da alquimia, da magia [...] da de um homem primitivo ou de um homem da Renascença do que de um Galileu, ou até de um escolástico” (Koyré apud SALOMON, 2010, p. 94). De acordo com Salomon, para quem o enorme sucesso de Bacon não teria passado de um *sucesso puramente literário*, com “Galileu, trata-se de substituir, no domínio do conhecimento, a percepção imediata pela especulação matemática, a experiência comum e da vida pelo raciocínio geométrico a *priori*” (SALOMON, 2010, p. 86). As palavras do próprio Galileu ilustram bem o que dizemos quando ele endereça dedicatória da obra *Diálogo* ao Grão Duque da Toscana, Ferdinando II de Medici: “a ninguém coube jamais em excesso diferenciar-se no intelecto sobre os outros homens, Ptolomeu e Copérnico foram aqueles que tão elevadamente levaram, se aprofundaram e filosofaram sobre a constituição do mundo” (GALILEU, 2011, p. 89), ou no prefácio *Ao discreto leitor*, quando afirma:

tomei no discurso a parte copernicana, procedendo por pura hipótese matemática, procurando por todo tipo de caminho artificioso representá-la superior, não àquela imobilidade da Terra tomada absolutamente, mas àquela que é defendida por alguns que, da profissão peripatética, retêm apenas o nome, contentes de adorar sem rodeios sombras, não filosofando por experiência, mas somente com lembrança de quatro princípios mal compreendidos (GALILEU, 2011, p. 91).

Partindo do pressuposto de que as classificações propostas anteriores à sua formulação fracassaram, Comte busca explicar as causas desses fracassos, inicialmente, pela *incompetência* dos filósofos, seguida do caráter *premature* de tais tentativas.

Por outro lado, a teoria geral das classificações, estabelecida nos últimos tempos pelos trabalhos filosóficos dos botânicos e dos zoólogos, permite esperar um sucesso real para semelhante trabalho, oferecendo-nos um guia certo, graças ao verdadeiro princípio fundamental da arte de classificar, que até agora nunca tinha sido concebido distintamente. Este princípio é consequência necessária da única aplicação direta do método positivo à própria questão das classificações, que, como qualquer outra, deve ser tratada pela observação, em vez de ser resolvida por considerações *a priori*.

Consiste em que a classificação deve provir do próprio estudo dos objetos a serem classificados, sendo determinada pelas afinidades reais do encaminhamento natural apresentado por eles, de sorte que essa classificação seja ela própria a expressão do fato mais geral, manifestado pela comparação aprofundada dos objetos que abarca (COMTE, 1983, p. 22).

Segundo Comte, a divisão mais geral dos conhecimentos humanos dar-se em dois sentidos: teóricos e práticos. De acordo com o autor, “entre os cientistas propriamente ditos e os diretores efetivos dos trabalhos produtivos, começa a formar-se, em nossos dias, uma classe intermediária, a dos engenheiros, cuja destinação especial é organizar as relações entre a teoria e a prática” (COMTE, 1983, p. 24). Para Comte, como cada arte depende de uma certa ciência correspondente e também de várias outras, as ciências principais estarão sempre à disposição para socorrer as demais ciências. Como exemplo, o autor cita a agricultura, cuja teoria exige íntima combinação de conhecimentos fisiológicos, químicos, físicos, astronômicos, matemáticos.

Como resultado dessa discussão, a filosofia positiva se encontra, pois, naturalmente, dividida em cinco ciências fundamentais, cuja sucessão é determinada pela subordinação necessária e invariável, fundada, independentemente de toda opinião hipotética, na simples comparação aprofundada dos fenômenos correspondentes: a astronomia, a física, a química, a fisiologia, e, enfim, a física social. A primeira considera os fenômenos mais gerais, mais simples, mas abstratos e mais afastados da humanidade, e que influenciam todos os outros sem serem influenciados por estes. Os fenômenos considerados pela última, são, ao contrário, os mais particulares, mais complicados, mais concretos e mais diretamente interessantes para o homem; dependem, mais ou menos, sem exercer sobre eles influência alguma. Entre esses extremos, os graus de especialidades, de complicação e de personalidade dos fenômenos vão gradualmente aumentando, assim como sua dependência sucessiva. Tal é a íntima relação geral que a verdadeira observação filosófica, convenientemente empregada, ao contrário de vãs distinções arbitrárias, nos conduz a estabelecer entre as diversas ciências fundamentais. (COMTE, 1983, p. 33).

Comte insiste num plano de educação científica inteiramente racional. Do ponto de vista da educação geral, para ele, o ensino científico é a força capaz de realizar os resultados gerais mais essenciais destinados a produzir socialmente a renovação do sistema intelectual desde que os principais ramos da filosofia natural sejam estudados na ordem conveniente.

Assim, os físicos que não estudaram de antemão astronomia, ao menos de um ponto de vista geral; os químicos que, antes de se ocuparem com sua própria ciência, não estudaram previamente astronomia e, depois, a física; os fisiologistas que não se prepararam para seus trabalhos especiais, graças ao estudo preliminar da astronomia, da física e da química, desrespeitaram todos eles uma das condições fundamentais de seu desenvolvimento intelectual. O mesmo acontece, de forma evidente, com os princípios que pretendem entregar-se ao estudo positivo dos fenômenos sociais sem antes ter adquirido um conhecimento geral da astronomia, da física, da química e da fisiologia (COMTE, 1983, p. 36).

Comte finaliza a formulação acerca do seu sistema positivo demarcando o lugar de importância na classificação racional e positiva da ciência matemática: *a verdadeira base fundamental de toda essa filosofia*, desde Descartes e Newton. Para o filósofo francês, a matemática constitui o instrumento mais poderoso que o espírito humano pode utilizar em sua prática investigativa das leis dos fenômenos naturais. Sendo assim, a educação científica racional não teria êxito em ignorar a ciência matemática como ponto de partida em sua construção. Galileu já apresentava uma ordem matemática do mundo. Ele “dice que ‘la naturaliza está escrita em caracteres matemáticos’, y ésa há de ser su clave interpretativa acerca de la realidad. Los comienzos de la modernidad constituyen un verdadero ‘renacimiento’ del espíritu de la antigüedad clásica” (PALMA; PARDO, 2012, p. 32).

Segundo Comte, a fórmula enciclopédica segundo a qual ele apresenta o grande número de classificações das ciências fundamentais em sua hierarquia é lógica, única, natural e invariável. “Como resultado definitivo temos a matemática, a astronomia, a física, a química, a fisiologia e a física social” (COMTE, 1983, p. 39). Segundo a exposição comtiana, cabe ao leitor apropriar-se e familiarizar-se desse quadro para colocá-lo em prática continuamente.

A ciência da sociedade: a Sociologia

Segundo Florestan Fernandes (2008), a principal característica do desenvolvimento da sociologia, na última metade do século XIX, consiste na substituição dos “hábitos filosóficos” por “procedimentos de caráter científico”. Todavia, explica o autor, a sociologia não alcançou, “durante a última metade do século XIX, um desenvolvimento científico homogêneo, que comportasse o progresso simultâneo dos métodos de investigação, dos métodos de interpretação e de sistematização teórica” (FERNANDES, 2008, p. 67).

A emergência de uma ciência da sociedade se deu mediante a possibilidade de resolução dos problemas sociais, tornando, assim, a sociedade objeto de estudo científico. O francês Auguste Comte é considerado o “pai fundador da sociologia”³². Para ele, organização da sociedade tem a ver com ordem social. “A noção de ordem remete à noção de organização, e aqui se chega a uma última característica dentre as levantadas por Comte como pertencentes ao pensamento positivo e, portanto, pertencentes também, inevitavelmente, à ciência” (ANDERY et al, 2014, p. 382). Em relação aos fenômenos da natureza, Comte entende que a capacidade de intervenção humana *não passa de modificações secundárias nos fenômenos*. Todavia, ao submeter-se às mesmas leis naturais garante ao homem a sobrevivência da espécie e a superioridade do coletivo sobre o individual. Tem-se, pois, “de um lado, a preocupação da sociologia com o grupo social, e de outro, a noção de que os objetivos

³² “Comte não só deu o nome à nova ciência, que antes denominara Física Social, mas empreendeu a primeira tentativa sistemática da caracterização de seu objeto, métodos e problemas fundamentais, bem como a primeira tentativa de determinar a sua posição no conjunto das ciências” (LEMOS FILHO, 1988, p. 25).

a serem alcançados pela sociedade são os objetivos relevantes ao grupo e não ao indivíduo” (ANDERY et al, 2014, p. 387).

Segundo Comte, a nova filosofia vê na ordem a constituição incessante da condição fundamental do progresso, da mesma forma que o progresso direciona a ordem. Dessa maneira, as estruturas básicas da sociedade como a família, a propriedade, a religião, o poder etc., ao se desenvolverem trazem consigo o desenvolvimento do espírito humano, do conhecimento. Comte ao subordinar a *dinâmica* a uma *estática*, sujeita o progresso à ordem; “o progresso é um mero deslocamento, um mero aperfeiçoamento de estruturas que são perenes e imutáveis. A sociologia caracteriza-se, então, pela preocupação em descobrir que leis governam a sociedade e não pela preocupação com sua transformação” (ANDERY et al, 2014, p. 388). Para Comte, a eficácia da nova filosofia geral é indicada pela aptidão fundamental do espírito positivo: *a sistematização espontânea das sadias noções simultâneas de ordem e progresso*. “A reorganização total, a única capaz de terminar a grande crise moderna, consiste, [...] em constituir uma teoria sociológica apropriada a explicar convenientemente o conjunto do passado humano” (COMTE, 1983, p. 71).

Essa reorganização total da sociedade proposta por Comte é assumida por Émile Durkheim (1858-1917), entre outras formulações, ao propor a teoria da coesão social.

Durkheim no sostiene que la ideología sea el único “cemento” que da cohesión a la vida social. En *La división del trabajo social*, se preocupa por aclarar que la misma división del trabajo genera solidaridad entre los miembros de la sociedad. De hecho, las formas de solidaridad que trata en esa obra (la solidaridad mecánica y solidaridad social) son consecuencia de las diferencias en la división del trabajo y no formas diferentes de pensar las relaciones entre los miembros de la sociedad. No se trata sólo de aceptar el carácter social del origen de la ideología sino de reconocer que la ideología no puede separarse de una forma determinada de praxis social. En otros términos, la ideología es en sí una fuerza práctica que forma parte del desarrollo social (PALMA; PARDO, 2012, p. 237-238).

Todavia, Durkheim teceu críticas a Comte cuja base filosófica, a lei dos três estados, não seguiria um método preciso de observação de uma sociedade. Ao desenvolver o conceito de *atos sociais*, que são as *estruturas* que tendem a se repetir em diferentes sociedades, Durkheim mostrou os “elementos rígidos que podem garantir certo rigor científico ao trabalho sociológico, uma vez que podem ser analisados empiricamente” (PORFÍRIO, s/d). Desse modo, na introdução ao livro *As regras do método sociológico* vai direto ao ponto.

Até agora, os sociólogos têm-se preocupado em caracterizar e em definir o método que aplicam ao estudo dos factos sociais. Assim, em toda a obra de Spencer, o problema metodológico não ocupa lugar algum; porque a Introdução à Ciência Social, cujo título poderia iludir, é consagrada a demonstrar as dificuldades e a possibilidade da sociologia e não a expor os processos que ela deve servir-se. Mil, em verdade, ocupou-se longamente dessa questão, mas limitou-se a fazer passar pelo crivo de sua dialética o que Comte dissera, sem nada lhe acrescentar de verdadeiramente pessoal (DURKHEIM, 2004, p. 35).

Seja como for, segundo expõe Giannotti (1983) na apresentação *Comte: vida e obra*, a filosofia comtiana se ocupa de três temas básicos que sustentam a ideia de que a sociedade deve ser reorganizada a partir de uma aperfeiçoada reforma intelectual do homem: uma filosofia da história; uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva; uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática nas instituições, acrescentada de uma religião positivista, capaz de estabelecer os planos de renovação moral e social.

Comte considera os fatos sociais não como objeto que se possa administrar ou criticar, mas como objeto de observação. Desse modo, é possível, verdadeiramente, explicar o presente e alguma sinalização do futuro. A proposta comtiana consiste em explicar, com a maior exatidão possível, “o grande fenômeno do desenvolvimento da espécie humana, considerado em todas as suas partes essenciais; isto é, a descobrir o encadeamento necessário de transformações sucessivas pelo qual o gênero humano” (COMTE, 1978, p. 53) foi acarretado gradativamente até o ponto em que se encontra na atualidade. Para Comte, a sociologia tem como objeto de estudo os fenômenos sociais, que devem ser encarados com o mesmo espírito científico dos fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos. Enfim, devem ser *submetidos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta é o objeto especial de suas pesquisas*.

Considerações finais

Ao iniciar este estudo, buscou-se compreender a perspectiva comtiana acerca da evolução das ciências, sobretudo a partir de experiências *científicas* anteriores ao século em que o pensador francês viveu. A partir daí, norteou-se a pesquisa com o intuito de responder à pergunta: *como Comte expõe a hierarquia das ciências e como esta sistematização explica a emergência da sociologia?* Como vimos, a explanação comtiana se deu num contexto de preocupação do autor em realizar uma ampla reforma, iniciada em âmbito espiritual que causasse uma verdadeira reorganização social e política. Conforme a análise comtiana, a combinação dessas reformas traria respostas aos problemas incididos concomitantemente à emergência da sociedade moderna, burguesa.

Desse modo, observa-se que a íntima relação entre sociologia e sociedade industrial se expressa por meio de problemas, conflitos e contradições intrínsecas a essa sociedade e pela razão de ser dos estudos sociológicos, mediante a observação das transformações realizadas pelo homem em sociedade na natureza. Ao transformar a natureza, o homem é também transformado por ela, exigindo novas mudanças e transformações na sociedade.

Nessa perspectiva, Auguste Comte viveu em meio a transformações da sociedade capitalista e revoluções diversas, o que para ele, representava sinal de desorganização social. Comte foi um defensor da sociedade capitalista, do industrialismo, segundo seu pensamento, responsável por trazer a satisfação das

necessidades da população. Mas, isso só seria possível, se a moderna sociedade capitalista garantisse a harmonia social, a paz, a ordem e o progresso num processo contínuo. E a modernidade não teria como reestabelecer o equilíbrio social, inclusive com total controle sobre os trabalhadores, sem o reestabelecimento da ordem no conhecimento científico e nas ideias. Assim, sua hierarquização das ciências o levou à ciência social, à sociologia.

Referências

ANDERY, Maria Amália et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 4 ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BACON, Francis. **O progresso do conhecimento**. Tradução, apresentação e notas de Raul Filk. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os pensadores), 1983.

COSTA, J. Cruz. Augusto Comte e as origens do positivismo. **Revista de História**, São Paulo, Faculdade de Filosofia e Letras/USP, v. 1, n. 3, p. 363-382, 1950. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2836>. Acesso em 30/07/2021.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 9 ed. Tradução de Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FERNANDES, Florestan. A sociologia: objeto e principais problemas. In: IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 2008.

GALILEU, Galilei. **Diálogos sobre os dois máximos sistemas do mundo ptolomaico e copernicano**. Tradução, introdução e notas de Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Editora 34, 2011.

GIOANNOTTI, José Arthur. Comte: vida e obra. In: COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2 ed., São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os pensadores), 1983, p. V-XVI.

HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

IANNI, Octavio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 2008.

LEMOS FILHO, Arnaldo. As ciências sociais e o processo histórico. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 10 ed. Campinas-SP: Papirus, 1988, p. 19-28.

MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. 10 ed. Campinas-SP: Papirus, 1988.

MORAIS FILHO, Evaristo de (org.). **Comte**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1978.

PALMA, Héctor A; PARDO, Rubén H. **Epistemologia de las ciencias sociales**: perspectivas y problemas de las representaciones científicas de lo social. Buenos Aires: Biblos, 2012.

PORFÍRIO, Francisco. Émile Durkheim. In: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/emile-durkheim.htm>. Acesso em 30/07/2021.

SALOMON, Marlon (Org.). **Alexandre Koyré**: historiador do pensamento. Goiânia: Almeida & Clement Edições, 2010.

_____. Alexandre Koyré e o nascimento da ciência moderna. In: **Alexandre Koyré**: historiador do pensamento. Goiânia: Almeida & Clement Edições, 2010, p.75-95.

VEIGA, Evaristo. Sociedades. In: **Enciclopédia Barsa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopædia Britannica Editores, 1979.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação**: reproduzir e transformar. 3 ed.. São Paulo: FTD, 1996.

>> MEMÓRIA, HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÃO POR MEIO DO ENSINO SUPERIOR: UMA HISTÓRIA DE SUPERAÇÃO UEG - CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

João Candido Barbosa³³

Daniele Lopes Oliveira³⁴

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida³⁵

Resumo: O Município de Aparecida é a terceira maior economia de Estado requerendo, mão de obra em todos os setores. Houve grande fluxos migratórios de povoamento da cidade. E com o envelhecimento da população local. E isso leva a destruição do monumento histórico em função da modernização. Quando falamos em preservar o patrimônio cultural e histórico, muitos ainda relacionam essa preservação como apenas um processo no qual irão recuperar monumentos e obras do passado e transformá-los em produto turístico. A valorização do patrimônio histórico e cultural e sua consequente preservação podem acarretar uma série de melhorias para a comunidade envolvida.

Palavras-chave: Educação; Memória; História; Universidade; Aparecida de Goiânia.

Abstract: The Municipality of Aparecida is the third largest state economy requiring labor in all sectors. There were large migratory flows of settlement of the city. And with the aging of the local population. And this leads to the destruction of the historic monument due to modernization. When we talk about preserving the cultural and historical heritage, many still relate this preservation as only a process in which they will recover monuments and works of the past and turn them into a tourist product. The valorization of historical and cultural heritage and its consequent preservation can lead

³³ Doutor em Ciências da Religião com estágio pós-doutoral em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília. Pós graduado em Análise e Auditoria Contábil e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador do Câmpus Metropolitano com sede em Aparecida de Goiânia - UEG. E-mail: professorjoacandido@gmail.com

³⁴ Doutora em Educação com estágio pós-doutoral em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Perita Ambiental cadastrada no Banco de Peritos do TJ/GO. Coordenadora geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: danielolopes_oliveira@outlook.com

³⁵ Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Educação Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Email: zeneide.cma@gmail.com

to a series of improvements for the community involved.

Keywords: Education; Memory; History; University; Aparecida de Goiânia.

Introdução

O trabalho objetivou demonstrar a importância da memória cultural de um povo na construção da identidade histórico-cultural e evidenciar pelo projeto que é possível resgatar a memória e a história. Procurando por meio de diversos veículos estimular as pessoas a reinterpretar e (re) significar o patrimônio cultural, artístico e a memória coletiva institucionalizada. Também promover a valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade de Aparecida de Goiânia. Resgatando valores regionais e históricos e trazendo novas significações a cultura local.

História de Aparecida de Goiânia

Aparecida de Goiânia é um município brasileiro do Estado de Goiás que se localiza na Região Metropolitana de Goiânia - Grande Goiânia, a 70 km de Anápolis e 210 quilômetros de Brasília, tendo como principal meio de acesso à rodovia BR 153. Tem, de acordo com o IBGE/2010, 455.657 habitantes, sendo o segundo maior colégio eleitoral do Estado. Atualmente (2017), o IBGE informa uma população municipal estimada em 542.090 pessoas.

O Município de Aparecida de Goiânia é a terceira maior economia de Estado requerendo, assim, mão de obra qualificada em todos os setores. Em 2015, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.0%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 77 de 246 e 38 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1559 de 5570 e 1053 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 29.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 230 de 246 dentre as cidades do Estado e na posição 4751 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Aparecida de Goiânia, valendo-se de sua ótima localização, qualifica-se como um importante polo de distribuição de mercadorias e serviços, além de sediar respeitáveis indústrias de transformação. O município conta com cinco distritos industriais que dotam o espaço urbano de benesses atrativas às médias e grandes empresas, subsidiando a ação no seu território e permitindo a criação de empregos e renda. Conta também com um condomínio de empresas diversidades (Cidade Empresarial) e seu território abriga o terceiro maior shopping do estado (Buriti Shopping) situado em área limítrofe com Goiânia. Segundo a administração municipal, estão registradas na prefeitura mais de 13 mil empresas e 964 unidades industriais.

Nestas últimas estão quase 20% dos empregados formais do município. Com isso há uma intensa geração de receita e elevação do Produto Interno Bruto da cidade.

A maior fonte do PIB aparecidense é proveniente do setor de serviços, perfazendo 57,3% da renda do município; a ele segue o setor industrial, responsável por quase 27,4%; e a administração, por 15,2%; ou seja, há pouca representatividade do setor agropecuário.

A esses percentuais soma-se a posição de Aparecida de Goiânia no cenário goiano. O terciário municipal é o segundo mais representativo do estado e sua indústria só é superada pela de Goiânia e pela de Anápolis. Contudo, apesar do considerável volume econômico, a renda per capita é apenas a 82ª de Goiás. Tal fato se deve à sua elevada população residente, a segunda maior do Estado.

A distribuição dos trabalhadores segundo os setores da economia reflete claramente a proeminência do terciário. Merece destaque o setor de serviços, detentor de mais de 40% dos empregos em Aparecida de Goiânia. Logo em seguida aparecem os empregados do comércio, com 20,6% da população trabalhadora. Há que salientar que grande leva de trabalhadores aparecidenses ocupam postos em Goiânia, se valendo da proximidade com a capital e estabelecendo um forte movimento de migração pendular entre as malhas urbanas. Em 2010, mais de 115 mil pessoas de Aparecida de Goiânia se deslocavam cotidianamente seja para estudar ou trabalhar (ou ambos) em outro município (a grande maioria para Capital), o que representa 25% da população total naquele ano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aparecida de Goiânia era 0,718, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,217), seguida por Renda e por Longevidade.

O quadro demográfico de Aparecida de Goiânia cria possibilidades para o necessário salto socioeconômico do município em virtude do baixo percentual de dependentes na estrutura populacional. Com mais de 70% de seus habitantes situados nas idades entre 15 e 64 anos, as condições para se aproveitar essa força de trabalho mostram um cenário propício. Baixa carga dos dependentes permite o direcionamento de recursos para a área produtiva e de qualificação (inclui formação superior), dinamizando e diversificando a economia, além de possibilitar ações para elevação da qualidade de vida dos aparecidenses.

Uma das ações necessárias e possíveis dentro desse cenário é a diminuição da mortalidade infantil. Aparecida de Goiânia apresenta uma taxa 30% maior que a considerada aceitável pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo a Segplan (2016), urge-se pensar na melhoria educacional. Esta área, em Aparecida de Goiânia, é a de pior rendimento no Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDHM) e também no Índice de Desempenho dos Municípios (IDM). A despeito disso, as notas do IDEB têm avançado consideravelmente anos após ano, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

A melhoria da qualidade de vida do município passa necessariamente pela

educação ambiental e pelo alcance do maior número de pessoas atendidas por água e esgoto. Esses dois indicadores se mostram aquém do desejável, ambos bem abaixo das médias estaduais. O caso mais grave é quanto ao acesso à rede de esgoto: menos de 23% da população é atendida por esse serviço que tem importante papel na prevenção de doenças infectocontagiosas.

A posição estratégica de Aparecida de Goiânia, situada tão próxima da capital do estado e às margens de uma importante rodovia federal (BR-153), que liga sul e norte do país e estende para importantes centros comerciais como Anápolis e Brasília, fazem do município um interessante lugar para a instalação de equipamentos produtivos de média e grande monta. Os polos empresariais e industriais respondem, nesse sentido, a essa possibilidade de dotar o território de atrativos ao setor econômico. Fazer parte da Região Metropolitana de Goiânia, desse modo, é um diferencial a ser ainda mais explorado, inclusive no âmbito da oferta de cursos superiores.

Assim sendo, em que pese os diferenciais do município como o dinamismo econômico, a sua riqueza, infraestrutura econômica, localização estratégica e logística, Aparecida de Goiânia ainda terá que melhorar seu desempenho em variáveis como: vagas ofertadas no ensino superior, matrículas em cursos de capacitação de mão de obra, matrículas em educação profissional, ou seja, investir no grau de instrução da mão de obra local. Com certeza, isso reforçaria a qualidade do município nos requisitos de atração de investimentos.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005/2014. Na região de inserção da FANAP o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior. De acordo com os Resultados Finais do Censo Escolar 2015, foram registradas, no Município de Aparecida de Goiânia, 24.314 matrículas iniciais, sendo 20.156 matrículas iniciais no ensino médio (regular), 2.508 em EJA (nível médio) e 1.650 matrículas na educação profissional (nível técnico), o que confirma a existência de demanda potencial para a formação superior no município.

As duas obras escritas sobre Aparecida de Goiânia que se apoiam em documentos, fotos, registros e na história oral “Um olhar sobre Aparecida história e cultura” de autoria de Nilda Simone e “Aparecida de Goiânia: do Zero ao Infinito” de autoria de Freud de Melo, dão conta que a fundação da cidade de Aparecida de Goiânia foi possibilitada pela doação de terras feita por um grupo de fazendeiros da região à Igreja Católica em maio de 1922 e pertencia ao Município de Pouso Alto (atual Piracanjuba), logo depois em 1958 passou a integrar-se ao Município de Grimpas (atual Hidrolândia), tornando-se distrito. Em seguida, no dia 14 de novembro de 1963, o Distrito de Aparecida de Goiás emancipou-se de Hidrolândia, passando a se chamar Aparecida de Goiânia. Aparecida de Goiânia passou então a ser o alvo de inúmeros assentamentos promovidos principalmente pelo governo do estado, o que a

impulsionou na classificação de um dos maiores índices de crescimento populacional do Brasil. O Município de Aparecida de Goiânia se chamou, ainda como povoado, *Aparecida*, nome derivado da padroeira do lugar, Nossa Senhora Aparecida. Em 1958, a Lei Municipal n. 1295 alterou-lhe o nome para Vila Aparecida de Goiás, e restaurou a condição de Distrito, sendo a derivação implícita. Ainda em 1958, a Lei Municipal n. 1.406, de 26 de dezembro, fixou-lhe o nome de Goialândia, formado de Goia de Goiânia e Lândia de Hidrolândia, o que indica Vila situada entre os municípios de Goiânia e Hidrolândia. O nome "*Goialândia*" porém não foi aceito por parte dos seus moradores, permanecendo o anterior. A Lei Estadual n. 4.927, de 14 de novembro de 1963 eleva à categoria de Município o Distrito, modificando-lhe o nome para Aparecida de Goiânia, já com foros de cidade, que pode ser dada como cidade que nasceu de Goiânia. Os primórdios da evolução social do pequenino povoado repousam na capelinha Nossa Senhora Aparecida. Local onde os moradores de então praticavam o culto religioso àquela que seria mais tarde consagrada a padroeira do lugar.

Habitavam naquelas paragens os fazendeiros José Cândido de Queirós, Abrão Lourenço de Carvalho, Antônio Barbosa Sandoval, João Batista de Toledo e Aristides Frutuoso suas mulheres e filhos que, juntando-se a mais outros, formavam o núcleo populacional que marcou o início da sua história.

As frequentes desobrigas levadas a efeito pelos padres sediados em Campinas acabaram por incutir nos primeiros habitantes o sentimento religioso da Igreja Católica Apostólica Romana. Os sacerdotes se transportavam para o pequeno lugarejo em animais a fim de cumprirem missão de fé, acentuando indelevelmente a agregação religiosa, incrementando, conseqüentemente, a afluência de residentes em função do culto.

Memória e História

A premissa definida por Halbwachs (2003), discorre que a memória se constitui em parte de nossa capacidade intelectual em um processo de continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.

De acordo com o autor, por definição, a memória não ultrapassa os limites dos grupos aos quais os sujeitos se afiliam. Assim, pois, a memória individual pode e deve ser empregada e experimentada para historiar fatos proeminentes sobre um passado específico próprios de um grupo, que pela pequena produção sistematizada sobre os seus percursos, sua história vem perdendo suas referências indenitárias tragadas pelos processos de esquecimento (ALMEIDA, 2007).

No entendimento de Ferreira (1994), o processo histórico voltado para o presente, possibilita a construção de uma identidade concernente, uma conformidade com a finalidade de edificar instrumentos que possibilite o diálogo por meio da igualdade.

Almeida (2007), os princípios e pressupostos teóricos da História cultural propiciam a organização do conhecimento histórico sobre indivíduos e grupos, que dão significado a sua maneira de enxergar o mundo, congregando uma série de comportamentos e hábitos sociais ao arquitetarem suas reproduções sobre o momento e revelarem a experiência do vivido e não vivido.

Conforme Tiballi (2006), a história nova, que se empenha por construir uma história rigorosa, precisa nascer da memória coletiva, e nesse caso, pode ser explicada como uma revolução da história da memória.

Tem-se na rememoração a possibilidade de se perceber o presente em diversas perspectivas, ou seja, a partir do passado, como algo a ser explorado. A partir do passado, pode-se entender o presente e prever-se o futuro como resultado das diversas iniciativas e das decisões humanas, mas não é só esta a função da história. O passado vê as inúmeras facetas da história em seu caráter múltiplo de inter-relações, de sucessivas bifurcações na multidimensionalidade que permite a escolha de algumas possibilidades, deixando outras inúmeras para trás. A escola aparece como espaço dessa rememoração, portanto têm-se na escola lembranças que se fixam, nas quais se mantêm raízes (NOGUEIRA-FERRO, 2009, p. 109-110).

Burke (2008), tenta explicar a História Cultural sobre dois aspectos fundamentais ao estabelecer duas abordagens diferentes, mas complementares. Uma interna no intuito de resolver os dilemas no interior da disciplina, e outra externa relativa ao que os historiadores organizam ao tempo em que vivem.

Segundo Burke (2008, p.08), a abordagem interna trata da presente modernização da história cultural como uma oposição às experiências anteriores de estudar o passado que largaram de fora, haveres complexos e relevantes os quais de acordo com este ponto de vista o historiador cultural abarca artes do passado, a ênfase em “culturas” inteiras, oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina, em especialistas de histórias de população, de mulheres, ideias, negócios, guerras e assim por diante.

Já a abordagem externa ou visão de fora também tem algo a apresentar, conecta a elevação da história cultural a uma guinada cultural mais ampla em termos de ciência, política, geografia, economia, psicologia, antropologia e estudos culturais. Como mostra Burke:

Um sinal dos tempos e a conversão do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington à a ideia de que, no mundo de hoje, as distinções culturais são mais importantes que as políticas e econômicas, de modo que, desde o fim da Guerra Fria, o que vemos não é tanto um conflito internacional de interesses, mas um “choque de civilizações”. Outro indicador do clima intelectual é o sucesso internacional dos estudos culturais. Na Rússia da década de 1990, por exemplo, a Kul'turologija (Como lá se chama) tornou-se disciplina obrigatória nos cursos superiores, particularmente preocupada com a identidade russa e muitas vezes ministrada por ex-professores de Marxismo-leninismo, que antes tinham uma interpretação econômica da história e se converteram a uma interpretação cultural (PETER BURKE, 2008, p. 08).

Nesta perspectiva vimos segundo o autor nos dias atuais é um choque de civilizações conforme Samuel P. Huntington as distinções culturais são mais importantes que a política e econômica. Outro indicador é o sucesso dos estudos culturais, que se converteu em interpretação cultural.

Nesse aspecto uma das especificidades da História Cultural foi possibilitar revelar o indivíduo, como sujeito da História, reconstruindo histórias de vida, (PASAVENTO, 2005, p. 118). É importante mencionar que o que mais tem percebido na história cultural, é a utilização de uma variedade de novas fontes (*op cit.*, p. 69).

É dessa forma que a História Cultural possibilita o processo de investigação por concentrar as diversas produções humanas, no entanto ela não preocupa apenas em estudar a produção de uma cultura, mas se dedica a analisar tudo o que corresponde ao homem, dando ênfase a uma vasta pluralidade cultural daquilo que é objeto de estudo do pesquisador.

Pasavento (2005), assevera que a quantidade de pesquisa neste campo parece ser infinita. Tudo que se referem ao homem, agregados na cultura, é suscetível de ser pesquisado pela História Cultural.

Infere-se que a História Cultural, tem propiciado um novo olhar sobre objetos de viés historiográfico. Sua evolução, por conseguinte, vai muito além, de outras modalidades historiográficas e campos de saber, ao mesmo tempo em que tem permitido aos historiadores a formulação conceitual.

O enredamento e a amplitude dos estudos da História e da História Cultural, bem como a consideração dos procedimentos históricos que se pautam aos termos da historiografia, apontam que qualquer ensaio de significação acerca das duas noções torne-se difícil. Ao procurar significar originam como resultado o alargamento das representações sobre o passado resultantes do processo de modernização. O que possibilitou o advento de evolução da educação exercendo profunda influência sobre a teoria e a prática historiográfica.

Transformação por Meio do Ensino Superior: Uma História De Superação UEG Câmpus Aparecida de Goiânia

A história e a memória do Câmpus da UEG na cidade de Aparecida de Goiânia, tomando como referência a cultura e a identidade da cidade, apresenta um papel imprescindível para a formação dos profissionais que podem atuar na cidade de Aparecida de Goiânia. A história cultural e a identidade da cidade de Aparecida de Goiânia perpassam pela identidade por meio da história cultural, imbricado com a presença do Câmpus Aparecida de Goiânia da Universidade Estadual de Goiás – UEG. As contribuições da Universidade na sociedade aparecidense, são contribuições sociais por meio, das políticas afirmativas que cumprem um importante papel na perspectiva dos direitos humanos, com programas de inclusão para as minorais étnicas (negros, índios, quilombolas e imigrantes). Como pode observar na tabela abaixo, referente os anos de 2012 a 2019, nas quotas reservadas para vestibular do

Câmpus da Ueg – Aparecida de Goiânia:

Quadro 1 – comparativo de cursos

COTA	Administração	Ciências Contábeis	Direito	Geral
Rede Pública	70	81	10	161
Negros	46	37	09	92
Pessoa com deficiência	01	02	02	05
Refugiados	03	02	-	05

Fonte: autores

A partir da análise de que a cidade de Aparecida de Goiânia, surgiu primeiramente como reduto rural ao redor do qual se iniciou a cidade. E a partir de 1970 fazendo parte da região metropolitana de Goiânia ressurgiu como cidade dormitório e era a cidade dos excluídos. A partir de 1990 começa o processo de valorização e resgate histórico de Aparecida culminando com a criação da UEG Câmpus de Aparecida de Goiânia.

Considerações finais

A memória cultural e identidade histórico-cultural são construídas por um povo, dessa forma, o trabalho buscou resgatar essas informações, com a finalidade de provocar nas pessoas, a importância da valorização do patrimônio cultural, artístico e a memória coletiva institucionalizada. Desse modo, resgatar valores regionais e históricos e trazendo novas significações a cultura local, do Município de Aparecida de Goiânia.

Aparecida de Goiânia possui uma localização privilegiada, sendo um polo de indústrias, comércios e prestações de serviços. Assim o município sedia médias e grandes empresas, criando vários empregos. Construindo dessa forma, a possibilidade do indivíduo ser o sujeito da História, construindo sua trajetória de vida. Possibilitando assim diversas produções humanas.

Considerando que o Município de Aparecida de Goiânia é a terceira maior economia de Estado, fica claro que necessita de capital intelectual, assim, a presença do Câmpus Aparecida de Goiânia da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Traz contribuições importantes na sociedade aparecidense. Isso é visto, pela quantidade de alunos formados pela Universidade, retornando profissionais capacitados para o mercado de trabalho, devolvendo dessa forma, para a sociedade mão de obra qualificada, como retorno dos Investimentos em Educação.

Referências

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro M. de. Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços de trijunção Goiás, Minas Gerais e Tocantins. **Projeto de Pesquisa**. PUC-GO. 2007.

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro M. de. Educação e Memória: velhos mestres de Minas Gerais(1924-1944). Brasília, UNB. **Tese de doutorado**,2009.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**: especialidades e abordagens, Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES. A Escola: memórias de um lugar em que mantemos raízes. In: FERRO, Maria do Amparo Borges; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; SOUSA, Lourenilson Leal de. (Orgs.). **História da Educação**: novos olhares, velhas questões. Teresina: EDUFPI, 2009, p. 109-120.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar/2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 18 ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOMINGUES, P.; GOMES, F. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, jul/out 2013, p. 05-28. Disponível em:<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/397/276>. />Acesso em 01/09/16.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro-RJ: Diadorim editora Ltda, 1994.

GATTI, Bernadete A & ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian e PFAFF, Nicole (org.), **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**. Teoria e Prática. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2010, p.21-37.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003/2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA-SÁ, J. Ronie, ALMEIDA, C. Domingos de GUINDANI, J. L. Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodologias. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I- Número I- p.1-15, julho de 2009.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. Ensinar e Aprender no Campo da Formação de Professores: Desafios e Perspectivas à Formação Profissional. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 319-332, jul./dez. 2008.

>> A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NO GERENCIAMENTO DO CUIDADO E PREVENÇÃO A LESÃO POR PRESSÃO NA UTI

Aline Ribeiro Dias³⁶

Sara dos Santos Gonçalves Araújo³⁷

Roberta Mara da Silva³⁸

Paloma Cristina Damasceno Bezerra³⁹

Ana Carolyn da Silva⁴⁰

Victor Augusto de Castro⁴¹

Sue Christine Siqueira⁴²

Tainara Sardeiro de Santana⁴³

Resumo: Objetivo: Descrever através da literatura abordada a relevância do gerenciamento das ações da equipe de enfermagem frente à prevenção e cuidados com a lesão por pressão na unidade de terapia intensiva (UTI). Método: Estudo de revisão bibliográfica com análise qualitativa que foi realizado por meio de fontes secundárias constituídas por publicações em periódicos da área de estudos clínicos sobre Lesão por pressão. A busca foi realizada nas bibliotecas on-line nos Bancos de Dados SciELO e BVS por meio das seguintes palavras-chave: Lesão por Pressão, prevenção, enfermagem. No período compreendido entre os anos de 2013-2018, localizamos nos periódicos Saúde e Sociedade, Cadernos de Saúde Pública, Revista Latino-Americana Enfermagem e Texto Contexto-Enfermagem, 46 artigos encontrados, sendo 21 que atendia os critérios de inclusão. Resultados: Enfermeiro como gestor auxilia na prevenção e identificação a lesão por pressão, com planejamento, coordenação, com execução da equipe em utilizar as mudanças de decúbito, hidratação da pele, e a nutrição desse paciente sendo a prevenção mais citadas em todas as pesquisas e a necessidade do enfermeiro ter um instrumento para uma avaliação diária que identifique precocemente o surgimento da LPP na UTI. Considerações finais: Identificou-se que o profissional de enfermagem tem um papel

³⁶ Graduação em Enfermagem (Faculdade Estácio de Sá de Goiás). E-mail: alineribeirodd@gmail.com

³⁷ Graduação em Enfermagem (Faculdade Estácio de Sá de Goiás).

³⁸ Graduação em Enfermagem. Especialista em Saúde Mental e Dependência Química. E-mail: rmarateles@hotmail.com

³⁹ Graduação em Enfermagem em Santana Instituto de Educação Superior Eireli - Faculdade LS.

⁴⁰ Graduação em Enfermagem (Faculdade Estácio de Sá de Goiás).

⁴¹ Graduação em Enfermagem. MBA em Gestão em Saúde com Ênfase em Administração Hospitalar. Especialista em Oncologia Clínica, Auditoria dos Serviços de Saúde, Nefrologia e Musicoterapia. E-mail: victoraugusto91@hotmail.com

⁴² Graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Católica de Goiás. Graduação em Enfermagem pela Universidade Salgado de Oliveira. Especialista em formação de professores em Educação Infantil pela Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Atenção à saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutoranda em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. Email: enf.docente.sue@gmail.com

⁴³ Graduação em Enfermagem. Especialista em Centro Cirúrgico/CME/RPA, Auditoria em Saúde e Reabilitação Visual Doutora pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás. E-mail: enftainara@gmail.com

importante em prevenir e identificar o surgimento da LPP, observando que a falta de avaliação, planejamento, controle preventivo dela, pode aumentar a sua incidência, dificultando ainda mais a recuperação desses pacientes. Portanto, torna-se necessário que os enfermeiros busquem conhecimentos adequados a fim de promover melhoria nos cuidados e na prevenção LPP.

Palavras-chave: Lesão por Pressão; Prevenção; Enfermagem.

Abstract: Objective: To describe, through the literature, the relevance of the management of the actions of the nursing team regarding the prevention and care of pressure injury in the intensive care unit (ICU). Method: A bibliographic review with a qualitative analysis that was carried out using secondary sources made up of publications in periodicals from the area of clinical studies on Pressure Injury. The search was carried out in the online libraries in the SciELO and VHL Data Banks by means of the following keywords: Pressure Injury, prevention, nursing. In the period from 2013 to 2018, 46 articles were found in the periodicals *Saúde e Sociedade*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Revista Latino-Am. Enfermagem* and *Texto Contexto-Enfermagem*, 21 which met the criteria for inclusion. Results: Nurse as a manager assists in the prevention and identification of pressure injury, with planning, coordination, with team execution in using the decubitus changes, skin hydration, and nutrition of this patient being the most cited prevention in all researches and the nurses need to have an instrument for a daily evaluation that identifies early the appearance of LPP in the ICU. Final considerations: It was identified that the nursing professional has an important role in preventing and identifying the appearance of the LPP, noting that the lack of evaluation, planning, preventive control of the LPP can increase its incidence, making it even more difficult to recover these patients. Therefore, it becomes necessary for nurses to seek adequate knowledge in order to promote improved LPP care and prevention.

Keywords: Pressure Injury; Prevention; Nursing.

Introdução

A pele é o maior órgão do corpo humano que protege e isola contra agentes externos, regulador térmico, percepção sensorial dentre outros. É composta por três camadas: epiderme (camada externa), derme (camada intermediária) e hipoderme (camada interna). A Lesão por Pressão (LPP) é definida como uma lesão na pele que fragiliza os tecidos, provocada por pressão contra proeminência óssea, geralmente, sendo ocasionada nas regiões anatômicas mais prejudicadas o calcâneo, ísquio, trocanter, sacro, occipital, escapular, maleolar e regiões submetidas à pressão por dispositivos, como presença de cateteres, tubos e drenos, e superfície de contato durante um tempo prolongado (NPUAP, 2016).

Domansky e Borges (2014) corrobora dizendo que a pressão diminui o fluxo de sangue no tecido, levando à insuficiência vascular, falta de oxigênio tecidual e morte das células. Sendo assim pode-se definir essa lesão de aguda a crônica com o passar dos dias.

A prevalência de LPP tem aumentado nos últimos anos devido à maior expectativa de vida da população, decorrente de avanços na assistência à saúde que tornou possível a vida de pacientes com doenças graves, anteriormente letais, transformadas em doenças crônicas e lentamente debilitantes. Essa mudança de perfil gerou, na prática, um crescente número de pessoas com a lesão, principalmente na UTI (MORAES e colaboradores, 2016).

A LPP é considerada por estágios de acordo com National Pressure Ulcer Advisory Panel (NPUAP, 2016), como: Estágio 1 - Pele íntegra com eritema que não embranquece. Estágio 2 - Perda da pele parcial com exposição da derme. Estágio 3 - Perda da pele total, sendo visualizado gordura e, frequentemente, tecido de granulação. Estágio 4 - Perda da pele total e perda tissular com exposição do músculo, tendão, ligamento, cartilagem ou osso. Lesão por Pressão Tissular Profunda - Pele intacta ou não, com área localizada e persistente de descoloração vermelha escura, marrom ou púrpura não branqueável; ou então, separação epidérmica que mostra lesão com leito escurecido ou bolha com exsudato sanguinolento.

Existem fatores relacionados ao paciente e ao meio onde está inserido seja no domicílio, hospital ou instituições de longa permanência. Esses fatores são qualificados como extrínsecos ou intrínsecos. Fatores extrínsecos estão relacionados ao ambiente: pressão, fricção, cisalhamento, clima, colchoes e umidade. Já os intrínsecos são mais amplos, pois estão relacionados à condição clínica apresentada pelo paciente, como as doenças que reduzem os movimentos e percepção sensorial, desnutrição, incapacidade de se alimentar obesidade e a idade avançada, que favorece o surgimento de doenças crônicas que prejudicam ainda mais seu estado de saúde (JUNIOR e colaboradores, 2017)

A unidade de terapia intensiva (UTI) é uma unidade reservada com monitorização continua que acolhe pacientes graves, que fornece suporte de tratamento intensivo, por 24 horas com equipamentos específicos. Os pacientes críticos internados em UTI estão expostos a muitos destes fatores intrínsecos o que aumenta o risco de desenvolverem LPP relacionados a seu estado de saúde, pois requerem suporte de ventilação mecânica, uso de drogas vasoativas, sedação, alteração do nível de consciência, restrição de movimentos por tempo prolongado e instabilidade hemodinâmica (TAYYIB N. e colaboradores, 2015).

A avaliação de feridas na UTI é uma prática diária da equipe de enfermagem e enfermeiro. De acordo com a especialidade e o perfil de gravidade dos pacientes, são encontrados diversos tipos de feridas, agudas e crônicas. Cabe ao enfermeiro envolver-se com a prevenção e identificar, tratar e prevenir, possíveis complicações (PADILHA e colaboradores, 2013).

Este trabalho tem como objetivo descrever através da literatura abordada a relevância do gerenciamento das ações da equipe de enfermagem frente à prevenção e cuidados com a lesão por pressão na UTI.

Método

Estudo de revisão bibliográfica com análise qualitativa que foi realizado por meio de fontes secundárias constituídas por publicações em periódicos da área de estudos clínicos sobre Lesão por pressão. A busca foi realizada nas bibliotecas das universidades locais e on-line nos Bancos de Dados SciELO e BVS por meio das seguintes palavras-chave: Lesão por Pressão, prevenção, enfermagem. No período compreendido entre os anos de 2013-2018, localizamos nos periódicos Saúde e Sociedade, Cadernos de Saúde Pública, Revista Latino-Americana Enfermagem e Texto Contexto-Enfermagem 46 artigos que apresentavam relação com a nossa proposta de estudo e dentre esses selecionamos 21 por serem os que traziam conteúdos que mais se aproximavam de nosso objeto de estudo.

Resultados e discussão

As LPP's se constituem numa preocupação da enfermagem desde o início com Florence Nightingale, que acreditava que essas lesões poderiam ser prevenidas com uma enfermagem de boa qualidade, sendo sua incidência um indicador da assistência prestada (SANTOS e colaboradores, 2013).

No Brasil, o enfermeiro tem atuações regulamentadas nas suas ações privativas como enfermeiro gestor pela lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, em que se destacam algumas das que são citadas no art.1, como: o planejamento, coordenação, execução e avaliação dos serviços prestados pela enfermagem.

Sabendo que o profissional enfermeiro é responsável pelo gerenciamento das unidades de saúde, enfrenta-se inúmeros desafios. Esse setor exige do enfermeiro diversas características, como habilidade conhecimento, competência, organização, além da liderança que é indispensável para a gestão. No processo gerenciar, tem-se como objeto organizar o trabalho, os recursos que os envolve, com o propósito de gerar e implementar condições apropriadas para produzir o cuidado e o melhor desempenho da equipe com o, raciocínio rápido e boa resolutividade (ANTONELLI & JÚNIOR, 2014).

A assistência e a gerência de Enfermagem em UTI requerem uma capacidade para lidar com situações complexas, com rapidez e precisão, uma vez que a demanda atual exige competência para integrar informações, estruturar julgamentos e estabelecer prioridades (KALLAS e colaboradores., 2014).

A resolução do conselho Federal de Enfermagem (COFEn) nº 501/2015 os prova e institui o regulamento da Equipe de Enfermagem no cuidado às feridas, no qual o profissional tem autonomia e competência na avaliação e prescrição de cuidados para prevenção e tratamento das feridas, entre elas a LPP (COFEN, 2015).

O Protocolo de Prevenção dos cuidados com a pele é uma atribuição e

responsabilidade do enfermeiro, mesmo deixando clara a importância da participação da equipe multiprofissional na contribuição para a prescrição e o planejamento dos cuidados com o paciente em risco (BRASIL, 2013)

O Diagnóstico de Enfermagem (DE) referente na taxonomia da North American Nursing Diagnosis Association (NANDA), existiam diagnósticos relacionados a integridade da pele, mas não um específico para as LPP. Para impactar de maneira positiva na diminuição da prevalência e incidência foi introduzido o DE Risco de Úlcera por pressão, localizado no Domínio 11 (segurança\Proteção), Classe 2 (Lesão física), na edição 2015-2017.

Segundo Santos, Almeida e Lucena (2016) a criação de um diagnóstico específico para esta situação clínica, com definição clara e com fatores de risco bem definidos, auxiliará o enfermeiro no processo de julgamento clínico e ajudaria a seleção de intervenções preventivas em relação ao desenvolvimento da lesão.

Simão (2013) afirma que é essencial que os cuidados preventivos sejam instituídos precocemente, embora em alguns casos a prevenção não seja capaz de assegurar o não desenvolvimento da lesão, que requer tratamento eficaz quando aparece. Para que isto aconteça é necessário que os profissionais se instrumentalizem com protocolos e escalas de risco para estabelecer planos de cuidados de prevenção a LPP.

O instrumento mais utilizado no Brasil é a escala de Braden que foi criada em 1987 e validada para língua portuguesa por Paranhos e Santos (1999). Com bases científicas e evidências essa escala possui melhor sensibilidade e especificidade em comparação com as demais escalas entre elas a Escala de Norton (1962), Gosbell (1973), Wartelov (1988) (PARANHOS e colaboradores, 1999).

Observa-se os fatores de risco que facilita o surgimento da LPP, com uma facilidade de compreensão e aplicação, podendo ser usada durante o exame físico ou até mesmo na higiene corporal, facilitando assim a avaliação do paciente.

Para identificação de pacientes com risco de desenvolver LPP, a escala de Braden, é uma avaliação mais confiável e relevante, pois mensura aspectos como percepção sensorial; umidade; mobilidade; nutrição; fricção e cisalhamento. Soares e colaboradores (2014) descrevem a escala dessa maneira: Pontuação de 1 a 4, menos o cisalhamento que tem a pontuação até o 3, na soma dos fatores apresentados na classificação pode variar de 6 a 23 pontos, sendo menor maior o risco da lesão. Confira a seguinte tabela da Avaliação do grau de risco (Tabela 1):

Tabela 1 - da Avaliação do grau de risco – Escala de Braden

Pontuação	1	2	3	4
Percepção sensorial	Totalmente limitado	Muito limitada	Levemente limitado	Nenhuma limitação
Umidade	Completamente molhado	Muito molhado	Ocasionalmente molhado	Raramente molhado
Atividade	Acamado	Confinado a cadeira	Anda ocasionalmente	Anda frequentemente
Mobilidade	Totalmente	Bastante	Levemente	Não apresenta

Nutrição	imovel	limitado	limitado	limitações
	Muito pobre	Provavelmente inadequada	Adequado	Excelente
Fricção cisalhamento	Problema	Problema em potencial	Nenhum problema	

Fonte: Paranhos e Santos (1999)

As escalas são ferramentas para auxiliar no cuidado de enfermagem na prevenção de LPP, visto que os cuidados com a integridade da pele são elementos importante da prática do profissional de enfermagem. Portanto, por meio delas o enfermeiro pode avaliar o risco e planejar ações que visam prevenir as LPP, desde a admissão até a alta do paciente (PEREIRA e colaboradores, 2014).

A identificação dos fatores de risco para o desenvolvimento de LPP é um dos pré-requisitos para o planejamento de ações para a prevenção. Em relação aos fatores intrínsecos os principais cuidados dos profissionais de enfermagem estão nas alterações do estado nutricional, presença de infecções ou sepse com alteração metabólica e instabilidade hemodinâmica. Em relação aos fatores extrínsecos os principais cuidados dos profissionais de enfermagem estão relacionados com o cuidado de roupa de cama do paciente, as forças de cisalhamento e a fricção, e umidade da pele (ROLIM e colaboradores, 2013)

Ascari e colaboradores (2014) afirmam que os pacientes mais susceptíveis a LPP é aquele “com dificuldade de mobilidade”. Para prevenir o risco de surgimento desse tipo de lesão, implementa estratégia de cuidados, coordenada para a equipe de enfermagem.

Busanello e colaboradores (2015) corrobora enfatizando que a mudança de decúbito é uma medida imprescindível para prevenção de LPP, podendo ser realizada a cada 2 horas, com objetivo de redistribuir a pressão sobre a superfície corporal mantendo a circulação sanguínea, prejudicada pela oclusão dos vasos durante um intenso período.

Outro problema inerente é a fricção que pode ainda ocorrer e o cisalhamento, quando o paciente desliza sobre o leito e a sua pele conservar-se imóvel, causando assim danos teciduais, principalmente o tecido muscular. Há evidências quando o paciente é mudado de decúbito inadequadamente, deslizando o seu corpo sobre o leito na tentativa de melhorar a posição (BORGHARDT e colaboradores, 2015). Esse processo de cisalhamento geralmente acomete a região sacral (BARRO e colaboradores, 2014; BORGHARDT e colaboradores, 2015; ALVES e colaboradores, 2016).

Em relação a higienização e hidratação da pele, o profissional de enfermagem tem um grande papel importante para evitar o ressecamento e o surgimento de fissuras (BUSANELLO e colaboradores, 2015)

O aporte nutricional é outro fator determinante decorrente desse processo de adoecimento, subsequentemente, por uma prescrição adequada para suprir as necessidades diárias de cada indivíduo de forma singular, resulta em um estado clínico ideal que colabora para a manutenção do organismo e, consequentemente,

para a integridade tissular da pele, além de favorecer a regeneração e o processo cicatricial da pele. A alteração no estado nutricional diminui a tolerância dos tecidos a exposição, e o déficit proteico pode aumentar em até 2 vezes a probabilidade de desenvolver uma lesão, desencadeado pela redução da proliferação de fibroblastos, da síntese de colágeno e da angiogênese, responsáveis pela manutenção dos tecidos conjuntivos (ROLIM, 2013, BUSANELO e colaboradores, 2015)

Considerações finais

Com os achados na literatura identificou-se que o profissional de enfermagem tem papel importante em identificar o início e o surgimento da Lesão por pressão, sendo o enfermeiro o principal líder e representante da unidade terapia intensiva. Tendo um planejamento e estratégia já estabelecida para a prevenção antes mesmo da lesão se iniciar.

Referências

- ANTONELLI, R. C.; JUNIOR, J. A. B. Gerenciamento de enfermagem em serviço hospitalar de emergência: revisão integrativa da literatura. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v.35, n. 2, p. 137-146, dez. 2014.
- ASCARI, R. A.; VELOSO, J.; SILVA, O. M.; KESSER, M.; JACOBY, A. M.; SCHWAAB, G. Úlcera por pressão em desafio para enfermagem. **Brazilian Jornal of Surgery and Clinica Research**. v. 6, n. 1, p. 11 – 16, 2014
- BARROS, C. V. L.; ET AL. Fatores preditivos para o desenvolvimento de úlceras por pressão segundo a escala de Braden em pacientes de UTI. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 327-337, jan./jul. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo para a prevenção de úlceras por pressão**. 2013.
- BUSANELLO, J.; ET AL. Cuidados de enfermagem ao paciente adulto: prevenção de lesões cutaneomucosas e segurança do paciente. **Rev.Enferm. UFSM**. Online, Santa Matia, v. 5, n.4, p. 597-606, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 0501/2015: Regulamenta a competência da equipe de enfermagem às feridas. 2015.
- DOMANSKY R. C.; BORGES E. L. Manual para prevenções de lesão de pele. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.
- JÚNIOR, B.S.S.; ET AL. Análise das Ações Preventivas de Úlceras por Pressão por Meio da Escala de Braden. **Estima**, v.15, n.1, p. 10-18, 2017
- KALLAS K. Perfil de um excelente gerente de enfermagem: identificar e desenvolver líderes de equipes de saúde. **Enfermagem Adm Q**. v.38, n.3, p.261-8, 2014

MENEGON D.B.; ET AL. Análise das subescalas de Braden como indicativos de risco para úlcera por pressão. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 21, n. 4, p. 854-61, 2012.

MORAES, J.T.; ET AL. Conceito e classificação de lesão por pressão: Atualização do National Pressure Ulcer Advisory Panel. **Revista de Enfermagem do Centre Oeste Mineiro**, v. 6, n. 2, p. 2292-2306, mai./ago. 2016.

NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSIS ASSOCIATION INTERNAL. **Diagnosticis de enfermagem de NANDA**: Artmed, Porto Alegre (RS) definições e classificação 2015-2017, 2015.

NATIONAL PRESSURE ULCER ADVISORY PANEL, **European pressure ulcer advisory panel and pan pacific pressure injury alliance**. Prevention and treatment of pressure ulcers: clinical practice guideline. Osborne Park, Western Australia: Cambridge Media; 2016.

PADILHA, KATIA GRILLO. **Enfermagem em UTI**: cuidando do paciente crítico. 1ªed. São Paulo, Manole, 2013.

PARANHOS, W.; SANTOS, V. Avaliação de risco para a úlcera de pressão por meio de escala de Braden, na língua portuguesa. **Rev. Esc. Enferm. Usp. Online**, São Paulo, v. 33, n. esp., p.191-26,1999.

ROLIM J.A.; ET AL. Prevenção e tratamento de úlceras por pressão no cotidiano de enfermeiros intensivistas. **Rev Rene**. v. 14, n. 1, p. 148-57, 2013.

SANTOS, C. T.; ET AL. Indicador de qualidade assistencial úlceras por pressão: Análise de prontuário e de notificação de incidente. **Rev. Gaúcha Enferm. Online**, Porto Alegre, v.34, n.1, p. 111-118, 2013.

SANTOS, C.; ALMEIDA, M.; LUCIENE, A. Diagnostico de enfermagem para risco de úlcera por pressão: Validação de conteúdo. **Rev. Latino-am. Enfermagem. Online**, Porto Alegre, v.24, n. 2693, p.1-8, 2016.

SIMAO C.M.F.; CALIRI M.H.L.; SANTOS C.B. Agreement between nurses regarding patients' risk for developing pressure ulcer. **Acta Paul Enferm.** v. 26, n. 1, p. 30-5, 2013.

SOARES C.B.; ET AL. Integrative review: concepts and methods used in nursing. **Rev Esc Enferm USP [Internet]**. v. 48, n. 2, p. 335-45, 2014.

TAYYIB N.; COYER F.; LEWIS P. A. A two- arm cluster randomized control trial to determine the effectiveness of a pressure ulcer prevention bundle for critically ill patients. **J Nurs Scholarsh.** v. 47, n. 3, p. 237-47, 2015.

>> PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: EXCELENTE ALICERCE PARA O GRANDE DESAFIO DA INOVAÇÃO EMPREENDEDORA

João Cândido Barbosa⁴⁴

Daniele Lopes Oliveira⁴⁵

Resumo: O planejamento tributário é fundamental para à saúde econômica das empresas, e por isso, não pode de forma alguma ser dissociado da própria gestão financeira. Um bom planejamento dos tributos influencia diretamente na melhoria do fluxo de caixa de uma organização, mas, por outro lado, se mal elaborado poderá lhe trazer sérias complicações econômicas (além de civis e penais), passíveis até mesmo de inviabilização do empreendimento. Embora extremamente relevante, a gestão tributária não é uma medida solitária dentro do contexto empresarial, portanto, necessita estar alinhada com os diversos processos de planejamento no ambiente organizacional. Talvez até pela sua própria complexidade, não são muitos os que se “encorajam” a explorar o assunto de forma prática e trazer luz ao debate sobre o que é possível e o que não é permitido quando se trata de Planejamento Tributário. Por estas razões, o presente artigo tem por finalidade evidenciar as principais práticas aliadas à gestão tributária, bem como auxiliar o empresariado na busca da competitividade mercadológica através da redução do impacto dos custos tributários em seu resultado econômico. Dentre os principais resultados do presente artigo destacam-se os exemplos de situações em que alguns gestores se aderem a costumes errôneos frente ao mercado, bem como a sugestão de algumas ferramentas de gestão que favorecerão na elaboração do Planejamento Tributário com vistas ao aumento da competitividade do empreendimento.

Palavras-chave: Gestão Tributária; Ambiente Organizacional; Costumes.

Abstract: The Tax Planning is crucial to the economic health of companies, and therefore, can in no way be separated from their own financial management. Good

⁴⁴ Doutor em Ciências da Religião com estágio pós-doutoral em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília. Pós graduado em Análise e Auditoria Contábil e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador do Câmpus Metropolitano com sede em Aparecida de Goiânia - UEG. E-mail: professorjoacandido@gmail.com

⁴⁵ Doutora em Educação com estágio pós-doutoral em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Perita Ambiental cadastrada no Banco de Peritos do TJ/GO. Coordenadora geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: danielolopes_oliveira@outlook.com

planning of taxes directly influences the improvement of flow of an organization box, but on the other hand, if poorly designed can bring you serious economic complications (in addition to civil and criminal), likely even unfeasibility of the project. Although extremely important, the tax administration is not a solitary measure within the business context, therefore, need to be aligned with the various planning processes in the organizational environment. Maybe even by its own complexity, there are not many who "encouraged" to explore the subject in a practical way and bring light to the debate about what is possible and what is not allowed when it comes to tax planning. For these reasons, this article aims to highlight the main allied to tax management practices and assist entrepreneurs in pursuit of market competitiveness by reducing the cost impact of tax on their economic income. Among the main results of this paper highlight the examples of situations in which some managers cling to erroneous customs across the market as well as the suggestion of some management tools that will support the preparation of Tax Planning in order to increase the competitiveness of venture.

Keywords: Tax Management; Organizational Environment; Customs.

Introdução

O planejamento tributário, por ser uma atitude preventiva em relação ao ônus tributário, tornou-se necessário e até obrigatório para os gestores, pois, trata-se de uma ferramenta de vital importância diante do mercado altamente competitivo, onde qualquer economia de tributos fará a diferença na composição dos custos e, conseqüentemente, na competitividade.

De acordo com pesquisa levantada pela fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), as obrigações tributárias secundárias no Brasil custam em média entre 33% e 1,7% da receita total das empresas, sendo que 7% do tempo administrativo é reservado à burocracia relativa aos tributos, contra 4,1% das sociedades existentes na América Latina (CDES, 2009). Em 2008, os cidadãos pagavam em média trinta e oito tipos de impostos, enquanto as empresas cinquenta e nove (IBPT, 2008).

Ainda, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o Brasil teve no ano de 2013 a maior carga tributária entre os países que fazem parte do BRIC (bloco econômico formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China). Diante desse fato, nota-se a relevância que um bom planejamento tributário exercerá nas empresas locais, onde, por meio de artifícios legais encontrados na vasta e complexa legislação existente será possível a economia de tributos.

O planejamento tributário abrange medidas contínuas focadas na economia tributária por meios legais e eficazes, sempre atentando para as mudanças rápidas das regras fiscais (DOMINGUES, 2000). Portanto, exigem-se do usuário dessa ferramenta, bastante destreza e flexibilidade no acompanhamento das normas, bem como, o aprimoramento da consulta em fontes extremamente confiáveis.

O legislador constituinte deixa bem claro no art. 150 da Constituição Federal de 1988 o Princípio Constitucional da Legalidade, que, dentre outros, dá margem à Elisão fiscal. Partindo desse pressuposto, o contribuinte poderá agir conforme o seu interesse, planejando e garantindo o essencial para a sobrevivência do seu empreendimento. Por este viés, a economia tributária torna-se um direito tão necessário quanto planejar o fluxo de caixa e fazer investimentos visando o sucesso da entidade.

Em vista dos argumentos apresentados, torna-se justificável o presente trabalho pelo fato de possuir imprescindível relevância frente ao panorama empresarial, oferecendo suporte basilar para que o empresário ou tributarista possa identificar as alternativas legais aplicáveis, ou a existência de lacunas na lei que possibilitem ao contribuinte a realização de operações ligadas à tributação pela forma menos onerosa possível, sem contrariar a lei.

A partir deste estudo, espera-se fornecer subsídios teóricos para a pesquisa estudantil, assim como contribuir para a gestão inovadora que é exigida pelos incessantes desafios mercadológicos vigentes no Brasil. Assim, o presente estudo se propõe a responder ao seguinte questionamento: Como efetuar o planejamento tributário voltado para o aumento da competitividade mercadológica?

Como estrutura do artigo, o mesmo será subdividido em três partes, além da introdução e conclusão, em seu desenvolvimento serão apresentados alguns vícios empresariais que comprometem a competitividade mercadológica, o mapeamento do planejamento tributário pelas legislações, e fatores de destaque na elaboração do planejamento tributário competitivo.

Legislação aplicada ao Planejamento Tributário

Para entender melhor o planejamento tributário, é necessário conhecer a definição de tributo que se encontra no Código Tributário Nacional: “Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

A palavra tributo vem do termo *tribuere*, que significa dividir por tribos, repartir, ou atribuir. Em linhas gerais, o tributo seria o resultado da ação Estatal distribuindo o ônus tributário entre seus contribuintes. E, esse ônus pode ser expresso em modalidades diferentes, as quais podem se traduzir em figuras tributárias, como: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições especiais, empréstimos compulsórios e outras. Contudo, é importante ressaltar a necessidade de uma imensa quantidade de normas referentes a cada tipo específico de tributo, bem como os diversos recursos que devem ser disponibilizados visando atender, entre outros fatores, às nuances da sua aplicabilidade.

Machado (2005) afirma que “criar um tributo é estabelecer todos os elementos de que se necessita para saber se este existe, qual é o seu valor, quem deve pagar,

quando e a quem deve ser pago” (p.53). Em outras palavras, instituir um determinado tributo por meio de lei significa definir “todos os aspectos pertinentes ao fato gerador, necessários à quantificação do tributo devido em cada situação concreta” (AMARO, 2010, p. 134). Por este viés, a lei que institui o tributo deverá conter os elementos mínimos necessários para que ocorra a incidência da norma e o nascimento da obrigação tributária.

Por outro lado, a Lei nº 8.137/90 também cumpre o seu papel normativo e institucional quando define como crime contra a ordem tributária: suprimir ou reduzir tributo mediante a omissão de informações, ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias, ou qualquer outra forma que busque fraudar a fiscalização tributária. Dentre estes crimes, pode-se destacar o crime de sonegação fiscal previsto na Lei 4729/65. Dessa forma, é observável a existência conjunta de legislações objetivas no que tange ao comportamento do sujeito passivo frente à obrigação tributária.

Segundo Oliveira (2002), o Planejamento Tributário baseia-se em um estudo anterior à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos de determinada decisão gerencial, objetivando encontrar a alternativa legal menos onerosa para o contribuinte. Por este viés, além do comportamento preventivo, a norma escrita também é utilizada como ferramenta para efetivação do planejamento.

Assim, ao optar pelo Planejamento Tributário, os gestores precisam estar preparados, informados e incluídos em uma esfera jurídica que possibilite economia de tributos dentro das formas legais. Essa ideia é reforçada na interpretação do artigo 153 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), onde fala que o administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.

Vícios Empresariais X Competitividade Mercadológica

Os vícios empresariais são os diversos costumes errôneos adotados por algumas empresas frente ao mercado, que podem causar a diminuição da sua competitividade diante da concorrência. Quando não evitados, esses erros precedem diversas consequências econômicas e jurídicas para a organização, podendo levá-la à falência. Em vista desses argumentos, a seguir serão apresentados alguns dos costumes que devem ser banidos de dentro das organizações para que haja um planejamento tributário efetivo, e, ao mesmo tempo, uma intensificação do posicionamento competitivo.

Se, por um lado existem os contribuintes mais corajosos e astuciosos, que, determinantemente, decidem valer-se das normas ou lacunas nelas existentes para alcançar a redução da onerosidade advinda das obrigações tributárias, por outro, destaca-se grande quantidade de pessoas que optam pela evasão ou sonegação fiscal. Contudo, essa atitude ilegal tem proporcionado grandes desprazeres para a sociedade, além de comprometer a competitividade entre as empresas.

Visando evitar as práticas comuns de evasão fiscal, o empresário pode valer-se de estratégias embasadas em uma administração estruturada e intuitiva que engloba princípios, normas e funções, visando à alavancagem da empresa por um processo de planejamento de situações futuras desejadas bem como posterior controle de eficiência e produtividade, incluindo a organização e direção dos recursos empresariais para os resultados esperados com a minimização dos conflitos interpessoais (OLIVEIRA, 1999).

Em outras palavras, a realidade contemporânea exige do empresariado a utilização de uma administração estratégica eficiente, eficaz e efetiva, em que a haja interligação entre os fatores externos e internos da empresa objetivando a otimização do processo de usufruir as oportunidades ou de evitar as ameaças ambientais perante os pontos fortes e fracos da organização (OLIVEIRA, 1999).

Ao analisar o ambiente externo, o executivo precisa observar as suas vantagens competitivas frente à concorrência, caso em que muitos empresários tem pecado substancialmente quando passam a subestimar a mesma, correndo riscos desnecessários. Por outro lado, um diagnóstico mal feito poderá acarretar problemas futuros no desenvolvimento e na implantação do planejamento tributário e estratégico.

Segundo Nardis (2005, p.1), “aquele que domina a guerra com sabedoria, equilíbrio, discernimento, honra, nobreza e justiça tem o poder de brincar com o inimigo dentro e fora dos campos de batalha sem jamais se lesar”. Neste caso, a “guerra” pode ser interpretada como o conflito de interesses entre o contribuinte e o poder público, já as qualidades mencionadas podem ser utilizadas na íntegra, dentro e fora das corporações, objetivando a obtenção de confiabilidade frente aos clientes e fornecedores, assim como, a disseminação de uma cultura moralmente aceita entre os próprios colaboradores.

É importante ressaltar que, todo o arcabouço moral da empresa tem relação com o planejamento, pois, nenhuma instituição sobrevive sem que suas partes estejam integradas ao bem comum. Trabalhar junto em benefício de metas comuns é a melhor maneira de se potencializar resultados (MATTOS, BELTRAND, BERTÉ, 2002), ou seja, é necessário que, tanto os gestores como os funcionários estejam sempre atentos às oportunidades de economia tributária oferecida pelo mercado. Para tanto, faz-se necessário que estejam motivados pela confiança mútua.

O plano de negócio é outra ferramenta que, mesmo diante da disputa mercadológica, tem sido desprezada por alguns empreendedores, porém, sabe-se bastante sobre a sua importância no bojo das medidas propiciadoras da competitividade empresarial, assim como, na própria subsistência do empreendimento. À medida que o negócio evolui de uma empresa iniciante para uma empresa madura, o planejamento continuará enquanto a administração buscar atingir suas metas de curto ou longo prazo (HIRICH; PETERS, 2004).

O documento acima é definido por HIRICH e PETERS (2004), como um documento elaborado pelo empreendedor contendo todos os elementos internos e externos envolvidos no início de um novo empreendimento. Portanto, torna-se indispensável a elaboração do mesmo com vistas à escolha do regime tributário adequado, assim como o aproveitamento de benefícios fiscais, entre inúmeros fatores

que, futuramente, garantirão o aumento da lucratividade.

Outro aspecto que deve ser observado pelos gestores, é a adaptação das alternativas legais, que, nem sempre são válidas para todos os tamanhos de empresas. Dentre elas se destacam: a escolha de um regime de tributação adequado (Lucro Real, Presumido ou Simples Nacional), a opção pelo aproveitamento de créditos tributários (compensação ou restituição), ou até mesmo a escolha de um local onde a empresa possa usufruir de benefícios fiscais regionais, sendo que, algumas regras aplicáveis às grandes empresas não podem ser aproveitadas pelas micro e pequenas, devido ao seu custo de implantação.

Fatores de destaque na elaboração de um Planejamento Tributário competitivo

Para executar o planejamento fiscal e tributário, é necessário fazer uma revisão fiscal na empresa colocando em prática alguns procedimentos comumente utilizados, que, para este estudo, foram adotados a título de exemplo. Lembrando que, existem outros passos além dos que serão tratados adiante, e que podem ser executados em ordem diversa da descrita.

Primeiro, deve-se fazer o levantamento histórico da empresa, utilizando os documentos arquivados para identificar a origem de todas as transações efetuadas, e em seguida escolher a ação menos onerosa para os fatos futuros. No entanto, as tarefas inerentes ao Planejamento Tributário exigem do profissional todos os conhecimentos sobre a legislação do tributo a ser reduzido (OLIVEIRA, 2003, p. 38), a partir desses cenários obtém-se com bastante antecedência as opções de realização das operações empresariais visando à melhor economia.

Segundo, verificar a ocorrência de todos os fatos geradores dos tributos pagos, e analisar se houve cobrança indevida ou recolhimento maior. Conforme Oliveira (2003) é requisito do Planejamento Estratégico e Tributário conhecer todas as situações em que é possível aproveitar o crédito tributário. Do contrário, será efetuado um dispêndio financeiro desnecessário, quando a quantia economizada poderia ser convertida em investimento ou capital de giro.

Terceiro, verificar se houve ação fiscal sobre fatos geradores decaídos, pois os créditos constituídos após cinco anos são indevidos. Um bom gestor sempre deve estar atento às datas, pois, através do tempo poderá obter garantias de direitos, bem como a prescrição dos mesmos.

Quarto, analisar, anualmente, qual a melhor forma de tributação do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro, calculando de que forma (Simples, Real ou Presumido) a empresa pagará menos tributo. “Essas são as três modalidades de tributação atualmente existentes...” (OLIVEIRA, 2003, p. 174).

Quinto, levantar o montante dos tributos pagos nos últimos dez anos, para identificar se existem créditos fiscais não aproveitados pela empresa, analisando os casos de incentivos fiscais existentes, tais como isenções, redução de alíquotas etc.,

e, havendo possibilidade, analisar qual a melhor forma de aproveitamento dos créditos existentes (compensação ou restituição). Segundo Fabretti (1998, p.143) “todo aquele que é credor, que tem direito a receber uma obrigação, deve possuir provas da existência de seu direito”. Isso vale tanto para o Fisco quanto para o contribuinte.

Com as margens de lucro cada vez mais enxutas devido à forte concorrência em todos os segmentos, um bom planejamento tributário com certeza fará a diferença em um processo de negociação. Portanto, além de ter um planejamento operacional bem definido e verdadeiro, é necessário ter em mãos: uma expectativa do faturamento a ser alcançado; um plano que indique para quem e para onde se pretende faturar; quais produtos ou serviços serão oferecidos; previsão de despesas operacionais; valor das despesas com empregados; localização dos fornecedores, e margem de lucro pretendida.

A partir da obtenção desses dados um profissional qualificado não somente indicará o melhor critério de apuração dos tributos, como também evitará que a empresa sofra contingências fiscais, pois as mesmas podem acarretar penalidades de elevado valor financeiro, propiciando, em alguns casos, até a liquidação da sociedade.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das SA) no seu artigo Art. 154 enfatiza que “O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa.” Ademais, a elaboração de um planejamento tributário visando o aumento da competitividade empresarial exige a utilização, de forma dinâmica, de elementos que estruturam a obrigação tributária e a operacionalização do tributo, como por exemplo: a Legislação Tributária; a busca de dados em livros contábeis e fiscais; os documentos contábeis da empresa; as guias de recolhimento e declarações de rendimentos como: SPED, DCTF, e PER/DCOMP.

É bom lembrar, que pode-se utilizar de formas mais simples para economizar impostos, como adaptar a empresa para se enquadrar no Simples Nacional, ou valer-se de formas complexas como aquelas que envolvem a abertura de outras empresas para realização de negócios imunes ou isentos de determinados impostos.

A seguir será apresentado um quadro para melhor visualização dos resultados esperados após a aplicação das medidas sugeridas neste trabalho:

Quadro 1 – medidas sugeridas

Ferramentas utilizadas	Medidas a serem adotadas	Resultados esperados
Elaboração do plano de negócio	Reconhecimento dos elementos Internos e externos envolvidos no empreendimento	Garantia de aumento da lucratividade
Análise da concorrência	Aproveitamento das vantagens competitivas	Melhor colocação no mercado

Motivação dos parceiros	Disseminação de uma cultura moralmente aceita pelos clientes e colaboradores	Obtenção de confiabilidade
Adequação das alternativas legais	Escolha de um regime de tributação que atenda à maior obtenção de crédito tributário	Otimização dos resultados econômicos
Levantamento histórico da empresa	Identificar origem de todas as transações efetuadas	Desoneração dos fatos futuros
Identificação dos fatos geradores de tributos	Aproveitamento dos créditos tributários	Aumento de capital de giro ou investimentos
Verificação de créditos	Fazer relação dos créditos constituídos após cinco anos	Obtenção de garantias de recuperação de créditos tributários
Análise anual da melhor forma de tributação	Havendo necessidade, optar pelo enquadramento em outro regime de tributação (Simples, Presumido, Real)	Melhoramento dos resultados
Verificação dos incentivos fiscais existentes	Levantamento do montante de tributos pagos nos últimos dez anos	Opção pela melhor forma de recuperação de créditos fiscais (restituição, ou compensação)

Fonte: autores

Ainda, deve-se unir o conhecimento contábil e o jurídico na execução do planejamento tributário, pois, ambos são necessários na identificação dos fatos geradores de tributo dentro do sistema operacional da empresa, e na consulta à legislação tributária, visando oportunidades de redução do montante de tributos que age como “peso morto” nas empresas. Portanto, é possível utilizar legalmente artifícios Jurídicos, como a máxima: “tudo o que não é proibido é permitido”.

Considerações finais

Conforme o exposto no presente artigo, reduzir custos e despesas é indispensável, pois, o mercado é extremamente competitivo. Nesse contexto o planejamento tributário é um fator de diferenciação, necessário ao elaborar estratégias empresariais para sobrevivência e expansão de empresas, e constitui uma forma preventiva e legítima de economia na carga tributária.

Por meio deste artigo notabilizou-se que, entender a legislação tributária é algo que exige profundo conhecimento jurídico, o que quase nunca ocorre com o contribuinte comum. Salvo as empresas que podem contar com um gestor financeiro/tributário, ou com consultorias especializadas, a grande maioria das

empresas ou contribuintes se orienta pelas normas mais simples, e nem sempre aproveitam os dispositivos legais que poderiam beneficiá-los. E pior, por falta de orientação ou de conhecimento acabam por cometer ilícitos tributários que, tendo sido intencionais ou não, podem agravar sua situação econômico-financeira, ou mesmo lhe trazer implicações penais.

No entanto, pôde-se observar que, para as empresas em geral, a melhor forma de aumentar a competitividade é executando um bom Planejamento Tributário aliado à gestão inovadora. Essa combinação determinará o sucesso do empreendimento através da diminuição da carga tributária incidente sobre a empresa e ainda lhe possibilitando a recuperação de possíveis créditos tributários, o que não seria possível com a adoção de práticas evasivas.

Fica claro também que cada empresa deve ser analisada individualmente, cabendo uma profunda análise para a opção da melhor forma de tributação, que, juntamente com outras medidas gerenciais, poderão determinar a progressão ou fracasso dos negócios, independente do porte da empresa.

Diante do exposto, foi possível constatar o quanto a carga tributária minimiza quando se opta por um regime tributário adequado, evidenciando que é possível, através de um planejamento tributário eficiente, reduzir o pagamento de impostos sem ter que recorrer às práticas ilícitas comumente encontradas no meio empresarial.

Por fim, recomenda-se a utilização do planejamento tributário como instrumento empresarial de estratégia competitiva e como forma de sobrevivência e manutenção das organizações no mercado frente à concorrência acirrada. Para tanto, se faz necessário os relatórios contábeis elaborados de acordo com a legislação comercial e contábil.

Referências

- AMARO, Luciano, **Direito tributário brasileiro**. 12^a ed. São Paulo, Saraiva, 2010.
- CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **Constituição Federal e Legislação Tributária**. 17 ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.
- DOMINGUES, Nereu Miguel Ribeiro. Os Reflexos do Planejamento Tributário na Contabilidade. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, XVI, 2000, Goiânia: Conselho FEDERAL DE CONTABILIDADE, Tema 8: A Contabilidade e a Tributação. Disponível em: <<http://www.guiadotrc.com.br>>. Acesso em: 08 Abr. 2014.
- FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- BRASIL. Lei Nº 4.729 de 14 de julho de 1965. **Define o crime de sonegação fiscal. Presidência da República: Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4729.htm> Acesso em: 20 Abril 2014.
- BRASIL **Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por

ações. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em: 20 Abril 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.137 de 27 de Dezembro de 1990.** Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo e dá outras providências. Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm> Acesso em: 20 Abril 2014.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário.** 22a ed. rev., atual. e ampl. De acordo com a EC 39/2002. São Paulo: Malheiros Editores, 2011

MATTOS, José Fernando, BELTRAND, Marcello Vernet, BERTÉ, Roberto Sarquis. **Cooperar para competir:** o novo desafio da competitividade. 1 ed. Porto Alegre: MBC/SEBRAE, 2002.

NARDIS, Shidoshi Graziano. **A Arte da Guerra para Empresas e Negócios:** configurações estratégicas, Saraiva, São Paulo: 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na administração estratégica:** a competitividade para administrar o futuro das empresas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luís Martins de, CHIEREGATO, Renato, JUNIOR, José Hernandez Perez, GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

>> PROJETO PRODUÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E RESGATE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL EM CERES/GO

Daniele Lopes Oliveira⁴⁶

João Candido Barbosa⁴⁷

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida⁴⁸

Resumo: O presente trabalho, objetiva contribuir com a reflexão sobre o papel que desempenha. O projeto que busca resgatar a história, a memória e a identidade da cidade por meio desta ação educativa de caráter científico que se pauta por conhecer a história de Ceres, promover conhecimento e por fim levar esse saber adiante por meio das atividades de extensão realizando o "Diálogos com o Patrimônio Cultural, Artístico e a Memória Coletiva em Ceres-Goiás. Que tem a finalidade de resgatar a o patrimônio histórico e cultural como elemento simbólico e representativo da identidade da memória coletiva das comunidades locais em que constroem sua história; apresenta a contribuição dada pela Nova História Cultural e o uso da História Oral e da Fotografia como prática de registro para a identificação e a preservação da memória, principalmente das camadas populares e dos lugares onde produzem sua cultura; analisa a proposta de Educação Patrimonial contida no Guia Básico de Educação Patrimonial organizado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para que o Patrimônio Histórico Cultural do Município seja preservado.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico Cultural; Memória; Educação Patrimonial.

Abstract: This paper aims to contribute to the reflection about the role it plays The project that seeks to rescue the history, memory and identity of the city through this

⁴⁶ Doutora em Educação com estágio pós-doutoral em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Perita Ambiental cadastrada no Banco de Peritos do TJ/GO. Coordenadora geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: danielolopes_oliveira@outlook.com

⁴⁷ Doutor em Ciências da Religião com estágio pós-doutoral em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília. Pós graduado em Análise e Auditoria Contábil e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Coordenador do Câmpus Metropolitano com sede em Aparecida de Goiânia - UEG. E-mail: professorjoaocandido@gmail.com

⁴⁸ Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Educação Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Email: zeneide.cma@gmail.com

educational action of a scientific character that is based on knowing the history of Ceres, promote knowledge and finally take this knowledge forward through the extension activities performing the "Dialogues with Cultural, Artistic and Collective Memory in Ceres-Goiás, which has the purpose of rescuing historical and cultural heritage as a symbolic and representative element of the collective memory of the local communities in which they construct their history; given by the New Cultural History and the use of Oral History and Photography as a record practice for the identification and preservation of memory, especially of the popular strata and the places where they produce their culture, analyzes the Heritage Education proposal contained in the Basic Guide to Patrimonial Education organized by IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e A National Historic Patrimony so that the Cultural Historical Heritage of the Municipality is preserved.

Keywords: Historical Cultural Heritage; Memory; Patrimonial Education.

Introdução

O projeto busca resgatar a história, a memória e a identidade da cidade por meio desta ação educativa de caráter científico que se pauta por conhecer a história de Ceres, promover conhecimento e por fim levar esse saber adiante por meio das atividades de extensão realizando o "Diálogos com o Patrimônio Cultural, Artístico e a Memória Coletiva em Ceres-Goiás", com os alunos e com a população sobre o patrimônio cultural, artístico e a memória coletiva. Procurando por meio de diversos veículos de informação estimular essas populações a reinterpretar e (re) significar o patrimônio cultural, artístico e a memória coletiva institucionalizada. Aliando práticas de extensão e educação, bem como outros recursos e atividades que possam contribuir para o projeto. Também busca trazer para a população, apresentações artísticas, culturais, palestras, minicursos, mostra de arte entre outras atividades, com a finalidade de trazer valores culturais e agregar conhecimentos aos discentes, docentes e comunidade. De outro lado promover ações que busquem a valorização do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade. Resgatando valores regionais e históricos e trazendo novas significações a cultura local.

Resgatando a história de Ceres/GO

Ceres teve sua origem na Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1940, durante a política expansionista de Getúlio Vargas, denominada de *Marcha para o Oeste*, a criação de Goiânia e da Fundação do Brasil Central influenciaram a configuração territorial de Goiás.

Com o passar dos anos as áreas das Colônias tiveram uma intensa ocupação por migrantes, mas as dinâmicas territoriais que se desenvolveram na região

trouxeram novos conteúdos e lógicas que acabaram por transformar a área em um importante núcleo urbano ligado à área da saúde.

Conforme Dayrell (1974, p.88), as Colônias Agrícolas Nacionais “foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento”.

Com as Colônias pretendia-se: “alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna” (BERTRAN, 1988, p. 92).

Conforme Dayrell (1974), os lotes e casas seriam gratuitos, assim como o material agrário básico e as sementes para plantio. Havia prazos de utilização agrícola, onde o cumprimento das exigências de produção e de estadia na Colônia garantia a propriedade do lote. Outros serviços também estavam previstos no decreto, como transporte, empréstimo de máquinas, de instrumentos agrícolas e de animais, isenção de impostos, assistência médica, farmacêutica e de enfermagem. Tais serviços estariam garantidos até a emancipação da Colônia.

Movida pela ideologia dos dirigentes nacionais, a frente pioneira, liderada pelo Carioca e Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão, avançou em direção aos “espaços vazios” para a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Bertram (1988, p. 93), afirma que foi em “Goiás que o programa Estadonovista das Colônias Agrícola Nacionais atingiu plenitude”.

Conforme Estevam (2004, p.112), “o projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação”; ficava muito distante de Goiânia, mas próximo de Anápolis, que era a cidade mais populosa de Goiás. O local tinha um terreno extremamente fértil, porém inexplorado, apesar de pequenas ocupações em algumas localidades próximas.

Para Dayrell (1974, p.93), “o objetivo a alcançar era a mata de São Patrício, atingido pela via Anápolis-Jaraguá, na margem esquerda do Rio das Almas”. Aproveitando o trecho já existente, Sayão deu continuidade à abertura da estrada que chamou de Transbrasiliana, até a Colônia, e depois até Uruaçu. Outras vias foram abertas, ligando a localidade com as áreas próximas e com o Norte de Goiás. Nas propagandas que circulavam pelo país, era enfatizada a doação, aos colonos, de ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico. O Engenheiro Agrônomo Bernardo Sayão foi o pioneiro desse projeto e também o primeiro administrador da Colônia.

Conforme Bertran (1988, p.92), havia não somente o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo como, também, a preocupação dos órgãos competentes em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado, com os aspectos de infraestrutura econômica e social se fazendo notar através da implantação de centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação de terras. A partir de 1946 chegavam à Colônia. No ano seguinte já residiam na Colônia mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522

habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes. Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%) (DAYRELL, 1974). Grande parte das famílias excedentes se fixou no outro lado do Rio das Almas, na sua margem direita. Foi assim que começou a surgir o povoado de Barranca, hoje Rialma.

Conforme Silva (2002), a Colônia era o lugar de trabalho. Por lá não se podia envolver com bebida alcoólica e muito menos com diversões noturnas. A disciplina era muito parecida com o regime militar, uma vez que a desobediência poderia significar a perda do direito de moradia. Em contrapartida, por não contar com normas rígidas, a Barranca se constituiu como lugar de diversão, já que continha os prostíbulos, bares, pensões e ambientes de diversões. Por isso, atravessar o rio significava entrar “em outro mundo”.

“Retratar o cotidiano da colônia significava ressaltar o caráter moral e a organizada vida social daquela localidade [...]. O povoado de Barranca, por sua vez, era descrito como uma localidade desprovida de valoração dos bons princípios e costumes” (SILVA, 2002, p.101). A questão é que tanto na margem esquerda como na direita do Rio das Almas a forte migração proporcionou um povoamento acelerado na região. Num primeiro momento os pequenos agricultores se fixaram na Colônia em condições precárias, utilizando métodos muito tradicionais, como é o caso das queimadas.

Conforme Dayrell (1974), até 1957 não havia trator ou qualquer implemento agrícola, além da ausência de análise de solo, prevenção de erosão, etc. Para Faissol (1952), a designação Mato Grosso Goiano é antiga. Remete às paisagens de matas que cobriam grande parte dessa zona fisiográfica, ao conhecimento popular e também aos relatos de viajantes naturalistas. Conforme Gomes; Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 125), ao utilizar o nome Mato Grosso Goiano para designar a região mais central de Goiás atualmente desdobrada, com algumas modificações, em cinco microrregiões, levou-se em conta tanto o seu caráter histórico (ela é assim chamada desde a chegada dos primeiros bandeirantes que descobriram Goiás) como a presença da grande floresta estacional decidual (floresta tropical) que a cobria originalmente [...] ela é, pela sua homogeneidade pedológica e pela sua extensão, a mais significativa placa de solos de boa fertilidade natural que existe em todo o estado de Goiás e se constituiu no mais autêntico polo de atração das populações migrantes que se dirigiram ao centro-sul goiano a partir de meados do século XIX. No mesmo período o povoado de Barranca também se emancipou pelo Decreto-Lei Estadual nº 753, instalando-se como município em 1º de janeiro de 1954 (SEPLAN, 2007).

A denominação Rialma, então desmembrado de Jaraguá, é proveniente da junção do nome “Rio das Almas”. O núcleo urbano constituído pelas duas sedes municipais⁶ tinha, num primeiro momento, a evidente função de servir o campo, não havendo a necessidade de emancipação.

A proximidade com centros dinâmicos como Anápolis e Goiânia significou facilidade de escoamento da produção e proximidade com mercados consumidores induzindo um aumento na produção agrícola, mas também forjou uma (re)

funcionalização do núcleo urbano, especialmente a partir da década de 1970. Mas antes, vejamos o período em que a Colônia foi uma fronteira agrícola. Quando emancipadas, as cidades de Ceres e Rialma ocupavam áreas muito próximas: uma na margem esquerda do rio das Almas e a outra na margem direita, respectivamente. Como salientado por Borges (2000), os discursos de Vargas visavam atender interesses do capital urbano industrial e do setor agrário tradicional. A interiorização econômica, portanto, significou o aumento da produção de alimentos, mas também contribuiu para a reprodução do latifúndio. A conquista de terras pelo interior do Brasil “servia para garantir a continuidade da perversa aliança entre a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra num pacto político que, além de manter a estrutura agrária arcaica, impediu qualquer medida mais ampla destinada a democratizar o acesso à terra” (BORGES, 2000, p.72).

Mas é importante destacar que, apesar da desarticulação das pequenas propriedades, a política de Vargas motivou a expansão territorial por áreas centrais do Brasil e forjou a abertura de estradas para novas regiões, como é o caso do Norte Goiano. Nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás. Com o governo de Juscelino Kubitschek outros projetos de infraestrutura foram implantados e uma nova etapa emergiu com a implantação de Brasília. É nesse período e após, com a implantação dos planos de JK, que Ceres passou por um processo de transformação de seu conteúdo sócio espacial.

Dayrell (1974), na década de 1960 a cidade de Ceres, antes conhecida pela eficiência agrícola, transformou-se em centro polarizador do desenvolvimento regional, favorecida pela ausência de outros centros urbanos desenvolvidos nas proximidades, pela expressiva concentração populacional, pelos serviços e equipamentos urbanos e pela função de empório comercial de vasta região inclusive para o Norte do Estado.

A estrutura montada em Ceres foi beneficiada pela proximidade com outras cidades, como Rialma, Carmo do Rio Verde, Uruana, Nova Glória, Rianópolis, etc. No final da década de 1960, Ceres já era importante entroncamento rodoviário e, com uma posição privilegiada, se estabelecia como importante centro regional na área de saúde e nas funções comercial e industrial por possuir beneficiadoras de produtos agrícolas. Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR-153, o que teve influência direta da abertura de estradas, da criação da Colônia e das duas capitais planejadas. A questão é que nas décadas de 1960 e 1970 a modernização territorial em Goiás foi acompanhada pela urbanização e por uma participação da técnica, da ciência e da informação cada vez mais evidente. Não eram mais as zonas de matas e seus solos férteis que influenciavam a localização das modernas formas de produção, mas o arsenal tecnológico, a logística, a posição, a ação dos atores sociais e suas articulações políticas. Isso explica a incorporação, naquele período, de novas áreas às modernas formas de produção. Além do que, a proximidade com o Sudeste Brasileiro, a consolidação de programas de créditos, a constituição de uma logística e participação da pesquisa, fizeram com que essa modernização transformasse Goiás em um território cada vez mais urbano e

fragmentado. E aqui concentra os elementos principais da redefinição de Ceres no contexto regional.

Urbanização, fragmentação e especialização produtiva em Ceres As transformações ocasionadas pela modernização do território goiano trouxeram uma explosão urbana que se iniciou em meados do século XX e culminou na década de 1970. Em 1950 o Estado de Goiás contava com 77 municípios. Já na década seguinte esse número aumentou para 178, representando um crescimento superior a 130%. Como observa Arrais (2007), nesse período o Mato Grosso Goiano foi a região que mais se fragmentou, tendo 34 dos seus 41 municípios emancipados.

No município de Ceres alguns distritos emergiram, como Bom Jesus, Nova Glória (emancipado em 1980), Ipiranga de Goiás (emancipado em 2002), Espírito Santo e Santo Antônio da Barra. No caso do distrito de Castrinópolis (que foi ocupado antes da implantação da Colônia), no município de Rialma, houve uma estagnação da população por estar afastado das principais vias de deslocamento. Em 1980 Ceres contava com uma população total de 31.493 habitantes e Rialma 7.516 habitantes. A Colônia, no período de sua emancipação, chegou aos 36.672 habitantes, no entanto, naquele período a população urbana era de somente 3.450 habitantes e a rural 33.222 habitantes. Em 1970 a população urbana de Ceres chegou aos 11.288 habitantes, e Rialma aos 6.011 habitantes. Desde 1965. O mesmo afirmou que “Ceres começou a deixar de ser agrícola para ser da saúde na década de 1970”.

Isso ocorreu porque, apesar da desarticulação das pequenas propriedades criadas no período da Colônia, a estrutura montada na localidade conferiu um aproveitamento econômico e uma ampliação da área de influência de Ceres para o Norte de Goiás. Todavia, a evolução dos dados da população desse município poderia nos levar a outra interpretação, já que Ceres passou por uma queda substancial em sua população total: de 67.352 habitantes em 1968 para 20.722 habitantes em 2010 (BRASIL, 2010). Na medida em que a dinâmica sócio espacial do Vale do São Patrício foi sendo alterada a partir da década de 1970, o processo de desarticulação da pequena propriedade, a fragmentação territorial em Ceres e a atuação dos atores sociais levaram esta cidade a se beneficiar do espaço herdado para se firmar nos serviços, especialmente aqueles ligados à saúde. Já nas primeiras décadas de sua formação, Ceres foi administrada por prefeitos médicos.

A alta concentração de população no período da Colônia e os consequentes índices de doenças que dali emergiram (como a malária) trouxeram a instalação de instituições de saúde no núcleo urbano. E na medida que a ocupação se expandia pela região, a demanda por serviços de saúde também aumentava. Isso porque não haviam serviços de saúde em outros municípios, povoados ou vilas, favorecendo a instalação de novos hospitais em Ceres. Com isso, houve uma especialização produtiva e consolidação de um *cluster* de saúde, como afirmado por Cardoso (2005). De acordo com o referido autor, *cluster* é um setor da economia com diversas empresas que desenvolvem o mesmo ramo de atividade. Além disso, há a concentração de organizações e uma estrutura de poder montada em torno do referido setor da economia.

Nesse sentido, segundo Cardoso e Valverde (2007, p. 17) “o cluster, sendo

uma forma de organização de produção regional que se estrutura a partir da identificação das complementaridades e das sinergias entre as empresas de um mesmo ramo de atividade, pode fazer com que a competição e a cooperação coexistam”. Conforme os autores, a trajetória do *cluster* de saúde em Ceres teve sua origem associada à implantação da Colônia e a fatores como demanda por serviços de saúde, localização, infraestrutura, construção do Hospital da Colônia e o papel pioneiro dos médicos. Além desses fatores, a expansão do referido *cluster* pode ser explicada também pela “presença de mão-de-obra especializada e favorecida pela existência de redes de relacionamentos (vínculos sociais, profissionais e familiares) que contribuíram para que houvesse a multiplicação das organizações de saúde em Ceres” (CARDOSO, 2005, p. 6).

A clusterização é representativa do processo de especialização em Ceres. Mas, pelo papel do contexto regional na estruturação dessa cidade, também é importante considerar o processo de (re) funcionalização produtiva que ali ocorreu. Ou seja, as heranças da Colônia, aliado aos processos de transformação da dinâmica regional pela chegada de novas lógicas territoriais e a ação dos grupos locais foram determinantes para a especialização produtiva de Ceres. O primeiro hospital, denominado Hospital da Colônia, iniciou seu funcionamento em 1946. Com uma equipe composta por sete região. Também se tornou referência nas áreas de hanseníase e de parto natural. Além do que, grande parte dos médicos de Ceres, que se tornaram figuras emblemáticas entre os atores sociais desse lugar, passaram por esse hospital.

O médico pioneiro, o Dr. Jair Dinoah Araújo, que foi o primeiro administrador do Hospital da Colônia, também se afastou deste para construir outro hospital, hoje o Hospital São Lucas. A posição de Ceres no Vale do São Patrício e mesmo na porção Norte do território goiano proporcionou o crescimento da demanda pela saúde, visto que, mesmo com o surgimento de novas cidades na região, a infraestrutura de saúde se restringia à Ceres. Assim, diante de uma alta demanda, novos hospitais foram criados, como o Hospital São Patrício (1967), Hospital Santa Helena (1974), Hospital Bom Jesus (1975), Hospital Ortopédico (1975), Centro Materno Infantil de Ceres (1978) e o Instituto Médico de Ceres (1994). Essas informações demonstram que a especialização produtiva em Ceres (representada pelo grande número de hospitais, clínicas e centros de saúde) esteve vinculada às exigências do sistema produtivo que se implantou na região.

O Projeto produção artística, cultural e resgate do Patrimônio Histórico Cultural em Ceres/GO

O projeto será desenvolvido em cinco etapas: estudo bibliográfico, escolha das casas, coleta de informações, análise das informações coletadas e, por último, elaboração do texto e do documentário.

A primeira etapa consistirá no estudo bibliográfico a respeito do assunto abordado no projeto. Nessa etapa, trabalharemos com as turmas, realizando com os

alunos estudos e leituras e, posteriormente, promovendo debates sobre as políticas de preservação do patrimônio histórico, identidade e cultura, história oral e história local, preservação ambiental colocando em discussão a importância da pesquisa e do estudo da história.

A segunda etapa terá como objetivo fazer a escolha dos objetos de estudo. As salas serão divididas em grupos e os alunos irão fotografar as casas para que, juntos, escolham as casas consideradas essenciais para a preservação da história da comunidade. Posteriormente irão para a sala de multimídia, quando serão escolhidas, pelos próprios alunos, sob a orientação do professor, as sete casas que serão estudadas.

Na terceira etapa, os alunos buscarão informações sobre o objeto de estudo. Nesse momento, discutirão as metas e estratégias para conhecer a história da casa, utilizando como um dos métodos a entrevista. Assim, será necessário conhecer as técnicas para a realização das mesmas. Em sala de aula, será trabalhado o processo de montagem de um roteiro, os alunos serão orientados sobre os cuidados que devem ser tomados ao se realizar uma entrevista e também sobre como analisar o material recolhido. Nessa etapa, os alunos realizarão as entrevistas com o proprietário do imóvel.

Depois de realizadas as entrevistas, os alunos apresentarão em sala de aula as experiências vivenciadas com a prática desenvolvida, relatando as dificuldades e as curiosidades encontradas no processo. Ainda na terceira etapa e depois de colher as primeiras informações sobre os objetos de estudo, irão surgir muitos questionamentos a partir da fala dos próprios moradores das casas, questões que deverão ser esclarecidas para que se possa concluir o trabalho.

Dessa forma, os alunos começaram a procurar outras fontes de informações, como jornais, fotografias e entrevistas com pessoas relacionadas com a determinada casa, com a finalidade de preencher algumas lacunas e contrapor fatos, buscando uma proximidade com a verdade histórica. A quarta etapa consiste em analisar o material recolhido. Assim, os grupos trarão, para a sala de aula, as entrevistas transcritas, as fotografias, os recortes de jornais, etc. Todo o material será analisado pelos alunos em laboratórios realizados em sala de aula com o auxílio do professor, que os orientou sobre as técnicas de análise de documentos. Depois de todas as fontes organizadas, direcionamos nossa atenção para a quinta e última etapa do projeto: sua finalização, ou seja, a construção da história da casa. Nesse momento, os alunos serão orientados a buscar contextualizar a construção do imóvel ao momento histórico que o Brasil vivenciava e tentar encontrar um reflexo do mesmo na construção dessa casa.

Os alunos construirão um texto relatando a história da casa, um texto informativo com fotos e dados referentes ao imóvel. Por iniciativa dos próprios alunos, cada grupo elaborará um pequeno documentário reunindo as entrevistas e as fotos recolhidas durante a pesquisa de campo. Ao final, o trabalho será apresentado para a comunidade.

As comunidades sempre deixam marcas no lugar onde vivem que identificam a sua história individual e coletiva materializando assim, nestes espaços, sua

identidade, suas tradições e seus costumes.

Para Gastal (2006, p. 101), nos lugares estão “as marcas do local construídas no tempo”. Neste sentido, entende-se que todos os lugares trazem sinais peculiares do modo de ver e viver da população que habita ou habitou o local. “O Lugar seria o Locus, no tempo e no espaço, do acúmulo de experiência em forma de história e de tradição, a segurança da identidade”.

Diehl (2002, p. 112), entende a construção da memória dos lugares “como um processo dinâmico da própria memorização” do passado histórico. Segundo o autor, essa reconstrução histórica é capaz de produzir um novo sentido e significação da história a ponto dos grupos perceberem futuro no seu passado. Assim, as comunidades, enquanto originárias de um processo de materialização e síntese de um passado, constituem verdadeiras fontes documentais da história do local.

A História Oral é um método de pesquisa que, segundo Alberti (2005, p. 18), “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Este método de pesquisa utilizado pela Ciência Histórica, Antropológica, Sociológica entre outras, ganhou maior espaço quando a História Nova suplantou de vez a História Tradicional a partir da década de 1970.

Segundo Alberti (2004, p. 27), a História Oral pode ser muito útil para alguns campos de pesquisa especialmente para reconstruir a história do cotidiano privilegiando assuntos como casa, família, rotina doméstica, lazer, escola, refeições, entre outros; a história política e conhecer versões desconhecidas sobre as relações de poder e a história de memória, como representações do passado.

Neste sentido, Alberti (2004, p. 28) entende que para reconstruir a história do cotidiano, a história política e a história de memória, as “[...] entrevistas de história Oral podem ser usadas como forma de apresentar experiências concretas sobre determinados acontecimentos e conjunturas”. A autora acredita que a contribuição da História Oral será cada vez maior na sociedade do futuro quando “as fontes orais vão se tornar cada vez mais confiáveis e fidedignas” (p.14). O uso da fotografia como testemunho inquestionável da realidade, como prova documental, gerou também acaloradas discussões no meio acadêmico acerca de sua veracidade como documento histórico. Os fundamentos conceituais e práticos da metodologia da Educação Patrimonial objetiva orientar, em especial os professores e profissionais responsáveis pela preservação da cultura, em como preservar os bens culturais e do meio ambiente histórico em que estão inseridos considerando a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional” (HORTA, 1999, p.6), a partir da observação direta dos bens culturais. Este é o ponto que dá centralidade a todo o trabalho de Educação Patrimonial sugerido pelo IPHAN.

Considerações finais

O Patrimônio Histórico e Cultural é constituído por bens materiais e imateriais

impregnados de um valor simbólico para a comunidade e representa a memória que foi valorizada e materializada pelos poderes constituídos ao longo do tempo.

Todos nós que entendemos o papel que o Patrimônio Histórico Cultural desempenha no resgate e valorização da identidade de cada indivíduo e de cada coletividade que constrói num mesmo local a sua história deveria pensar em como colaborar neste sentido. Este é um desafio que a escola deve assumir dentro do contexto de objetivar uma educação de qualidade, seja ela pública ou privada.

Desta forma, acreditamos que nos reconhecendo nos elementos constituídos do passado e no passado, possamos valorizar quem somos e lutar por uma sociedade que efetivamente esteja comprometida com a construção de uma nação livre, democrática, solidária e que respeite a história.

Referências

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Iguatu, Andaraí, BA. Passos Revista de Turismo y **Patrimonio Cultural**, v. 6, p. 569-590. 2008.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos de história oral. FGV Editora, 2004. Disponível em: < <http://books.google.com.br/>> Acesso em 07/09/2011.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. FGV Editora, 2005. Disponível em: < <http://books.google.com.br/>>. Acesso em 07 Set. 2011.

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, vol. 7, pp. 205-230. 1994..

BRASIL. **Constituição Federal** de 1988.

BERTRAN, P. **Uma Introdução à História econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília:CODEPLAN, Goiás: UCG, 1988.

CASTILHO, D. A dinâmica socioespacial de Ceres e Rialma-GO no âmbito da modernização de Goiás: território em movimento, paisagens em transição. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás). Goiânia: UFG, 2007.

DAYRELL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. **Dissertação de Mestrado** (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

DIEHL, Astor Antônio. Teorias da História. **Cultura historiográfica** (memória, identidade e representação). Bauru: EDUSC, 2002. DIEHL, Astor. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. **Goiânia**: UCG, 2004.

FAISSOL, S. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1952.

GASTAL, Suzana. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. Papirus Editora, 2006.

GOODEY, Brain. Olhar múltiplo na interpretação de lugares; In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o Patrimônio, um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Museu Imperial, 1999.

IBGE. **Censo demográfico**: 2007. Brasília: IBGE, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. **Anuário Estatístico de Goiás – 2007**. Goiânia: SEPLAN, 2007.

>> DIREITO TRABALHISTA PREVIDENCIÁRIO

Daniele Lopes Oliveira⁴⁹

Fabíola de Sousa Melo⁵⁰

Resumo: O direito trabalhista previdenciário surgiu no país, com finalidade de proporcionar aos trabalhadores alguma forma de se proteger. A primeira iniciativa do Brasil com a previdência social iniciou-se com a Lei n.º 4.682, em 24 de janeiro de 1923. O fator previdenciário conceitua-se da multiplicação do valor matemático dos benefícios que calcula o período de contribuição do empregado, a idade do trabalhador segurado e também envolve quanto tempo a pessoa vai ter de vida na hora da Previdência Social conceder a aposentadoria.

Palavras-chaves: Direito Trabalhista Previdenciário. Seguridade Social. Aposentadoria. Previdência Social.

Abstract: The social security labor law emerged in the country, with the purpose of providing workers with a way to protect them. The first initiative between Brazil and welfare began with the n.º 4.682 Law on 24 January 1923. The security factor conceptualizes up multiplying the mathematical value of the benefits that calculates the employee contribution period, the age of the worker insured and also involves how long the person will be living at the time of grant Social Security retirement.

Keyword: Labor Law Social Security. Social Security. Retirement. Social Security.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo mostrar os direitos trabalhistas dos cidadãos e seus dependentes que contribui com a Previdência Social especialmente na parte beneficiária. Esse tipo de sistema previdenciário é conhecido como seguro

⁴⁹ Doutora em Educação com estágio pós-doutoral em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Perita Ambiental cadastrada no Banco de Peritos do TJ/GO. Coordenadora geral da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: danielolopes_oliveira@outlook.com

⁵⁰ Graduação em Direito (UNIVERSO). Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário (UCAM0). Pós-Graduação em Direito Penal (Faculdade Processus). Docente do Curso de Direito da Faculdade de Piracanjuba (FAP). E-mail: fm82abreu@hotmail.com

social que protege e ampara o trabalhador quando suceder perda permanente ou provisória, em decorrência do cumprimento da capacidade de trabalhar. A principal intenção da previdência social é assegurar o direito de reposição da renda familiar dos segurados.

A Previdência Social é regida através dos princípios como: Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados a populações urbanas e rurais; Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; Irredutibilidade do valor dos benefícios; Equidade na forma de participação no custeio; Diversidade na base de financiamento; Descentralização da gestão administrativa, com a participação da comunidade (trabalhadores, empresários e aposentados).

Princípio é de suma importância por envolver profissionais que lida com as áreas do direito da Seguridade Social. Segundo o Art. 194 a Seguridade Social consiste num conjunto integrado de políticas sociais com finalidade de amparar e garantir os direitos dos segurados e de sua família em condições de velhice, enfermidade e desemprego involuntário.

Direito Trabalhista Previdenciário

O direito trabalhista previdenciário surgiu no país, com finalidade de proporcionar aos trabalhadores alguma forma de se proteger. A primeira iniciativa do Brasil com a Previdência Social iniciou-se com a Lei 4.682, em 24 de janeiro de 1923. Esta mesma Lei era chamada de “Eloy Chaves”. O sistema previdenciário mantém uma estrutura de manutenção, dirigido aos direitos sociais dos beneficiários, e assim a Previdência regula e normatiza o sistema Social ou Privado. De acordo com o Art. 194 diz que:

A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à Previdência e à assistência social (OLIVEIRA, 2004, p. 313).

Seguridade Social é um recurso da administração pública que tem o dever de assistir e garantir o direito de assistência à saúde dos cidadãos que contribui com a Previdência Social. O segurado da Previdência Social só terá direito ao benefício em caso de inabilidade, como: desemprego involuntário, por incumbência familiar e cárcere privado ou por morte de quem é responsável economicamente pelo lar.

O desemprego involuntário é aquele considerado pela Previdência Social como obrigatório que visa aumentar o período de graça para todas as categorias de trabalhador, que não conseguiu reinserir em outro serviço, ou seja, em qualquer profissão sujeita a obrigatoriedade.

A incumbência familiar e cárcere privado ou por morte, são benefício que Previdência Social considera como auxílio pago aos dependentes que não possui renda do segurado, e por morte é uma pensão que será devida aos subordinados do falecido, seja aposentado ou não, a data do recebimento é contado a partir do óbito,

mas segundo Sanchez; Xavier existem outros direito trabalhistas que a Previdência Social reconhece como benefício:

Aposentadoria por tempo de contribuição; Aposentadoria por invalidez; Aposentadoria por idade; Aposentadoria compulsória; Aposentadoria especial; Auxílio doença; Auxílio acidente; Salário maternidade (SANCHEZ e XAVIER, 2010, p.183).

Aposentadoria por tempo de contribuição é aquela que o homem precisa ter 35 (trinta e cinco) anos de contribuição e a mulher 30 (trinta) anos, há não ser em condições especial que afeta a saúde ou em condição de integridade física, todavia tem como exemplo: o professor que é 30 (trinta) anos de contribuição e a professora é 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado, desde que seja comprovado o tempo de trabalho na educação infantil, fundamental e ensino médio.

Aposentadoria por invalidez é um tipo de benefício de natureza previdenciária, que consiste na verificação das circunstancias da incapacidade mediante averiguação de exame médico-pericial a serviço da Previdência Social.

Aposentadoria por idade é um auxilio ao trabalhador que contribuiu com Previdência Social durante 180 (cento e oitenta) meses, esse benefício é pago mensalmente aos homens que atingiu 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade e se for trabalhador rural esse tempo é reduzido para 60 (sessenta) anos, e a mulher poderá aposentar aos 60 (sessenta) anos de idade, mas caso ela tenha prestado serviço em área rural à idade é diminuída para 55 (cinquenta e cinco) anos.

Aposentadoria compulsória é aquela que poderá ser requerida pela firma, se o empregado já cumpriu a carência mínima de 180 (cento e oitenta) meses de contribuição e ser do sexo masculino e tiver 70 (tenha setenta) anos de vida, e se for do sexo feminino são 65 (sessenta e cinco) de idade, neste caso o trabalhador tem direito de indenização conforme a legislação trabalhista brasileira, desde que a rescisão contratual de trabalho seja antes do recebimento da aposentadoria.

Aposentadoria especial é considerada como um benefício previdenciário concedido ao segurado que prestou serviço em condições de perigo contínuo prejudicial à saúde e a integridade física do cidadão, após 15, 20 ou 25 anos contribuídos sem permanecer incapacitado para o serviço.

Auxílio doença consiste num benefício mensal, que o segurado da Previdência Social tem direito depois de ficar afastado do seu serviço habitual por mais de 15 (quinze) dias sem trabalhar.

Auxílio acidente é de natureza indenizatória, que visa o ressarcimento do segurado que obteve a redução de sua habilidade laborativa interrompida. Esse tipo de auxilio não tem carência de tempo de contribuição.

Salário maternidade é um direito adquirido a todas profissionais que estiver grávidas ou adotante, desde que seja seguradora da Previdência Social. A mulher gestante poderá adquirir esse benefício por 120 (cento e vinte) dias, com inicio de até 28 (vinte e oito) dias antes ao nascimento da criança e término aos 91 (noventa e um) dias depois do parto.

Objetivo da previdência social

O principal objetivo da Previdência Social é assegurar ao trabalhador mediante colaboração previdenciária, com finalidade de prevenir o sustento do empregado e de sua família em ocorrência de perda da capacidade laborativa. A Seguridade Social tem o dever de garantir o direito contínuo à saúde, à proteção e também à assistência social. Ela é regida através do princípio de justiça que diz que todo o indivíduo tem direito de ser protegido caso ocorra riscos de vida. Mas a Previdência Social obtém outros princípios como:

Universalidade da cobertura e do atendimento; Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços prestados a populações urbanas e rurais; Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; Irredutibilidade do valor dos benefícios; Equidade na forma de participação no custeio; Diversidade na base de financiamento; Descentralização da gestão administrativa, com a participação da comunidade (trabalhadores, empresários e aposentados) (OLIVEIRA, 2004, p. 322).

A universalidade é um plano que a Previdência Social criou para alcançar a todos aqueles que almeja ter um seguro assistencial obrigatório ou facultativo. E também a universalidade tem a possibilidade de proteger todos os segurados.

Uniformidade tem o objetivo de centralizar e proporcionar os direitos dos profissionais da zona rural e aos trabalhadores urbanos, e assim reparar um dano causado pela injustiça histórica, especificamente no direito Previdenciário.

Seletividade traduz a correta adaptação, procurando orientar amplamente a partilha dos benefícios sociais para o maior numero de pessoas necessitada, sem ocorrer erros na prestação dos serviços.

Irredutibilidade é um princípio que tem o dever de garantir juridicamente ao segurado o direito de não tolerar a diminuição de seus salários, por determinação unilateral dos empregadores, por fim este direito constitucional dos funcionários, visa proteger sua própria subsistência. A Irredutibilidade é a adequação do valor real atualizado dos últimos trinta e seis meses de salário contribuído.

Equidade é de suma importância no entendimento de justiça. E é um princípio que impõe a adaptação das normas em casualidade específica, a fim de permiti-la que seja justa. Ela é a forma dê-se adequar ao direito.

Porém, sendo assim o empresário não pode pedir ao funcionário segurado a mesma contribuição da firma ou do Estado, porque o cidadão não tem a mesma força da empresa. Entretanto o Art. 195, II, da Constituição Federal ordena que esse tipo de contribuição social seja diferenciado da companhia, consequentemente os empregadores deverá contribuir com valor maio do que o empregado.

Diversidade é o alicerce do financiamento que visa garantir maior segurança da Seguridade Social. Quanto maior for os recursos de financiamento melhor será a eficácia dê a Seguridade social alcançar seus objetivos, e assim amparar as

necessidades dos indivíduos.

Descentralização é o direito administrativo, que atua sobre a União, Estado e Municípios, criando um vínculo com pessoa jurídica para repartir o poder e descentralizar. Esse tipo de princípio é democrático, por ter a cumplicidade dos trabalhadores, dos patrões, dos aposentados, da liderança pública através do representante colegiado.

Fator previdenciário

O fator previdenciário conceitua-se da multiplicação do valor matemático dos benefícios que calcula o período de contribuição dos empregados a idade do trabalhador segurado e também envolve quanto tempo a pessoa vai ter de vida na hora da Previdência Social conceder a aposentadoria.

Esse tipo de fator previdenciário desestimula os pedido antecipado de inatividade, de quem já cumpriu seu tempo de contribuição trabalhando, mas a idade ainda não é suficiente para ter direito ao benefício, mas o sistema previdenciário diz que quanto mais for menor a idade maior é a expectativa de vida, e é por esse motivo que a Previdência Social reduz o benefício do segurado.

Todavia, se o beneficiário for mais velho e tiver mais tempo de contribuição maior será a importância a ser recebida. Segundo Martinez o fator previdenciário é calculado de acordo com o valor das parcelas paga pelo trabalhador.

O fator previdenciário é um número, em cada caso, menor ou maior que um, podendo ser, coincidentemente, igual à unidade (apurado em função de dados pessoais e profissionais do trabalhador) que define o valor do salário-de-benefício que se presta para o cálculo da renda mensal inicial (MARTINEZ, 2003, p. 206).

No entanto, é o fator previdenciário que regula o índice que será aplicado em cima das quotas quitadas pelo o contribuinte, e assim gerar o salário que o trabalhador ira receber pelo tempo contribuído.

Considerações finais

O presente artigo tem a incumbência de mostrar o quanto é importante o direito trabalhista previdenciário na vida do segurado. Todas as pessoas têm direito de ser protegidos e amparados pela Previdência Social, desde que seja contribuinte com carteira assinada ou agregar contribuição individualmente como os autônomos e empresários ou ser contribuinte facultativo. Assim é preciso conhecer seus direitos e exercê-los para se ter uma cidadania completa.

Referências

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2003.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 27º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Prática Trabalhista e Previdenciária**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANCHER, Adilson; XAVIER, Vitor Hugo. **Advocacia Previdenciária**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2010.